



GOVERNADOR **30**
PAULO GANIME
VICE: HELIO SECCO

PLANO DE GOVERNO

2023 - 2026

NOVO

Rio de Janeiro

Carta do candidato

Ver o local que um dia foi a capital do país abandonado pelos governantes me entristece. Quero lutar junto com os fluminenses para a retomada desse lugar tão amado pelo mundo, que é cartão postal do Brasil. O Rio não é um caso perdido. É um estado que precisa de um governador que saiba administrar. O combate à corrupção é o principal motivo que justifica a minha presença na política. Chega de impunidade para os políticos corruptos, sem vergonha na cara e sem compromisso com o povo. Esse problema tem que ser combatido na raiz.

O estado está entregue à criminalidade e nós não podemos achar que essa realidade é normal. O Rio de Janeiro precisa de um governador com pulso e coragem para enfrentar o crime. O Rio não pode continuar a definhar.

Falta saúde para aproveitar os bons momentos, falta trabalho para colocar comida na mesa, falta segurança para viver sem medo da violência, falta liberdade. Mas falta também gente competente e disposta para ouvir a população e entender do que ela realmente precisa.

Chegou a hora de mudar a cara da política do RJ. O estado já teve cinco governadores presos e não tem como acreditar que seja por puro acaso. É preciso olhar ao redor e eliminar os erros. Investir em profissionais competentes e na ética acima de tudo. É preciso que o sistema público seja forte e à prova de corrupção.

É por isso que defendo a extinção do foro privilegiado e sou favorável à prisão em segunda instância. Como deputado, recusei privilégios como auxílios e aposentadoria especial. Apresentei pacotes de projetos anticorrupção e distribuí mais de R\$ 51 milhões em projetos de forma técnica, por meio de edital de emendas parlamentares para melhorar o Rio.

Temos um fato em comum: Nós queremos a mudança!

Paulo **Ganime**

Pilares do Plano de Governo Paulo Ganime 2023-2026

Economia

O estado do RJ será um ambiente propício para se fazer negócios, com foco na **geração de trabalho e renda**

Educação

Colocar o RJ entre os **primeiros colocados no Ideb** nas escolas públicas em 4 anos; formação dos **jovens** e educação em tempo integral

Saúde

Saúde no lugar certo, na hora certa e da forma certa

Ambiental, Social e Governança

Transparência, gestão e meio ambiente como alavanca de desenvolvimento

Infraestrutura

Transporte público de qualidade e **confiável**, **conclusão de obras** inacabadas e resolver o problema de **moradia**

Segurança

Combate às milícias, tráfico, roubo de cargas, violência das ruas e domínio territorial

Inovação, Transparência, Foco no Cidadão, Servidores, Combate à Corrupção, Responsabilidade Fiscal, Desenvolvimento Regional

Sumário

05

Temas e Diretrizes

11

Economia (Contas públicas,
e Desenvolvimento Econômico)

45

Educação

61

Meio Ambiente e
Águas

91

Social

99

Governança

115

Cultura e Esporte

125

Segurança Pública

145

Mobilidade Urbana,
Infraestrutura e Logística

156

Saúde

171

Inovação

Temas e Diretrizes



Economia

1. Estimular o livre mercado e o empreendedorismo
2. Garantir a manutenção do regime de recuperação fiscal e instituir a Lei de Responsabilidade Estadual (LRF-RJ)
3. Reduzir impostos e definir política de desenvolvimento com critérios pré-estabelecidos de concessão de benefícios fiscais
4. Realizar rigoroso ajuste fiscal
5. Recuperar os créditos públicos inscritos na dívida ativa
6. Desestatizar ativos do estado
7. Aperfeiçoar a Legislação Tributária
8. Promover melhoria no ambiente de negócios
9. Rever a Lei Estadual que regulamenta o Conselho Estadual de Turismo
10. Editar a Lei Geral do Turismo
11. Recuperar as rodovias estaduais
12. Trabalhar junto à iniciativa privada para alavancar o turismo no estado
13. Consolidar um planejamento estratégico para o turismo
14. Descentralizar a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-RJ) da Capital
15. Projetar o estado do RJ no Brasil e no Exterior
16. Realizar Feiras e Seminários de Negócios e de Turismo nas principais Regiões Turísticas do estado
17. Garantir o pleno desenvolvimento do mercado de gás natural no Rio de Janeiro
18. Implementar política industrial robusta para o setor metal-mecânico
19. Criar mecanismos de acompanhamento e gestão de oportunidades de novas empresas no RJ
20. Pensar no interior: investir no desenvolvimento regional

Temas e Diretrizes



Educação

1. Colocar o Rio de Janeiro entre os 4 primeiros colocados no Ideb no ensino médio nas escolas públicas em 4 anos
2. Acompanhar o retorno às aulas presenciais e combater a evasão escolar
3. Implementar e acompanhar o Novo Ensino Médio
4. Ampliar o Ensino Técnico e Profissionalizante com foco em resultados e parcerias
5. Melhorar a qualidade dos nossos professores e gestores
6. Potencializar a capacidade de entrega das nossas universidades estaduais, com foco na formação de profissionais na área de educação



Meio Ambiente e Águas

1. Economia Verde
2. Resiliência Ambiental e Climática
3. Biodiversidade, Unidades de Conservação, Corredores Florestais e Regeneração da Mata Atlântica
4. Saúde dos Ecossistemas e Qualidade Ambiental
5. Agronegócio Sustentável
6. Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) e Licenciamento Ambiental
7. Início Efetivo da Despoluição Futura da Baía de Guanabara
8. Saneamento e Águas
9. Cuidado com os Animais

Temas e Diretrizes



Social

1. Cuidados para quem mais precisa
2. Investir na Política da Criança e Adolescente, Mulheres, Idosos, Pessoas com Deficiência, LGBTQIA+, Pessoas em Situação de Rua
3. Inclusão para trabalho
4. Planejar ações continuadas de capacitação e de apoio técnico aos gestores, aos trabalhadores – da rede pública e privada–, aos conselheiros e aos usuários do SUAS
5. Fortalecer os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CEAM (Centro Especializado de Atendimento à Mulher)



Governança

1. Enxugar a máquina pública estadual e criar o Sistema de Custos e Programa Desperdício zero: governo eficiente
2. Reativar o escritório de gerenciamento de projetos, implantando uma central de resultados
3. Unificar o primeiro atendimento, com foco no cidadão e na excelência dos serviços prestados - O Estado perto de você
4. Promover uma estratégia permanente de valorização e qualificação dos servidores públicos
5. Ter uma gestão imobiliária efetiva
6. Implementar a agenda ESG no governo e na gestão pública do estado do Rio de Janeiro
7. Combater a corrupção e privilégios
8. Implantar um Governo Digital de fato
9. Promover a descentralização das ações de governo, através de comissões regionais

Temas e Diretrizes



Cultura e Esporte

1. Tornar a Cultura autossustentável, constituindo-se em um Capital Cultural para o estado do Rio de Janeiro
2. Formar uma Identidade Cultural no estado do RJ, a partir de suas Identidades Regionais Municipais
3. Facilitar o acesso aos Editais de Projetos Culturais
4. Fomentar a integração das atividades criativas às indústrias fluminenses
5. Esporte para a geração de renda
6. Incentivo ao esporte escolar
7. Fomento a grandes eventos esportivos no estado
8. Estrutura de execução do Programa Bolsa Atleta Estadual
9. Estrutura de execução da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte



Segurança Pública

1. Reocupar as áreas dominadas pelo crime organizado (tráfico de drogas e milícias)
2. Combater desde os crimes do “dia a dia” aos crimes de “colarinho branco”
3. Combater o roubo de cargas
4. Sistema Prisional
5. Prevenção da violência contra a mulher
6. Fortalecimento dos órgãos de segurança pública

Temas e Diretrizes



Mobilidade Urbana, Infraestrutura e Logística

1. Atrair investimentos privados e novas concessões de infraestrutura
2. Finalizar as obras em curso e as obras interrompidas do metrô e trens urbanos da Região Metropolitana
3. Integração sustentável de modos de transportes
4. Recuperar e ampliar a capacidade de vias troncais importantes e manter em bom estado as demais vias
5. Promover uma nova organização do espaço urbano e harmonizar demanda e oferta de trabalho
6. Promover a mobilidade acessível a pontos turísticos, praias, parques, e ampliar uso de ciclovias

Temas e Diretrizes



Saúde

1. Atender no lugar certo, na hora certa, da forma certa
2. Ter qualidade no atendimento, com metas rigorosas
3. Alocar adequadamente os recursos de saúde de acordo com a população atendida e o atingimento de metas
4. Implantar uma saúde digital: informação centralizada e educação como meio de prevenção



Inovação

1. Tornar o Rio de Janeiro um ecossistema de inovação de alcance global
2. Aumentar a conexão e sinergias entre academia, governo e mercado
3. Implementar uma política de inovação orientada por demandas
4. Explorar as vocações e vantagens competitivas do Rio de Janeiro

Economia

- **Contas Públicas**
- **Desenvolvimento Econômico**

CONTAS PÚBLICAS

O estado do Rio de Janeiro possui uma “estrutura produtiva oca” devido ao atraso na integração econômica entre a região metropolitana e as demais macrorregiões, além de um arranjo econômico agravado pela transferência da capital federal para Brasília (1960) - relativamente amenizada pela fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara (1975).

Apesar da introdução de diversos institutos e unidades produtivas estratégicas em nível nacional, essa alteração política na geografia do estado do Rio de Janeiro resultou numa “Arquitetura Econômico-Fiscal” com baixa coesão econômico-territorial, o que acarretou uma concentração econômica de baixa competitividade e alta vulnerabilidade a crises internacionais e nacionais. Como exemplo, pode-se mencionar a queda da produção estadual em relação à média nacional, sobretudo nos setores Químico-Farmacêutico e Naval.

As questões econômicas e fiscais são centrais para um governo estadual que deseje implementar estratégias de longo prazo, em escala regional, com políticas de desenvolvimento que tragam um reordenamento nas contas públicas ao mesmo tempo em que implementam meios para que seja aflorado o livre mercado de forma equilibrada, em que o Estado atue dentro de sua função precípua, qual seja, a de indutor virtuoso de iniciativas privadas.

A Constituição veda que o Estado se dedique à atividade econômica, exceto quando “necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em Lei”. Assim, o Estado tem que ter um papel na organização e na indução da atividade econômica, seja com a edição de normas específicas, regulando e desburocratizando os setores econômicos, seja com o fomento por meio de aquisições do Estado, seja como financiador por meio das agências de fomento existentes.

Numa visão liberal, é mister que o Estado promova políticas de desregulamentação econômica, mas com segurança jurídica. Junto com os municípios reunidos em macrorregiões, investiremos em políticas estruturantes que priorizem a alocação de recursos obrigatórios em Projetos Regionais de geração de empreendedorismo, indústria, emprego e renda. Acreditamos em um desenho de Estado eficiente no uso do recurso público, com uma carga de tributos adequada e sem corrupção.

Economia

Receitas Públicas

Fatores históricos levaram o estado do Rio de Janeiro à atual situação calamitosa, com uma “estrutura produtiva oca” e extremamente dependente de receitas de royalties de petróleo, que já estão comprometidas até o ano 2030 pela sua antecipação no mercado para pagamento de despesas correntes (salários e aposentadorias).

Apesar do imenso aumento de produção de Óleo e Gás nos últimos anos, ocorreram volatilidades conjunturais nas receitas não-tributárias (atividades do Estado submetidas ao direito privado, à exploração do patrimônio do Estado ou em decorrência de serviços públicos prestados por concessionárias), com perdas de arrecadação de ICMS no Rio de Janeiro (como Óleo e Gás cobrado no destino e, na grande maioria de bens e serviços interestaduais tributados na origem, com saldo líquido substancialmente negativo para o Rio de Janeiro).

Para compensar essas perdas, ocorreram tentativas desastrosas de recuperação de ingressos financeiros, com aumentos de alíquotas de 4% para 8% no ITDCMD (imposto sobre herança) e de IPVA de 3% para 4%, que foram neutralizadas ao longo do tempo pela queda de arrecadação (efeito Laffer, quando um aumento de tributo acarreta decréscimo de arrecadação por ser medida além do aceitável pelos pagadores de impostos).

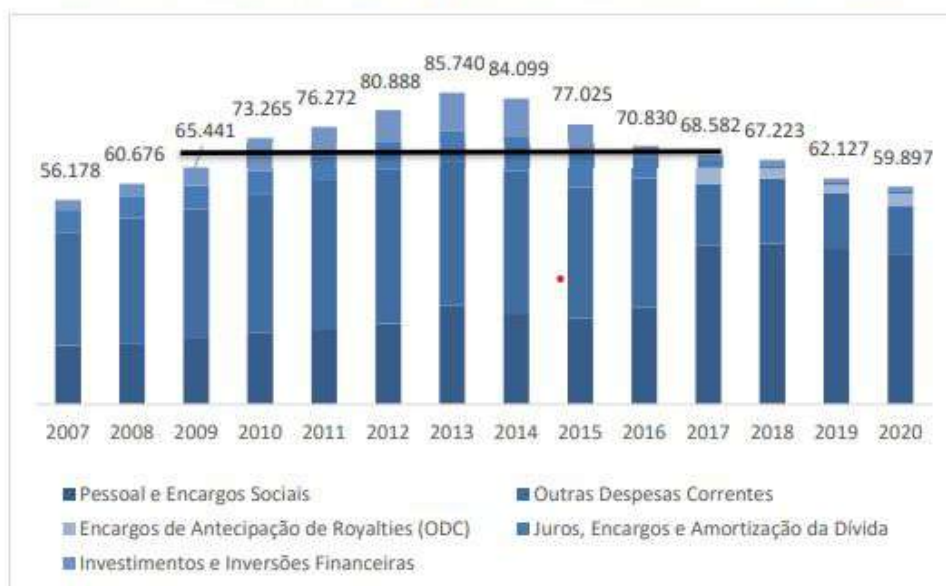
Economia

Despesas Públicas

Existe uma elevada rigidez orçamentária devido à obrigatoriedade de despesas e à vinculação de receitas a destinos exclusivos, por exemplo, transferências constitucionais aos municípios (IPVA, ICMS e outros), amortização e encargos da dívida, impostos e contribuições, indenizações e restituições, sentenças, custas e precatórios judiciais, serviços financeiros e despesas bancárias.

Após o Regime de Recuperação Fiscal - RRF, a despesa total observada em 2021 voltou aos níveis de 2008 e a despesa de pessoal tem apresentado queda de 2014 a 2020, entretanto a despesa dos servidores inativos já supera a de servidores ativos. Embora tenha ocorrido queda abrupta de Investimentos estatais, de 16% a 2% (mascarada pela redução de receita), não há correlação direta destes com a arrecadação, o que demonstra que o Estado tem importância na prosperidade econômica ao criar condições estruturantes de economia de mercado, e não como investidor financeiro ou institucional.

Gráfico 27 - Evolução da Despesa Empenhada do ERJ de 2007 a 2020 (valores reais)



Dados em R\$ milhões

Fonte: SIG e SIAFE

Deflator: IPCA 2020

Economia

Riscos Fiscais

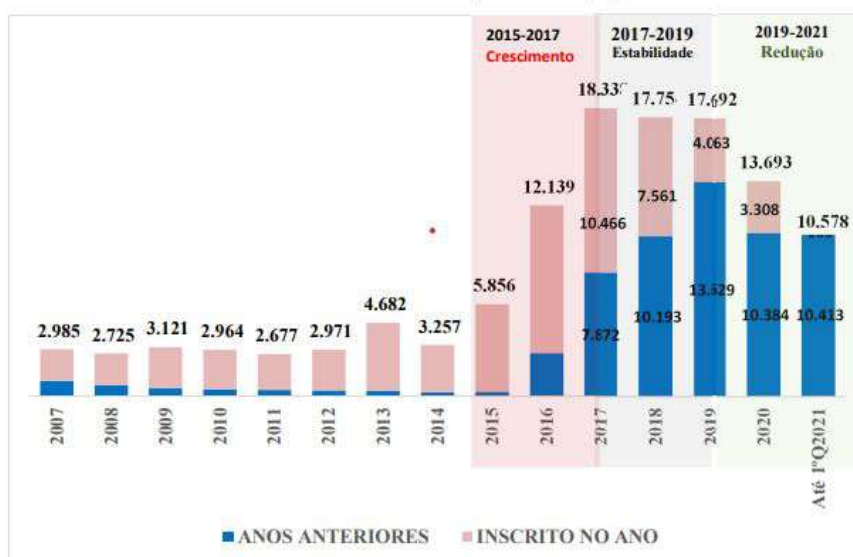
Existem consideráveis riscos fiscais através da frustração de receita oriunda de variáveis econômicas externas e internas (câmbio, inflação, etc.) que interferem tanto na arrecadação de receita como na dívida pública (risco de mercado, serviço da dívida e precatórios), que recomendam uma forte atuação de controle concomitante, com estabelecimento de previsões bimestrais da gestão fiscal.

Economia

Passivos

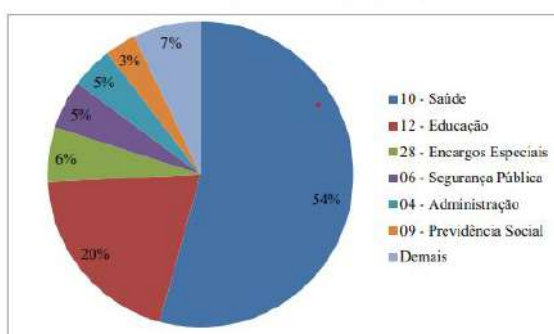
O estado do Rio de Janeiro, de 2000 a 2007, não possuía espaço fiscal para endividamento, surgindo somente em 2008, até ocorrer a perda de receitas na Crise Fiscal de 2016 (exceto o adiantamento BNP Paribas-CEDAE em 2017), provocando a elevação estratosférica do estoque de restos a pagar, chegando a R\$ 18 bilhões em 2017, impactada até hoje nos atuais R\$ 10 bilhões, com vinculação de 81%, sendo 70% de transferência (repasse) para educação e saúde. Outro dado interessante é a composição atual da dívida, sendo 90% junto à União e 8% externa, em que grande parte é financiada a juros entre 4,1% e 6,0% (88,5% dos pré-fixados e 46,0% dos pós-fixados). Cabe destacar o crescimento vertiginoso do volume anual de precatórios (TJRJ, TRF, TRT) a pagar, de R\$ 3,20 milhões em 2007 para R\$ 210,83 milhões em 2009, e depois para R\$ 3,31 bilhões em 2013, se mantendo em aproximadamente R\$ 1,0 bilhão por ano, provocando um aumento de estoque de R\$ 1,0 bilhão em 2014 para R\$ 6,9 bilhões em 2020.

Gráfico 41 - Histórico do estoque de restos a pagar



Dados em R\$ milhões

Gráfico 43 - Estoque de Restos a Pagar por Função



Fonte: Siale-RJ

Economia

Ativos

Os ativos têm diminuído ao longo tempo, tanto na rubrica Investimentos (principalmente nas Participações Permanentes) como na rubrica Imobilizado (principalmente no Patrimônio Imobiliário).

Tabela 30 - Investimentos do ERJ a preços constantes, 2007 a 2020 (em R\$ bilhões)

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INVESTIMENTOS	31,34	28,04	26,70	22,33	16,11	11,65	11,38	12,31	14,01	12,20	11,90	12,68	12,99	11,77
Participações Permanentes	25,59	21,66	20,21	18,29	12,30	7,80	7,50	7,44	7,84	7,42	7,46	8,38	8,88	8,58
Propriedades para Investimentos	2,05	1,94	1,86	1,76	2,12	2,01	1,92	2,72	2,46	0,65	0,64	0,61	0,59	0,56
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	0,37	0,45	0,41	0,33	0,38	0,39	0,37
Demais Investimentos Permanentes	3,70	4,45	4,63	2,28	1,69	1,84	1,96	1,78	3,26	3,74	3,50	3,34	3,16	2,96
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02
(-) Redução do Valor Recuperável de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,02	-0,01	-0,01	0,00	-0,68

Fonte: Relatório de Contas de Governo do ERJ (2016 a 2020); Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (2007 a

Tabela 31 - Imobilizados do ERJ a preços constantes, 2007 a 2020 (em R\$ bilhões)

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IMOBILIZADO	37,07	36,16	36,03	17,69	18,26	20,33	23,43	29,29	31,74	34,22	33,82	33,66	33,17	31,73
Bens Móveis	3,50	4,20	4,86	5,37	5,56	5,05	5,05	5,87	5,71	6,48	6,21	6,27	6,68	6,72
Bens Imóveis	4,07	4,76	5,40	5,91	6,07	6,11	6,10	7,21	6,98	7,73	7,51	7,62	8,09	8,24
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Móveis	-0,58	-0,56	-0,54	-0,54	-0,51	-1,06	-1,06	-1,34	-1,27	-1,24	-1,30	-1,34	-1,30	-1,52
Bens Imóveis	33,57	31,97	31,17	12,32	12,70	15,28	18,38	23,43	26,03	27,74	27,61	27,38	26,49	25,01
Bens Imóveis	36,28	34,63	33,88	14,99	15,32	17,14	20,20	25,28	27,78	29,44	29,36	29,13	28,23	26,74
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Imóveis	-2,71	-2,66	-2,71	-2,67	-2,61	-1,86	-1,82	-1,85	-1,75	-1,70	-1,75	-1,75	-1,74	-1,73

Fonte: Relatório de Contas de Governo do ERJ (2012 a 2020); Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (2007 a 2011). Valores deflacionados com IPCA (ano base em 2020).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O estado do Rio de Janeiro detém uma posição privilegiada na atividade industrial com equipamentos de apoio ao setor de óleo e gás natural bem como na modernização operacional das instalações portuárias de apoio à indústria offshore. Não à toa sedia as principais corporações ligadas ao setor.

O Rio de Janeiro possui pontos de chegada de gás natural offshore, em Macaé e no COMPERJ, que representam quase metade do volume de gás produzido offshore (36 milhões de m³/dia). Estas localizações privilegiadas dos pontos de chegada de gás natural despertam para a possibilidade de empreendimentos ligados à produção de amônia, ureia e metanol, além da indústria química a partir de etanol obtido na região.

Adicionalmente, o norte fluminense se posiciona tanto como importador quanto produtor de GNL (gás natural liquefeito). Sua utilização a jusante dos terminais de recebimento despertam para a interiorização do gás natural até regiões que não são servidas pela malha de gasodutos da concessionária estadual de gás canalizado. Assim, consegue-se a interiorização do gás natural via modal rodoviário (GNL) e mesmo a conversão de veículos pesados - caminhões e ônibus urbanos e interurbanos - para operação com gás natural liquefeito (GNL). É o conceito do SSLNG (small scale LNG) que vem sendo amplamente adotado no mundo para a substituição de combustíveis ambientalmente mais limpos.

A criação deste ambiente virtuoso no setor somente será alcançada com a atuação independente da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) em articulação com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Diante do quadro exposto acima, que aponta para o enorme potencial do setor de O&G, o governo do estado irá atuar como elo de aproximação e facilitação entre todos os agentes nacionais e internacionais que certamente terão interesse em seu desenvolvimento.

Neste sentido, considera-se necessário integrar proativamente o segmento industrial ligado a óleo, gás natural e energia, reconhecendo o IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo) e ANP (Agência Nacional do Petróleo) como porta-vozes do setor para discussão de um planejamento participativo que acelere a retomada da relevância do Setor, com o estabelecimento de metas conjuntas que serão fundamentais no nosso governo.

Finalmente, a atuação do futuro governador Paulo Ganime como deputado relator do pedido de urgência para tramitação da Lei do Gás Natural (Lei 14.134/2021) e sua intensa atuação no âmbito das discussões junto a consumidores, produtores e importadores o credencia como uma das maiores autoridades para cancelar ações na área de O&G.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nosso estado possui recursos naturais abundantes para determinados segmentos industriais, um território privilegiado em termos de clima e uma vultosa população pacífica e trabalhadora, elementos únicos para sermos reconhecidos como membro destacado da Federação em termos de prosperidade econômica.

Dentre as indústrias cujo tamanho demonstra forte subutilização de nossa vocação, o segmento metal-mecânico apresenta a singularidade de já ter sido destaque a nível nacional, mas contraiu-se nas últimas décadas em função da falta de política industrial séria voltada para o setor.

Está provado que é viável ter mais empresas competitivas em vários negócios deste segmento, nos setores secundário e terciário (fabricação de tubos e perfis, containers, componentes mecânicos para cadeia automotiva e naval, serviços de apoio logístico, manutenção comercial e industrial etc) da cadeia de valor econômico, onde estão os melhores empregos e que geram mais renda para o estado e seus cidadãos. Como exemplo da cadeia de valor do setor siderúrgico, o estado foi pioneiro na produção de aços planos e líder na produção de aço bruto por muitos anos.

Entretanto, perdemos espaço e vigor econômico neste ramo industrial em dimensão muito além do razoável. Muitas empresas beneficiadoras intermediárias das cadeias metal-mecânicas (serviços de corte de chapas e tiras, fabricação de tubos e perfis, sistemistas automotivos e dos setores naval e petroquímico, entre outros) abandonaram o estado, como a Tubonal e Apolo Tubulars, e outras tantas deixaram de se instalar aqui nos últimos anos, apesar das excelentes condições locais que nosso estado oferece.

Transitam pelo nosso estado mais de 70 milhões de toneladas anuais de minério de ferro para exportação através dos portos de Itaguaí e São João da Barra, no entanto, apenas 12 milhões anuais são transformadas em aço aqui. Se considerarmos que a exportação de minério de ferro deixa no país cerca de US\$ 50.00 por tonelada, e que os produtos primários de aço – planos e longos – garantem margem bruta dez vezes maior na sua exportação, sem contar a expansão de mercado que decorre da agregação de valor em si, é fácil perceber que o país e o nosso estado têm oportunidade de auferir ganhos substanciais neste segmento: ao exportar aço laminado em estado bruto, produzido a partir do minério, o Brasil passa a ganhar 200 a 1.000 US\$ por tonelada de ferro.

Um segmento que também tem grande potencial para geração de riqueza no estado é o automotivo, em que já temos o segundo maior polo de produção nacional, no sul do estado, mas que ainda depende sobremaneira de importações e fornecimentos de outros estados brasileiros, em função da falta de atenção a esta cadeia produtiva por parte do governo estadual. As fortes transformações que o setor automotivo deverá enfrentar a médio e longo prazos podem trazer condições mais favoráveis a mudanças de estratégias de abastecimento, e a oportunidade de trazer a fonte fornecedora para dentro de nosso estado surgirá automaticamente.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os segmentos Petroquímico, Naval, Construção Civil e do Agronegócio também são fortes demandantes de produtos e serviços na área metal-mecânica e o ERJ se ressentiu de ações que possam fazer florescer empreendimentos competitivos nestas áreas, aproveitando as vocações naturais existentes em nosso território. Os produtores asiáticos de componentes são muito agressivos em suas políticas comerciais e, uma vez consolidados com a eliminação de concorrentes locais, passam a subtrair competitividade das indústrias de manufatura consumidoras destes componentes, favorecendo seus clientes domésticos do extrato industrial mais avançado, ou seja, as indústrias asiáticas montadoras e manufatureiras em geral. O empresário brasileiro compete contra governos, na medida em que empresas estrangeiras dispõem de apoio dos governos locais. A China, bem como muitos outros países, incentivam e apoiam suas indústrias, nomeadamente, a governança das empresas industriais está estrategicamente ligada ao próprio governo central, o que desequilibra a força competitiva em desfavor da nossa indústria.

Finalmente, resumindo a novela trágica da desindustrialização que vem ocorrendo desde a década passada, a falta de vocação administrativa dos governos em âmbito federal e estadual deixou o ERJ sem rumo em termos de política industrial. Outros estados e mesmo países se aproveitaram disso para extrair daqui várias cadeias produtivas industriais valiosas para o nosso desenvolvimento, como os já mencionados robustos grupos fabricantes de tubos de aço, Tubonal e Apolo, que deixaram o estado a partir de 2007.

Precisamos retomar a seriedade no tratamento das políticas industriais, o que exige um jeito NOVO de conduzir a política em nosso estado. A proposta de termos Câmaras Setoriais em ação matricial, sob a coordenação da secretaria responsável por desenvolvimento econômico é um dos meios que, apesar de simples e trabalhoso, levará governo, empresariado e academia a um trabalho conjunto com frutos preciosos em um curto espaço de tempo. Os aspectos tributários e de segurança pública, que são os de citação mais frequente, se somam à falta de atenção ao setor metal-mecânico em um estado que elegera como foco de atuação econômica a petroquímica e o turismo.

É bom lembrar que a cadeia de fornecedores destes dois setores tem muita participação de componentes manufaturados. Da mesma forma que os veículos nacionais deixaram de ser carroças ferrugentas e passaram a ser exportados em massa no final da década de noventa, graças à atuação exclusivamente federal, em âmbito estadual obteremos mais valor da cadeia metal-mecânica, unindo o esforço de governo com o empresariado e a academia. Analisando e passando a conhecer os principais gargalos de competitividade do setor no RJ, cresceremos nossa participação na geração de riqueza através de nossas principais indústrias.

DIRETRIZES

01

Estimular o livre mercado e o empreendedorismo

A valorização do livre mercado e do empreendedorismo será o esteio do nosso governo. Sem empreendedores não há empresas, sem empresas não há empregos nem geração de impostos para financiar programas sociais e custear a máquina pública.

Colocaremos foco na redução dos custos burocráticos para o empreendedor com o propósito de facilitar a abertura e manutenção de pequenos, médios e grandes negócios que são frequentemente prejudicados pelas exigências do setor público. Na prática, essas obrigações muito pouco agregam à sociedade e ao empreendedor. Desta maneira, é necessário estabelecer medidas para que as juntas comerciais se atenham a uma função registral, ou seja, apenas dar publicidade, sem haver qualquer revisão ou análise do ato. Além disso, será proibida a exigência de autenticação em documentos públicos.

Incentivaremos a criação de políticas que proporcionem contrapartidas a eventuais estímulos fiscais às indústrias e ao comércio, junto aos seus arredores, com iniciativas como "Adote uma ponte", "Adote uma escola" etc.

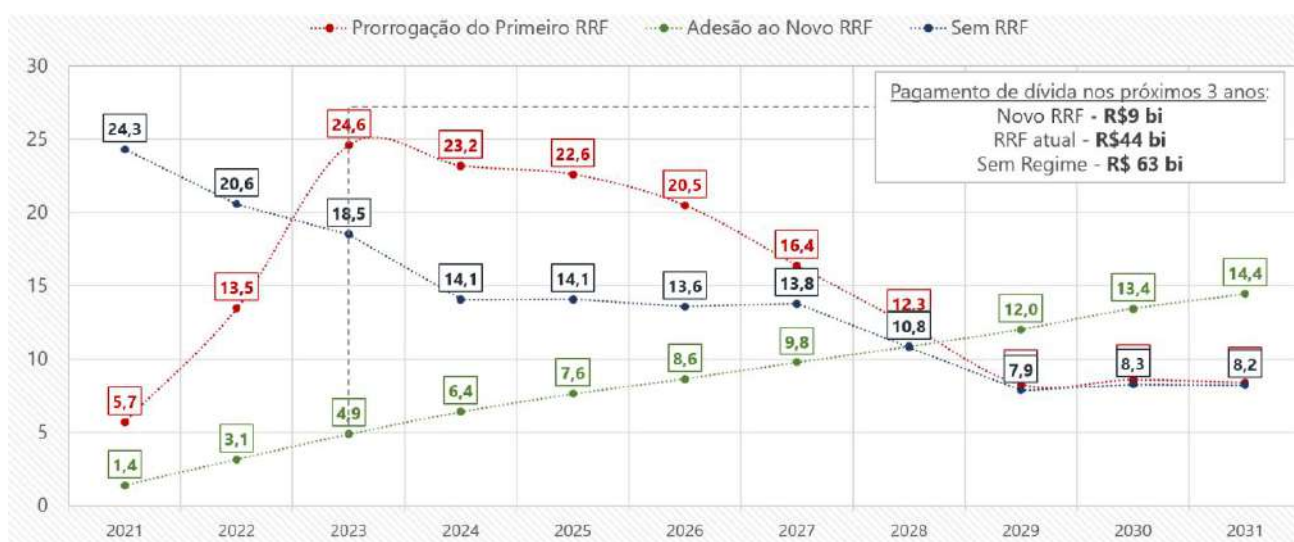
A produção local artesanal e o microempreendimento serão estimulados em paralelo à iniciativa de indústrias e empresas de grande porte. Será promovido um ambiente favorável aos produtos fluminenses para que sejam competitivos e reconhecidos em excelência e qualidade em todo o Brasil e no exterior, certificados pelo próprio mercado.

DIRETRIZES

02

Garantir a manutenção do regime de recuperação fiscal e instituir a Lei de Responsabilidade Estadual – LRF-RJ

A manutenção do regime de recuperação é condição sine qua non para oferecer a estabilidade financeira para o estado do RJ ao longo da próxima década. Sem a adesão do estado a este regime, o pagamento de dívidas nos próximos 3 anos ultrapassará R\$ 63 bilhões de reais, ao passo que, com o alívio da recuperação, o montante não chega a R\$ 10 bilhões, conforme figura abaixo:



O cumprimento das exigências do Novo Regime de Recuperação Fiscal é fundamental para aliviar as contas públicas. Deixar de cumpri-las coloca em risco a estabilidade fiscal do estado, não sendo, portanto, uma opção. O ajuste fiscal será feito concomitantemente com as estratégias de fomento e de desenvolvimento econômico do estado, sob o viés liberal, com soluções de mercado.

Será primordial que eventuais concessões de novos incentivos fiscais ligados ao desenvolvimento (políticas de fomento econômico) passem pelo escrutínio de um novo plano estratégico de crescimento do estado, fundamentado setorial e regionalmente, sem concessões individualizadas, com alinhamento dos atuais incentivos fiscais, que serão analisados individualmente.

DIRETRIZES

Além disso, vamos propor à ALERJ a instituição da Lei de Responsabilidade Estadual – LRF-RJ. É necessário definir parâmetros e regras intergeracionais de responsabilidade fiscal, estabelecendo a integração formal do fisco com a execução orçamentária, bem como separando as receitas de royalties e participações especiais dos resultados fiscais ordinários do estado. As despesas do Rioprevidência não devem mais estar vinculadas às receitas de royalties e participações especiais. É preciso dar fim a esta prática de vender o futuro para pagar o passado, que escondeu por muitos anos o descontrole dos gastos públicos. A lei deve ser desenhada para o estado do Rio de Janeiro, à luz de iniciativas exitosas em outros estados e municípios do Brasil e de outros países.

DIRETRIZES

03

Reduzir impostos e definir uma política de desenvolvimento com critérios preestabelecidos de concessão de benefícios fiscais

O estado do RJ vem perdendo empresas de produtos e serviços para todos os outros entes federativos do Brasil, fundamentalmente devido ao maior ICMS entre todos os estados do território nacional: 18% + 2% do Fundo de Combate à Pobreza (que gerou mais miséria ao nosso estado).

Primeiramente, há de se deixar claro que somos contra incentivos e isenções fiscais como mecanismo de promoção do bem-estar geral, pois criam distúrbios no equilíbrio natural dos mercados. Entretanto, estamos em uma guerra fiscal sem precedentes no Federalismo brasileiro e não se pode entrar em uma batalha desarmado.

Diante disso, é fundamental implementar uma série de medidas voltadas à concessão de Regimes Especiais de Tributação. Essas medidas alavancarão o desenvolvimento empresarial no estado, proporcionando melhores condições de competitividade às empresas que aqui se instalem, com o adicional de atrair investimentos através de novos empreendimentos no nosso estado.

Dentre essas medidas, podemos nomear a padronização do tratamento tributário por segmento empresarial, o chamado TTS (Tratamento Tributário Setorial), e a dispensa para alguns segmentos da celebração de protocolo de intenções (dispensa do oferecimento pela empresa de uma contrapartida ao benefício concedido), reduzindo a burocracia para a obtenção do incentivo, aliadas a um prazo fixo de 180 dias para análise de novos pedidos de regime especial.

DIRETRIZES

Suplementarmente, será criado o Regime Especial Automatizado, que possibilitará o deferimento imediato do benefício. Essas medidas já foram concretizadas com sucesso no estado de Minas Gerais, que conta com mais de 50 setores incentivados, que vão de indústrias até empresas de *e-commerce*. Este novo regime visa a impulsionar o empreendedorismo no estado, simplificando o dia a dia das empresas e dos empreendedores, garantindo isonomia tributária aos contribuintes fluminenses.

Já o IPVA, que substituiu a Taxa Rodoviária Única (TRU) federal e possuía destinação exclusiva para financiar a expansão e manutenção das rodovias brasileiras, é um imposto estadual (não tem finalidade de manutenção de estradas) que vem tendo sua alíquota elevada desde sua criação, em 1985, passando de 1 para 4% para automóveis de passeio no ERJ.

Não é sem motivo que dezenas de milhares de proprietários de veículos fluminenses e empresas de aluguel de automóveis escolhem pagar o tributo em outros estados, como Minas Gerais e Paraná, com a estagnação/diminuição de arrecadação a partir de 2016, de acordo com o gráfico abaixo.



Fonte: Siafe-Rio

DIRETRIZES

Diante disso, limitaremos o reajuste da base de cálculo do IPVA ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e proporemos à ALERJ uma redução do valor da alíquota para carros de passeio e caminhonetes de 4% para 3%, medidas estas que deverão aumentar a arrecadação geral e tornar nosso estado mais competitivo.

Conforme exposto anteriormente, o ITDCMD (imposto sobre herança) sofreu um aumento de alíquota de 4 para 8% em 2017, ocasionando a perda de arrecadação geral ao longo dos anos posteriores. Também enviaremos à ALERJ proposta de redução do valor dessa alíquota para que mais pessoas paguem menos imposto, sem perda da arrecadação geral do ERJ.

DIRETRIZES

04

Realizar rigoroso ajuste fiscal

O ajuste fiscal é fundamental para o desenvolvimento econômico de longo prazo do estado do Rio de Janeiro. Para tal, é necessária uma redução de despesas que permita ao RJ promover serviços a seus cidadãos de maneira eficiente, com a devida valorização dos servidores públicos estaduais, elo fundamental de ligação entre a máquina pública e a população.

05

Recuperar os créditos públicos inscritos na dívida ativa

Mesmo sendo superior a R\$ 70 bilhões, o estado recuperou algo próximo de 0% da sua dívida ativa em 2017. Quatro devem ser as ações principais para que a recuperação seja alcançada: Aprimorar procedimento fiscal por parte do contribuinte antes da execução fiscal ou do protesto cartorial; Modernizar o sistema da dívida ativa; Estabelecer parceria com o Tribunal de Justiça do estado com o objetivo de agilizar o tratamento da cobrança da dívida ativa e; Implementar a cobrança administrativa da dívida ativa.

DIRETRIZES

06

Desestatizar ativos do estado

O Rio de Janeiro possui cerca de 8.500 imóveis e 17 empresas (entre públicas, mistas e em liquidação) de sua propriedade.

Imóveis residenciais deverão ser prioritariamente colocados à venda ou destinados a políticas de habitação popular, mediante cessão temporária (aluguel social). Imóveis comerciais deverão ser submetidos à manifestação de interesse de órgãos públicos para ocupação e, posteriormente, colocados à venda. Ademais, elaboraremos um instrumento análogo ao PAI federal (Processo de Aquisição de Imóvel) que propiciará eficiência nos procedimentos de venda imobiliária.

Em relação às empresas públicas do ERJ, privatizaremos as que despertam interesse de compra pelo mercado e envidaremos esforços para que os processos de liquidação em andamento sejam terminados o mais prontamente possível, visto que tais empresas inativas ainda demandam recursos financeiros e recursos de pessoal do nosso estado.

Uma vez que receitas oriundas da desestatização de ativos do governo estadual são de caráter único, tomaremos o devido cuidado para não custear despesas correntes com esses recursos (salários e aposentadorias, por exemplo), mas constituiremos fundos de investimento e poupança que visem ao desenvolvimento econômico do estado no longo prazo, conforme propostas de desenvolvimento no decorrer deste Plano de Governo.

DIRETRIZES

07

Aperfeiçoar a Legislação Tributária

No âmbito estadual, vamos aperfeiçoar a legislação tributária do estado do Rio de Janeiro, com apoio de especialistas do governo e do setor privado. Proporemos também estabelecimento de novas práticas – transparentes e mais avançadas – para reduzir o custo de cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes e para atrair e desenvolver novos negócios no estado. Isso passa pela simplificação dos processos do fisco estadual e pela implementação de novas ferramentas.

Em paralelo, vamos defender junto ao Congresso Nacional a aprovação de uma reforma tributária que simplifique, torne o sistema tributário mais justo, e que corrija distorções na distribuição dos recursos federativos. O estado do Rio de Janeiro não pode ser prejudicado com a exceção de que o petróleo seja um dos únicos bens taxados no destino e não na origem. Dessa forma, o estado não arrecada ICMS por produzir mais de 70% do petróleo e gás brasileiro. A discussão em torno do passivo da União com os estados referente à Lei Kandir é outro tema fundamental.

Ademais, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP), que é um adicional de 2 pontos percentuais no ICMS, acaba gerando mais pobreza e miséria, por afugentar empresas e tornar o estado do RJ menos competitivo por ter o ICMS mais alto do Brasil. Sobretudo, a destinação deste adicional não é direcionada aos mais necessitados, mas a despesas gerais do governo. Faremos um estudo profundo de AIR (Análise de Impacto Regulatório) para propor à ALERJ a extinção deste adicional de 2%, com a certeza que a arrecadação aumentará pela maior competitividade de nosso estado frente a outros entes federados.

Neste mesmo sentido de atração de novos empreendimentos para o ERJ, introduziremos o *Cash Back* tributário, com estudos econômicos e jurídicos para viabilizar a criação deste mecanismo tributário inovador, que possa ser regido por Decreto Executivo, sem necessidade de submissão recorrente ao Legislativo e que permita o estado instrumentar incentivos tributários crescentes à produção, inclusive setorialmente e regionalmente. Tal ferramenta será balizada por estudos legislativos e políticos para otimizar o perfil tributário de arrecadação do estado, aumentando a participação de ICMS em troca de receitas de royalties e participações especiais, estabelecendo instrumentos de incentivo econômico setoriais e regionais por meio da interlocução com bancadas e mandatários municipais, estaduais e federais.

DIRETRIZES

08

Promover melhoria no ambiente de negócios

Busca permanente pela melhoria da segurança patrimonial e individual e da segurança jurídica, além da simplificação de procedimentos regulatórios e burocráticos, especialmente aqueles que facilitem a criação de novas empresas e a formalização de negócios. Será priorizada também a racionalização de regras tributárias, como já mencionado, a diminuição dos custos de transação, de comunicação e de aquisição de informação para o empreendedor, a facilitação do acesso ao crédito a fontes de investimento. Ademais, será buscada melhoria da inserção na economia internacional, seja para a obtenção de parcerias internacionais ou para as exportações, aproximando as empresas sediadas no estado das oportunidades internacionais, aproveitando o diferencial competitivo de um importante corredor logístico no estado, que é o terceiro maior polo exportador do país.

DIRETRIZES

09

Rever a Lei Estadual que regulamenta o Conselho Estadual de Turismo

Promover a revisão da Lei Estadual que regulamenta o Conselho Estadual de Turismo (Lei nº 2.100/1993), com o objetivo de ouvir e implementar a Lei Geral de Turismo do Estado do RJ, marco fundamental para as 12 Regiões Turísticas de todo estado, visto que a Lei Geral do Turismo, de 2008, trouxe diversas mudanças nas atividades do turismo brasileiro, tornando, inclusive, o Conselho Estadual obsoleto.

10

Editar a Lei Geral do Turismo

Editar a Lei Geral do Turismo do Estado do Rio de Janeiro, que deverá organizar e orientar o desenvolvimento do turismo, seguindo a Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008) e regular temas importantes que afetam o movimento dos turistas em quase todas as cidades turísticas do estado do RJ, como capacidade de visitação de locais públicos (parques municipais, estaduais e federais em cidades como Lumiar, Visconde de Mauá, Paraty, Angra dos Reis e Arraial do Cabo).

11

Recuperar as rodovias estaduais

Realizar a concessão de rodovias estaduais, que são vetores da movimentação de turistas da capital e outros estados para todo interior do RJ.

DIRETRIZES

12

Trabalhar junto à iniciativa privada para alavancar o turismo no estado

Trabalhar junto à iniciativa privada, como os *Convention & Visitors Bureaux*, que atuam em 36 cidades diferentes, mantendo estreito relacionamento do governo do estado com os empreendedores que trabalham com turismo nas suas diferentes modalidades e setores econômicos. Conectar o turismo com os demais setores produtivos, como agro e a indústria.

13

Consolidar um planejamento estratégico para o turismo

Aproveitar as regiões e aptidões turísticas do RJ (praias, serras, gastronomia, eventos esportivos, culturais e históricos, por exemplo) com a iniciativa do setor privado, dos *Convention Bureaux* e das Associações Comerciais, além do Sistema S e das universidades do turismo, juntamente com o governo do estado e os municípios para consolidar um planejamento estratégico eficiente e alinhado com as políticas públicas federais para os próximos 20 anos. O turismo acontece nos municípios, por isso serão criadas oportunidades para destravar os mais de 50 negócios relacionados ao ramo, como hospedagem, alimentação, comércio, transportadoras (aéreo, rodoviário, marítimo e alternativos), guias de turismo, artesãos etc.

DIRETRIZES

14

Descentralizar a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-RJ) da Capital

Descentralizar a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-RJ) da capital, mantendo a sede da Região Metropolitana e com pólos regionais na Costa Verde, Costa do Sol e Serra Verde Imperial, integrados por turismólogos e profissionais de marketing, além de desenvolver um setor de captadores de recursos federais e internacionais, com projetos elaborados de forma técnica e objetiva.

15

Projetar o estado do RJ no Brasil e no exterior

Utilizar a empresa de capital misto já existente, Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO (antiga FLUMITUR), na companhia que projetará o estado do RJ no Brasil e no exterior, com pessoal qualificado e de acordo com o planejamento estratégico acima e projetos desenvolvidos pela SETUR-RJ.

16

Realizar Feiras e Seminários de Negócios e de Turismo nas principais Regiões Turísticas do Estado

Vamos incentivar a realização de eventos geradores de fluxo turístico nos municípios que trabalham seus produtos, como exposição agropecuária, circuito da cerveja, da cachaça, do café, da laranja, do setor metal mecânico, do setor cerâmico, do óleo e gás natural etc, integrando municípios próximos e atraindo visitantes do exterior, capital e de outros estados, aproveitando o excelente posicionamento do estado na atração dos turistas. Vale lembrar que mais de 40% do total dos visitantes internacionais que vieram ao Brasil em 2019, vieram para o estado do Rio de Janeiro.

DIRETRIZES

17

Garantir o pleno desenvolvimento do mercado de gás natural no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é um estado que concentra a maior parte do potencial do setor de gás natural no Brasil. É necessário pensar no Rio de Janeiro do futuro, mas aproveitando os recursos que aqui estão e atentando-se à transição energética e geração de oportunidades na área de inovação. Entendemos que o gás natural é o elemento de transição para esse setor, tanto do ponto de vista do uso dos recursos naturais aqui presentes como também uma questão ambiental, já que a geração de energia através do gás natural é menos poluente e mais barata.

O Rio de Janeiro possui pontos privilegiados de chegada de gás natural offshore, em Macaé e no COMPERJ. Vamos apoiar e incentivar empreendimentos ligados à produção de amônia, ureia e metanol, além da indústria química a partir de etanol obtido na região.

E, para alcançar esse ambiente virtuoso no setor de gás natural, precisamos (e vamos) garantir a atuação independente da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), a qual trabalhará de forma técnica e com conselheiros especialistas no assunto.

18

Implementar política industrial robusta para o setor metal-mecânico

Dentre as indústrias cujo tamanho demonstra forte subutilização de nossa vocação, o segmento metal-mecânico apresenta a singularidade de já ter sido destaque a nível nacional, mas contraiu-se nas últimas décadas em função da falta de política industrial séria voltada para o setor.

Vamos atuar para ter mais empresas competitivas em vários negócios deste segmento, nos setores secundário e terciário da cadeia de valor econômico (Ex. produção de aços planos e aços brutos), onde estão os melhores empregos e que geram mais renda para o estado e seus cidadãos.

Além disso, iremos atuar no segmento automotivo, que também tem grande potencial para geração de riqueza no estado. As fortes transformações que o setor automotivo deverá enfrentar a médio e longo prazos podem trazer condições mais favoráveis a mudanças de estratégias de abastecimento, além da oportunidade de trazer a fonte fornecedora de matérias-primas para dentro de nosso estado.

DIRETRIZES

19

Criar mecanismos de acompanhamento e gestão de oportunidades de novas empresas no RJ

Através de uma política estrutural nos polos e nas regiões, sendo estes reconhecidos como ambientes maduros e densos, tendo suas vocações econômicas definidas, criaremos mecanismos de acompanhamento e gestão de oportunidades de novas empresas no RJ de forma centralizada e matricial, utilizando a expertise da Codin-Companhia de Desenvolvimento industrial do ERJ e AGERIO (sociedades de economia mista), com o objetivo desenvolver ações para expansão da atividade empresarial no território fluminense e fomentar parcerias entre municípios e entes privados para novos investimentos sobre os quais as prefeituras não possuem capacidade de ofertar (iluminação pública, saneamento, gestão de resíduos, eficiência energética e outros).

Dessa forma, serão priorizados projetos de infraestrutura, como logística-vias e capacitação profissional, promovendo eventos, seminários e feiras setoriais, a fim que haja maior interação entre os mercados global e local. Além disso, será fomentado grande projeto/programa de inovação para empreendedores e empresas emergentes locais ou *startups*, junto com a academia (nível médio e superior) para atenderem às necessidades das cadeias produtivas dos setores mais maduros (âncoras).

DIRETRIZES

20

Pensar no interior: investir no desenvolvimento regional

No âmbito municipal, prestaremos apoio técnico às 92 prefeituras do estado para impulsionar a promoção do livre mercado dentro da esfera geográfica de sua atuação, através do assessoramento na implementação dos princípios da Lei de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019), criando segurança jurídica e facilitando processos para empreendedores locais.

Proporemos também a criação e a utilização de metodologias de liderança, com formação de equipes autodirigidas, descentralizadas, com foco na entrega, valorizando as ideias e as contribuições de todos os agentes, visando o Desenvolvimento Regional. Desse modo, o objetivo almejado será mobilizar, qualificar e integrar as lideranças políticas, empresariais e acadêmicas para o desenvolvimento de uma determinada região, estimulando o alinhamento de demandas locais e a convergência das políticas de fomento estaduais e nacionais.

Destaca-se como exemplo a Agência Líder de Desenvolvimento Regional do Vale Médio Paraíba, uma associação civil de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, regida por estatuto próprio e legislações que lhe são aplicáveis, que já desenvolveu projetos como Observatório da Educação, curso de capacitação para gestores e Escolas Inovadoras com aspectos socioambientais e de musicalização, projetos de cooperação para soluções de problemas ("dores") das empresas/entidades/prefeituras em parcerias locais com as universidades, implantação de polo tecnológico (Redonda/Barra Mansa), projeto de integração para a prática do cicloturismo, entre outros.

Para tal, devemos nos alinhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - 2030 da ONU (com viés de economia verde), considerando sua terceira dimensão, que contempla o uso e o esgotamento dos recursos naturais que impactam na economia mundial onde são tratadas ações sobre produção e gestão de resíduos, consumo de energia, etc.

Essas agências privadas terão foco no fomento da área de emprego e renda por meio de projetos estratégicos envolvendo instituições empresariais, de ensino e poder público que, através da integração de suas forças, construirão municípios mais inovadores e integrados, contribuindo para uma melhor governança regional.

Apoiaremos as vocações locais e regionais já existentes, como o setor petroquímico e de móveis na Baixada Fluminense; metal, naval, de cerâmica e de alimentos na Baixada Litorânea; metal-mecânico e automotivo no Médio Paraíba; óleo & gás, maquinário e agricultura no Norte; naval e energia nuclear na Costa Verde; moda, bebidas e serviços aeronáuticos na Região Serrana; papel e rochas ornamentais no Noroeste; e alimentos e plásticos no Centro-Sul.

PROPOSTAS

- 1** | Garantir a manutenção do **regime de recuperação fiscal** e instituir a **Lei de Responsabilidade Estadual – LRF-RJ**.
- 2** | **Criar Regra de Ouro para gastos de pessoal.** A despesa de pessoal é permanente, mas receitas como royalties não. Portanto, o crescimento da despesa de pessoal deve estar limitado ao crescimento das receitas correntes. Caso contrário, toda vez que os royalties caírem ficarão em risco os salários do funcionalismo estadual.
- 3** | **Acabar com as manobras contábeis para reduzir a despesa de pessoal.** Há mais de uma década, os royalties são descontados das despesas de pessoal, criando a ilusão de que os gastos estão controlados toda vez que a arrecadação de royalties está elevada.
- 4** | **Calcular o duodécimo dos poderes com base na receita realizada e não na LOA, que sempre tem as receitas superestimadas.** Na prática, os poderes sempre recebem mais que os percentuais constitucionais pelo simples fato de a receita realizada ser menor que a prevista na LOA; isso acontece especialmente em anos de crise, quando mais escassos são os recursos para políticas públicas essenciais.
- 5** | **Renegociação e troca da dívida.** A renegociação com a União feita em 1997 resultou em um elevado acúmulo de resíduos para os estados cujos estoques da dívida eram elevados à época. É o caso do Rio de Janeiro. A dívida se tornou impagável. Em parceria com outros estados, propor ao Governo Federal revisão do estoque da dívida e dos prazos de pagamento. Outra alternativa é a troca da dívida ou de parte dela. A reconstrução da credibilidade da política fiscal abrirá espaço para captações com custos mais baixos do que os atuais, seja no setor privado ou em instituições multilaterais.

PROPOSTAS

- 6** | **Construir um plano de desenvolvimento econômico capaz de ser uma verdadeira bússola para política tributária.** Há anos o estado concede incentivos de forma desordenada. Perdeu quase 20% de seu parque industrial desde 2014, com o fechamento de mais de 3 mil fábricas e de quase 100 mil postos de trabalho formais. O que se viu foi um enorme êxodo industrial para outros estados, como nos casos da indústria farmacêutica para Goiás e de artigos plásticos para Santa Catarina.
- 7** | **Aprovar uma reforma da legislação tributária estadual que simplifique e dê competitividade ao ICMS fluminense,** e que seja amplamente debatida com a sociedade. Estão em vigor no estado centenas de incentivos fiscais. A complexidade é ainda maior se levarmos em conta que são vários os tipos de incentivo: redução de alíquota, redução da base de cálculo, isenção, crédito presumido etc. Definitivamente, o emaranhado tributário fluminense é hostil às empresas e de difícil controle pela receita estadual.
- 8** | **Criar o Regime Especial Automatizado, que possibilitará o deferimento imediato do benefício fiscal.** Modelo como esse foi implementado no estado de São Paulo e reduziu sobremaneira o tempo de abertura de empresas, por exemplo. Muitos benefícios têm requisitos predefinidos, mas mesmo assim são concedidos após um longo e moroso processo. Isso atrasa e afasta investimentos e a geração de empregos, renda e arrecadação.
- 9** | **Executar um Programa de Conformidade Tributária** com punições a devedor contumaz, contribuintes inadimplentes, critérios para concessão e perda de benefícios fiscais. Projeto similar foi bem sucedido no estado de São Paulo, por exemplo.
- 10** | **Reduzir o valor da alíquota de IPVA para carros de passeio e caminhonetes de 4% para 3%.** O IPVA no Rio de Janeiro é superior ao de estados próximos como Minas Gerais e Paraná, o que tem resultado em perda de arrecadação de IPVA. Prova disso é o grande número de carros de aluguel rodando no RJ, mas com placa desses estados.
- 11** | **Reduzir do valor do ITD,** imposto estadual que incide sobre as transmissões causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos. Após o estado dobrar a alíquota em 2018, a arrecadação do tributo despencou.

PROPOSTAS

- 12** | **Colocar à venda ou destinados a políticas de habitação popular imóveis residenciais**, mediante cessão temporária (aluguel social). O estado tem centenas de imóveis inutilizados que poderiam ser vendidos ou acessados por quem precisa.
- 13** | **Colocar à venda imóveis comerciais** - após submissão à manifestação de interesse de órgãos públicos para ocupação. No centro da cidade, por exemplo, há diversos imóveis estaduais sem uso ou abandonados.
- 14** | **Avaliar remanejamento dos imóveis ocupados por secretarias e órgãos de governo**, levando em conta o número de servidores e os serviços prestados, que levará a uma otimização da utilização dos imóveis públicos no seu conjunto e possível venda ou aluguel dos bens subutilizados ou inúteis para cumprir alguma função estatal, além de avaliar e cobrar aluguel de imóveis utilizados pelos demais poderes estaduais, com lançamento contábil no RioPrevidência.
- 15** | **Elaborar instrumento análogo ao PAI federal** (Processo de Aquisição de Imóvel), que propiciará eficiência nos procedimentos de venda imobiliária.
- 16** | **Privatizar as empresas públicas** do ERJ com vistas a ter uma retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada, com ganhos de eficiência para a população; e permitir que o governo do Rio de Janeiro concentre seus esforços nas atividades na qual a presença do Estado seja fundamental para a consecução de suas prioridades.
- 17** | **Terminar os processos de liquidação em andamento**, visto que tais empresas inativas ainda demandam recursos financeiros e de pessoal do nosso estado.

PROPOSTAS

- 18** | **Aprimorar procedimento fiscal por parte do contribuinte antes da execução fiscal ou do protesto cartorial.** Muitos dos créditos que hoje constituem a dívida ativa poderiam ser evitados através de um processo de controle e cobrança, evitando a fase judicial da cobrança, tipicamente mais demorada.
- 19** | **Modernizar o sistema da dívida ativa,** integrando os sistemas da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado de Fazenda. Até hoje os sistemas são separados, apesar do processo ser o mesmo. Além disso, há amplo espaço para aplicação de tecnologias como inteligência artificial para aumentar o controle e recuperação de créditos fiscais.
- 20** | **Estabelecer parceria com o Tribunal de Justiça do estado** com o objetivo de agilizar o tratamento da cobrança da dívida ativa estadual. Isso inclui convênios para protesto das certidões de dívida ativa, conciliação judicial e penhora física e online dos débitos executados. Vários estados e prefeituras já fazem isso com sucesso.
- 21** | **Implementar a cobrança administrativa da dívida ativa** através de instituições financeiras selecionadas via processo e licitação pública. Esse modelo pode ser aplicado especialmente para recuperação de créditos de pequeno valor, cujo volume é muito alto e concentrado em pessoas físicas.

PROPOSTAS

- 22** | **Consolidar um planejamento estratégico para o turismo** para os próximos 20 anos, aproveitando as regiões e aptidões turísticas do RJ (praias, serras, gastronomia, eventos esportivos, culturais e históricos, por exemplo) com a iniciativa do setor privado, dos Convention Bureaux e das Associações Comerciais, além do Sistema S e das universidades do turismo, juntamente com o governo do estado e os municípios.
- 23** | Fomentar através de incentivo técnico e financeiro, de recursos federais não utilizados atualmente, a realização de **Feiras e Seminários de Negócios e de Turismo** nas principais Regiões Turísticas do estado, apoiando a realização de eventos geradores de fluxo turístico nos municípios que trabalham seus produtos, como exposição agropecuária, circuito da cerveja, da cachaça, do café, da laranja, do setor metal-mecânico, do setor cerâmico, do óleo & gás natural, etc.
- 24** | Integrar proativamente o segmento industrial ligado a **óleo, gás natural e energia**, reconhecendo o IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo) e ANP (Agência Nacional do Petróleo) como porta-vozes do setor para discussão de um planejamento participativo que acelere a retomada da relevância do setor, com o estabelecimento de metas conjuntas.
- 25** | Promover a interiorização do gás natural via modal rodoviário (GNL) e mesmo a conversão de veículos pesados - caminhões e ônibus urbanos e interurbanos - para operação com **gás natural** liquefeito GNL, implementando o conceito do SSLNG (small scale LNG) que vem sendo amplamente adotado no mundo para a substituição de combustíveis ambientalmente mais limpos.

PROPOSTAS

- 26** | Desenvolver uma política industrial séria voltada para o **segmento metal-mecânico**, que está subutilizado e se contraiu nas últimas décadas mas apresenta a singularidade de já ter sido destaque a nível nacional
- 27** | Fomentar a exportação de **aço laminado** em estado bruto, produzido a partir do minério, visto que a exportação de minério de ferro deixa no país cerca de US\$ 50.00 por tonelada, e os produtos primários de aço – planos e longos – garantem margem bruta dez vezes maior na sua exportação, sem contar a expansão de mercado que decorre da agregação de valor em si.
- 28** | Desenvolver políticas voltadas à cadeia produtiva do **setor automotivo**, por ser um segmento que tem grande potencial para geração de riqueza no estado, e em que já temos o segundo maior polo de produção nacional, no sul do estado, mas que ainda depende sobremaneira de importações e fornecimentos de outros estados brasileiros.

PROPOSTAS

- 29** | **Criar uma agência de atração de investimentos** a partir da fusão entre AGERIO (responsável pelos programas de crédito) e CODIN (responsável pela avaliação dos investimentos e pelos condomínios industriais). Um lugar único onde os interessados encontrariam tudo que precisam para investir no estado.
- 30** | **Lançar um amplo programa de concessões e PPPs.** Há oportunidades em muitas áreas além do saneamento. Rodovias, por exemplo, apresentam grande potencial. Ampliar a participação do setor privado nos investimentos é a forma mais rápida para reaquecer a economia estadual, gerar empregos e aumentar a arrecadação.
- 31** | **Aumentar as Fontes de Financiamento e o relacionamento com investidores.** Aumentar a capacidade da AGERIO de promover novos investimentos usando recursos e mecanismos globais, inclusive de fundos verdes, bancos de desenvolvimento internacionais, como BID, BIRD e o BEI-Banco Europeu de Desenvolvimento.
- 32** | **Criar Conselhos de Desenvolvimento Regional** em todas as regiões do estado, compostos por representantes do governo do estado, das prefeituras, das empresas e da sociedade civil organizada, e que terão como objetivo principal sugerir políticas públicas que ensejem a atração de investimentos e o desenvolvimento local.
- 33** | **Elevar a participação do setor agropecuário para 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos 4 anos,** por meio de políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e suas vinculadas (Emater, Pesagro, Fiperj) e em parceria com os municípios e produtores rurais.

Educação

Educação

Entendemos a educação como ferramenta estrutural para a recuperação do nosso estado. O Rio de Janeiro, que já foi capital de dois impérios e do país, um estado rico em possibilidades e potencialidades, não pode estar em 20º lugar no ranking do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), com nota média de 3,5 pontos em 2020 (abaixo da meta projetada para o ano, de 4,4 pontos). Em 2017, o resultado foi ainda pior, com a média ficando em 3,3 pontos. Apesar da leve melhora na comparação com 2017, as escolas do estado ainda estão muito distantes de seus objetivos. A meta do MEC para o próximo ano de avaliação, em 2022, é bater a casa dos 6 pontos.

Nossas escolas precisam oferecer um ambiente saudável e favorável para que a comunidade escolar se desenvolva de maneira efetiva, com foco no que mais importa: o desenvolvimento da aprendizagem. A execução de programas focados nas condições estruturais e de formação continuada dos profissionais da educação nos levará a avanços significativos para a segurança, a saúde, a geração de empregos e de renda, o cuidado com o outro e, principalmente, para a solução de problemas e criação de oportunidades.

Para que esse salto de qualidade se dê, é preciso muito conhecimento, trabalho e, acima de tudo, coragem. Conhecimento para desenvolver projetos com base em dados e evidências; trabalho para buscar soluções que contemplem os nossos 647 mil alunos e 32.964 professores e colaboradores, que atuam em 1.231 escolas, totalizando, em 2020, 22 mil turmas (Fonte: Seeduc/RJ). Todos os atores da educação necessitam ter coragem para quebrar paradigmas, romper as barreiras ideológicas e corporativistas, propor soluções inovadoras e de alto impacto. Coragem também para buscar modelos que estão dando certo em outras cidades e estados, como o Ceará. Nossa meta é proporcionar um ambiente educacional onde crianças e adolescentes aprendam, de forma integrada e contextualizada. Essa mudança é urgente, não temos mais tempo a perder.

O cenário atual é formado por uma conjunção de grandes desafios: as consequências da pandemia (evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e a utilização novas metodologias), a implementação do Novo Ensino Médio, o déficit e novas demandas e perfis para profissionais em diferentes setores do setor produtivo e na sociedade em geral. Junte-se a isso a necessidade de atualização e adequação dos cursos de formação de professores e da capacitação dos nossos gestores e colaboradores escolares.

DIRETRIZES

01

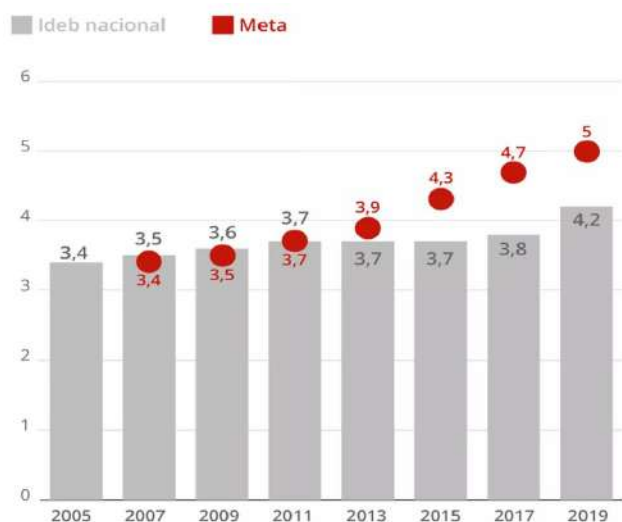
Colocar o Rio de Janeiro entre os 4 primeiros colocados no Ideb no ensino médio nas escolas públicas em 4 anos

O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), principal indicador da educação básica, varia numa escala de 0 a 10. Bianual, ele é calculado para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e o ensino médio, baseado nas notas de Língua Portuguesa e Matemática da Prova Brasil (Saeb) e na taxa de rendimento das escolas (quantidade de aprovações, reprovações e evasões).

O Brasil teve em 2019 o maior avanço na série histórica do Ideb na etapa do Ensino Médio, após praticamente 12 anos de estagnação. Passamos de 3,8, em 2017, para 4,2, em 2019, puxados principalmente pela rede pública de ensino. Mas ainda estamos longe da meta de 5,0 estabelecida para a etapa.

26 redes estaduais da federação apresentaram crescimento no Ideb em relação a 2017, sendo o Paraná a rede com maior aumento: 0,7. Apesar disso, não foi o suficiente para que os estados atingissem seus objetivos. Goiás e Espírito Santo têm a melhor média do país. Já Amapá e Pará, as mais baixas.

No Saeb de 2019, o desempenho dos estudantes do ensino médio de todos os estados melhorou em Língua Portuguesa e Matemática, em comparação a 2017.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)



Infográfico elaborado em: 15/09/2020

DIRETRIZES

O Rio de Janeiro não bateu a meta no Ideb de 2019 em nenhuma das etapas escolares avaliadas. Nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) - majoritariamente atendido pelas redes municipais - em 2019, o estado do RJ não alcançou a meta prevista de 6,1, ficando estagnado em 5,8. Apenas 26 cidades do estado, das 90 que têm metas estipuladas, atingiram os objetivos estabelecidos pelo Inep em 2005.

Na segunda parte do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) - ofertado pelas redes municipais, estadual e privada - o estado do RJ também não atingiu a meta de 5,4, ficando restrito ao crescimento de 4,7 para 4,9. Nossa rede estadual passou de 3,7, em 2017, para 3,9, em 2019, ainda abaixo da meta de 4,6. Das 84 cidades do estado que têm metas para os anos finais, só 11 (13,1%) conseguiram atingi-la. Longe do resultado de outros estados, onde 29% municípios atingiram o objetivo estipulado em 2005.

No ensino médio - oferecido principalmente pela rede estadual de educação - a expectativa era atingir pelo menos 4,9, mas ficamos em 4,1 - crescendo apenas 0,2 pontos.

Para o próximo Ideb, a ser divulgado em 2022, contabilizados os prejuízos causados pelo período de pandemia, o retrocesso tende a ser ainda maior.

DIRETRIZES

Exemplos que inspiram

Uma cidadezinha no Noroeste Fluminense do RJ, de apenas 15 mil habitantes, conseguiu o que nenhuma outra no país foi capaz, saltou 2,5 pontos no Ideb. Com 175 alunos no final do ensino fundamental, Natividade deixou uma das piores notas do país, 3,1 em 2017, para um lugar entre as 250 melhores, com 5,6 em 2019.

Em 2017, houve um aumento de 5% no orçamento da educação, mas essa diferença só foi de fato impactante porque uma série de mudanças foram implementadas na Secretaria de Estado de Educação. A principal foi a implementação de uma rotina de avaliações, com o acompanhamento do aluno de perto, além de aulas de reforço.

E do sertão do Ceará veio a primeira colocação na avaliação de 2019 do Ideb. Nas séries iniciais, Mucambo saltou de 6,8, em 2017, para 9,4, em uma escala que vai até 10. A cidade tem 2.726 estudantes, em 15 escolas municipais, sendo que 10 estão na zona rural.

Um estudo realizado pelo Banco Mundial, em 2020, mostra que os números do Ideb em quase todos os municípios cearenses são resultado da melhora nas taxas de evolução escolar e aprendizado no ensino fundamental tanto em anos iniciais quanto em anos finais. No estado, o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental passou de 2,8, em 2005, para 6,3, em 2019. Essa meta é superior à prevista pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para o Brasil em 2022, de 6,0.

Avaliação, revisão e aprofundamento de estratégias educacionais são fundamentais para o sucesso de qualquer política pública. Este sucesso se fez a partir de alguns pilares de gestão e eficiência.

DIRETRIZES

02

Acompanhar o retorno às aulas presenciais e combater a evasão escolar

O período prolongado de interrupção das atividades nas escolas de maneira presencial nos levou a cenários que trouxeram graves consequências para o cotidiano educacional. As possibilidades de evasão e abandono escolar e o afastamento de profissionais de educação são novos e grandes desafios que nos levam à necessidade de planejamento e execução de projetos para a preparação de um ambiente estimulador e de condições de trabalho que possibilitem o alcance dos resultados significativos. Acreditamos ser necessário: uma avaliação diagnóstica inicial para a construção de projetos e trilhas pessoais de aprendizagem para os estudantes, dentro de uma contextualização local, em parceria com as famílias; o desenvolvimento de programas multidisciplinares de saúde física e mental para estudantes e profissionais de educação; ações efetivas de resgate dos estudantes que não retornaram às atividades, integrando educação, promoção social, esportes e saúde; e o estabelecimento de projetos de melhoria nas relações interpessoais, com foco na construção de vínculos afetivos, humanizadores e sociais.

Pretendemos priorizar investimentos financeiros e organizacionais que possibilitem às redes públicas, unidades escolares e suas respectivas comunidades, implementar ações que estimulem um ambiente de ensino-aprendizagem e relacionamento além do tradicional e desenvolvam os aspectos comportamentais, sociais, emocionais, criativos e colaborativos de forma integrada. Só assim, teremos uma sólida parceria entre famílias, profissionais de educação e a comunidade do entorno, com vistas ao protagonismo dos estudantes para uma educação de qualidade e, principalmente, que faça sentido para o estudante.

DIRETRIZES

03

Implementar e acompanhar o Novo Ensino Médio

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contempla a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, com itinerários formativos, focados nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

É importante registrar que o Novo Ensino Médio não exclui disciplinas dos currículos. Pelo contrário, a proposta atual da BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), mobiliza conhecimentos de todos os componentes curriculares em suas competências e habilidades e, portanto, torna seu desenvolvimento obrigatório, incluindo Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia.

Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no Novo Ensino Médio. Desta forma, a ideia é que o estudante tenha a oportunidade de se aprofundar em uma determinada área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da Formação Técnica e Profissional (FTP).

A lei dispõe sobre o desenvolvimento de projetos de vida dos estudantes, o que será o momento desencadeador para refletir sobre o que se deseja e conhecer as possibilidades oferecidas pelo Novo Ensino Médio. A escola deverá criar os espaços e tempos de diálogo com os estudantes, mostrando suas possibilidades de escolha, avaliando seus interesses e, conseqüentemente, orientando-os nessas escolhas.

Na rede de escolas particulares, são visíveis as mudanças ocorridas em virtude no Novo Ensino Médio não apenas no aumento da carga horária como também na reestruturação da grade de matérias e conteúdos. É preciso garantir que a rede pública estadual ofereça a mesma estrutura e qualidade para seus alunos, evitando que o abismo entre as redes particular e pública aumente ainda mais.

Para além da implementação do Novo Ensino Médio, nosso desafio é desenvolver mecanismos de avaliação e controle para que as novas práticas sejam constantemente monitoradas e repensadas, criando um arcabouço de dados e evidências que servirão de norte para novas estratégias e ações.

DIRETRIZES

04

Ampliar Ensino Técnico e Profissionalizante com foco em resultados e parcerias

Em nosso estado, 26,8% dos jovens de 15 a 29 anos não estudam nem trabalham (FGV, 2021), acima de todos os outros estados do Sudeste (SP 24%, ES 23,2% e MG 23%). Isso mostra a urgência de termos uma política educacional que se conecte com o mercado de trabalho e estimule o jovem a continuar estudando em busca de um futuro melhor. A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), órgão do Governo do RJ, alega ter 117 unidades e 50 mil alunos por ano. Apesar da qualidade e dedicação dos profissionais da FAETEC, a ocupação política do órgão e das unidades tem trazido resultados muito aquém do potencial e uma gestão muito pouco transparente sobre seus planos e resultados. A SEEDUC-RJ tem uma atuação tímida em ensino técnico e profissional com somente 16 unidades com essa abordagem.

Outros modelos são possíveis, como em Minas Gerais em que o Governador Zema tem ampliado a oferta de vagas com parcerias com a rede privada no programa Trilhas do Futuro.

DIRETRIZES

05

Melhorar a qualidade dos nossos professores e gestores

Nossa rede estadual abarca 62.476 colaboradores, lotados nas 1.230 unidades escolares, sendo 55.519 professores e 6.957 demais servidores. Além das pastas que compõem a estrutura central da secretaria, a SEEDUC se distribui em 15 estruturas regionais, compostas por dois Diretores Regionais (Administrativo e Pedagógico) e sete Coordenadores (Inspeção Escolar, Gestão de Pessoas, Infraestrutura, Financeiro, Gestão de Rede, Ensino e Avaliação). Um universo de profissionais de diferentes áreas, que desenvolvem atividades neste grande pilar social que é a educação.

Temos excelentes professores, realmente comprometidos com a educação, que são ofuscados por um sistema que nivela todos e não destaca nem multiplica as boas práticas. Por outro lado, temos também professores que não buscam cursos de capacitação por não enxergarem vantagem ou necessidade de se desenvolver.

A verdade é que, com a rapidez que alcançamos o acesso à informação nos últimos anos, como em qualquer profissão, o professor precisa estar atualizado. E estudar, analisar e aprender é a única forma de fazer isso. Sendo assim, capacitar docentes se torna cada vez mais urgente. A capacitação de professores tem um grande poder de transformação. Portanto, para conseguir melhorar a Educação de fato, precisamos investir em programas que transformem nossos professores e gestores em profissionais qualificados.

Para que os melhores resultados sejam obtidos, acreditamos ser necessária a construção de uma base sólida, fundamentada na criação e na adequação de uma infraestrutura que ofereça condições e espaços onde acontecerão a aprendizagem significativa, os projetos, as trilhas pessoais e a formação cidadã; a formação e capacitação permanente, o desenvolvimento de carreira, reconhecimento do mérito e estímulo do nosso capital humano, que reúne os diferentes profissionais de educação que atuam em uma comunidade escolar, em especial os gestores e professores regentes; e, ainda, a aposta na inovação com a criação e adequação diferenciada de ambientes educacionais, assim como a utilização de metodologias e recursos inovadores que estimulem a aprendizagem e o oferecimento de escolas de funcionamento em tempo integral.

Professores precisam ser ouvidos para levantarmos suas necessidades e de quais ferramentas precisam para desempenhar sua função com excelência. Algumas ações podem ser simples, como aumentar o número de aulas em uma mesma escola para diminuir o tempo de deslocamento.

DIRETRIZES

06

Potencializar a capacidade de entrega das nossas universidades estaduais, como foco na formação de profissionais na área de educação

Nosso estado conta com três universidades públicas estaduais: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO) - recentemente incorporada à UERJ - e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Além da cidade do Rio de Janeiro, a UERJ está presente em outros oito municípios fluminenses: Duque de Caxias, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, Angra dos Reis e Teresópolis.

Com orçamento anual de R\$1,3 bilhões, a UERJ possui hoje 46.000 alunos e 2.800 professores, além de 5.600 funcionários técnico-administrativos. Assim, se faz necessária a otimização do orçamento anual, com vistas à modernização de ambientes de aprendizagem, de laboratórios, de espaços para o convívio social e da melhoria da qualidade da aprendizagem e da incrementação da pesquisa científica.

Em março deste ano, a Lei 9.602/2022 determinou a incorporação da UEZO à UERJ. A norma determina a expansão da oferta de ensino superior na Zona Oeste, assim como o incremento na pesquisa e na extensão. O Plano de Desenvolvimento Institucional que vai detalhar essas metas deve ser elaborado pela UERJ no prazo de um ano.

A UERJ deve ser um agente social significativo no estado, com participação e protagonismo no estímulo à inovação e ao desenvolvimento, por meio da implementação de programas e projetos que venham ao encontro de demandas necessárias e específicas das diferentes regiões do estado. Para tanto, será importante um modelo de gestão que mobilize a instituição para a promoção da inovação e da modernização da sua administração, com foco em resultados coletivos e significativos para a comunidade do estado do Rio de Janeiro.

Outro aspecto fundamental é a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, que possibilitem oportunidades para a empregabilidade e melhoria de vida de jovens e adultos, a partir das mudanças no cenário profissional e social, com características cada vez mais fundamentadas no comportamento empreendedor e na proposição e gerenciamento de projetos coletivos.

PROPOSTAS

- 1** Criar o Plano Rio de Janeiro no Top 4, com o objetivo de **colocar o RJ entre os 4 primeiros colocados no Ideb** entre os estados, no ensino médio, em 4 anos.
- 2** Implementar programa de intercâmbio permanente de **boas práticas na educação**; troca de experiências positivas com secretarias de educação de estados e municípios mais bem colocados no Ideb. Montagem de equipe intersetorial (secretarias de Educação, Fazenda, Tecnologia e Trabalho) atenta a novas práticas educacionais no Brasil e no exterior.
- 3** Implementar programa de **premiação das melhores escolas**, tendo como referência o desempenho escolar, através de metas estabelecidas pelo Plano Rio de Janeiro no Top 4, como um mecanismo de incentivo e responsabilização. Prêmios extras serão destinados a escolas que auxiliarem outras escolas a melhorar seu desempenho, aprimorando a rede de ensino como um todo.
- 4** Fomentar a **integração escola/família** através do Programa Família na Escola - incentivar a abertura das escolas aos finais de semana para integração com a comunidade e desenvolvimento de atividades ligadas aos eixos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), com esporte, cultura, saúde, trabalho e aprendizagem através da contratação de estagiários de nível superior e médio para atividades operacionais e apoio a atividades na semana letiva.

PROPOSTAS

5 Promover a **renovação estrutural** dos equipamentos de educação do estado, contemplando a **infraestrutura física e tecnológica dos equipamentos de educação** com foco em: (1) **ambientes inovadores** e estimuladores para a aprendizagem a fim de fomentar a inovação e as mudanças de paradigmas; (2) projetos para a **acessibilidade física de pessoas com necessidades especiais de mobilidade e aprendizagem**; (3) espaços coletivos (administrativos e de aprendizagem) com características que estimulem a integração e a melhoria nos relacionamentos interpessoais; (4) ambientes físicos e virtuais de estímulo à **iniciação científica**, à pesquisa e à inovação, identificados com o cotidiano dos estudantes e familiares.

6 Implementar o **Ensino Médio Integral através de parcerias com o Terceiro Setor**, em linha com a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), lançada em 2016 pelo Governo Federal, que garante aos estados o repasse de R\$ 2 mil por aluno/ano durante o período de 10 anos mediante o cumprimento de critérios estabelecidos pelas portarias. No Plano Nacional de Educação, a expansão do EMI corresponde à Meta 6 e prevê a oferta em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos jovens da educação básica até 2024. Para que a Meta 6 seja alcançada, vamos estabelecer parcerias com ONGs e institutos afins para que apoiem a SEEDUC na implementação da expansão do Ensino Médio Integral, com revisão de governança e aplicação de ferramentas, o que otimiza processos, facilita o planejamento logístico e de infraestrutura, além de proporcionar o uso mais eficiente dos recursos públicos.

PROPOSTAS

- 7** | Ampliar o **Programa Renda Melhor Jovem**, regulamentado pelo Decreto nº 43.257, de 26 de outubro de 2011, que tem por finalidade o desenvolvimento de ações que busquem oferecer a seus beneficiários oportunidades de desenvolvimento pessoal e social; e contribuir para o aumento da taxa de concluintes do ensino médio no estado do Rio de Janeiro, visando à melhoria dos indicadores de desempenho dos jovens em situação de pobreza extrema. O incentivo será feito através de **compensação financeira para os jovens beneficiários do programa**,
- 8** | Fomentar programa de apoio às redes municipais de ensino através de **integração entre a SEEDUC e as secretarias municipais de educação**; promover a realização de workshops de formação de professores com foco em práticas pedagógicas, materiais didáticos e formas de autoavaliação do desempenho de professores e alunos.

PROPOSTAS

- 9** | Estabelecer sistema de monitoramento permanente da rede, visando à implementação do **Novo Ensino Médio - avaliação contínua da qualidade da educação**, através de parâmetros e metas predeterminadas. Apoio e acompanhamento pedagógico de professores, coordenadores e supervisores escolares por meio de avaliações periódicas de gestores. Eficiência da gestão escolar com o estabelecimento de metas de aprendizagem comuns a todos. Monitoramento de ações pedagógicas planejadas em sala de aula, a fim de melhorar e corrigir rotas para atingir metas de desempenho dos estudantes em determinadas disciplinas ou linguagens.

- 10** | Implantar Programa de Estímulo à **Iniciação Científica** junto às escolas públicas estaduais.

- 11** | **Criar Observatórios Regionais de Educação (modelo já desenvolvido no Sul Fluminense)** com os seguintes objetivos: (1) identificar as demandas; (2) conhecer iniciativas, modelos de gestão e projetos das unidades escolares; (3) promover a participação comunitária e propor o sentimento de pertencimento e parceria no planejamento dos projetos (instituições de ensino superior, setor produtivo, prefeituras, famílias...); (4) estabelecer objetivos e metas compatíveis com cada região do estado; planejar a partir de exemplos, informações e dados reais atualizados; (5) desenvolver projetos com identidade regional (cultura, desenvolvimento social e econômico da comunidade); (6) propor e consolidar o compromisso com os resultados.

PROPOSTAS

- 12** | **Implantar o Programa Trilhas do Futuro**, seguindo o modelo elaborado pelo governo Romeu Zema - **oferta gratuita de cursos técnicos aos estudantes e egressos do ensino médio**, através de parceria com instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, que poderão ofertar formação profissional e técnica de nível médio.
- 13** | **Revisar e expandir a oferta de cursos técnicos** através do mapeamento das oportunidades de desenvolvimento econômico locais e tendências de mercado, como programação e *design*.
- 14** | Implementar ações para promover uma **maior integração entre SEEDUC, Unidades de Ensino Médio da FAETEC, Sistema S e ensino privado**; fomentar parcerias para ofertar e divulgar vagas para alunos da rede estadual.
- 15** | Estabelecer programas para o aprimoramento e **valorização dos servidores públicos da SEEDUC**. Realizar cursos de formação permanente para professores e gestores de escolas.
- 16** | Implementar programa de acompanhamento, suporte e **avaliação dos professores e gestores da rede** com o objetivo de estimular a melhoria contínua nos resultados individuais e coletivos. O programa será estruturado a fim de estimular uma mudança gradual de perfil dos profissionais da educação, promover a atualização, capacitação e adaptação técnica de todos os players da rede estadual de ensino, em três eixos: (1) professores e gestores recém-contratados (ambientar, integrar, informar e capacitar); (2) professores e gestores atuantes (atualizar, capacitar, integrar e valorizar); (3) profissionais administrativos (atualizar, capacitar, integrar e valorizar).

PROPOSTAS

- 17** | **Criar programa de qualificação da formação de novos professores.** Reavaliar o plano de carreira e salário de educadores e gestores da rede pública. Criar plano de metas e recompensas para educadores e gestores.
- 18** | Implantar uma **política de gestão não politizada** - preencher **cargos das diretorias escolares por meio do desempenho nas avaliações** e não por intervenções partidárias, incentivando os municípios a terem o mesmo procedimento.
- 19** | Estabelecer programa de gestão integrada das **Universidades Estaduais do Rio de Janeiro e da FAETEC**, visando a adequação de currículos e matrizes que atendam a demandas atuais, além de **integração das universidades com o setor produtivo.**

Meio Ambiente e Águas

Meio Ambiente e Águas

Estudo internacional realizado em 2020 aponta que a chamada “retomada verde” (baseada em economia de baixo carbono sustentável) tem potencial de criar 2 milhões de empregos e aumentar o PIB em R\$ 2,8 trilhões nos próximos dez anos no Brasil. Os recursos internacionais oriundos de países de primeiro mundo, historicamente poluidores no contexto das mudanças climáticas, tendem a ser intensificados em direção aos países que têm parte da economia de baixo carbono, e que conciliam suas principais atividades econômicas com a preservação de áreas verdes e recursos hídricos. O estado do Rio de Janeiro naturalmente desponta como um dos estados de maior potencial no Brasil para se alinhar ao contexto global da adaptação da economia às mudanças climáticas, e fomentar suas potencialidades atreladas à geração de energia renovável.

No âmbito das mudanças climáticas, também existem preocupações quanto às suas consequências para o Rio de Janeiro, que é um estado suscetível a desastres naturais e eventos extremos da natureza, em sua maioria associados a eventos de precipitação. Segundo dados oficiais, entre 1991 e 2016, o estado foi atingido por 753 eventos relacionados a desastres naturais, 671 deles ligados à pluviosidade (ex: enxurradas, inundações, movimentos de massa, alagamentos). A população fluminense ainda tem viva em sua memória o desastre do verão de 2011, que gerou mais de 900 vítimas fatais na Região Serrana do estado e mais de 35 mil desabrigados. Mais recentemente, em fevereiro de 2022, Petrópolis sofreu a tragédia provocada pelas fortes chuvas que atingiram determinada região do município, levando à morte de mais de 230 pessoas. Esta última, além das perdas humanas, gerou perdas econômicas significativas (2% do PIB municipal - aproximadamente 665 milhões de reais), o que pode ser elevado a mais de 1 bilhão se considerarmos os gastos para atendimento emergencial e recuperação das áreas destruídas pelas chuvas.

Adicionalmente, no cenário de mudanças climáticas em curso, é esperado maior irregularidade e acréscimo de chuvas nos próximos anos. Mais ainda, os efeitos das mudanças climáticas também demandam a intervenção em distintos setores, como na agricultura, na infraestrutura de transportes e drenagem. A conexão entre o regime de chuvas e as perdas que este acarreta à população fluminense estão relacionadas a uma série de falhas da atuação do poder público referentes ao planejamento do uso e ocupação do solo, como urbanização desorganizada, degradação ambiental (como desmatamento, aterro de área alagadas, alteração do curso de rios e córregos) e ocupação reiteradamente negligenciada de áreas de risco.

Meio Ambiente e Águas

O estado do Rio de Janeiro possui aproximadamente 30% de sua cobertura original de Mata Atlântica, mas durante a última Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas realizada em 2021 (COP26) se comprometeu a aumentar sua cobertura de florestas para 40% do território até 2050, contribuindo, assim, com o reflorestamento de mais de 5 mil hectares de Mata Atlântica para a preservação da biodiversidade, recursos naturais, e sequestro de carbono no cenário das mudanças climáticas globais, representando uma oportunidade para projetos financiados com recursos internacionais nos próximos anos. Logo, é necessário reverter a tendência de desmatamento do bioma observada nos últimos anos no Rio de Janeiro.

Além disso, preservar adequadamente estas áreas contribui para a cadeia de negócios associados ao turismo, à bioeconomia e a empreendimentos que dependem do uso racional de recursos naturais, por exemplo, captação de água. Recuperar áreas estratégicas, como bacias hidrográficas e nascentes, deve ser um objetivo contínuo do poder público, que, ao efetivar ações nesse sentido, contribuirá também para a qualidade de vida da população fluminense abastecida por essas bacias. Embora o Rio de Janeiro seja o estado com maior número de UCs do bioma Mata Atlântica, está defasado quanto ao seu potencial uso público e para geração de renda (número reduzido de serviços de concessões existentes atualmente), sendo as concessões privadas um instrumento de enorme potencial para agregar valor econômico e fortalecer a gestão e fiscalização dessas áreas protegidas.

Fortalecer a economia rural também contribui com o aumento da vegetação de Mata Atlântica e estabelecimento de corredores florestais entre áreas preservadas, uma vez que as propriedades rurais têm, por obrigação legal do Código Florestal Brasileiro, que manter parte de seus territórios preservados por meio de Reserva Legal (RL - 20% da propriedade) e Áreas de Preservação Permanente (APPs - resumidamente, quando houver corpos d'água e relevos montanhosos presentes na propriedade). Segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), dos mais de 2 milhões de hectares de áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, mais de 86% delas ainda precisam regularizar suas áreas de RL e aproximadamente 50% precisam recompor alguma parte de suas APPs no âmbito do Programa de Regularização Ambiental declarados por requerimentos dos próprios proprietários rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que demonstra o tamanho do déficit de áreas que precisam ser reflorestadas no estado pelos parâmetros da lei.

Meio Ambiente e Águas

Por outro lado, existem proprietários rurais que preservam mais do que o previsto em lei, eventualmente criando Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), os quais precisam ser facilmente orientados, ter incentivos e reconhecimento caso tenham essa iniciativa. O pagamento por serviços ambientais (PSA) foi recentemente regulamentado no Brasil e precisa ser fomentado pelo estado do Rio de Janeiro para facilitar o encontro entre os proprietários rurais que possuem excedente de áreas preservadas aptos a serem remunerados pelos que ainda não estão regularizados junto ao CAR.

Para fiscalizar e reduzir a ocorrência de atividades de desmatamento ilegal da vegetação nativa o Projeto Olho no Verde de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) deve ser fortalecido. O intuito dele é subsidiar e orientar estrategicamente o combate ao desmatamento ilegal em todo o território fluminense, a partir do monitoramento constante por imagens de satélite das áreas remanescentes de Mata Atlântica ao longo do estado.

Há alguns anos o INEA é mal avaliado por grande parte da opinião pública devido a sua letargia, falta de critério, e constante alternância de pessoas sem a qualificação técnica esperada exercendo cargos diretivos do órgão por influência política, o que gera a desconfiança de que tal influência induz alguns processos de licenciamento a terem maior ou menor tempo de análise e tramitação dentro do órgão, que é responsável por executar as políticas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e recursos florestais adotadas pelos poderes Executivo e Legislativo do estado do Rio de Janeiro.

Ter a maioria dos cargos diretivos ocupados por servidores de carreira do órgão deve ser um indicador para priorizar a gestão e a tomada de decisão técnica. Diminuir o tempo de resposta e a deliberação entre as solicitações abertas para análise de processo deve ser um indicador constante de acompanhamento quanto à eficiência do órgão ambiental licenciador, o que não necessariamente garante a aprovação para emitir as licenças, pois dependerá do atendimento às normas e pré-requisitos técnicos por parte do empreendimento, mas a deliberação precisa ser o mais célere possível. O número de operações de fiscalização realizadas deve induzir à redução de infrações e ilegalidades registradas com o passar do tempo e, para isso, é essencial acompanhar esses indicadores de modo a encontrar a frequência de amostragem ideal das operações fiscalizatórias para inibir de forma significativa o comportamento delituoso.

Meio Ambiente e Águas

Um dos maiores cartões postais e paisagens icônicas do estado do Rio de Janeiro é a Baía de Guanabara. Sua bacia hidrográfica possui aproximadamente 4000 km quadrados de extensão, contemplando 55 rios em 16 municípios, tendo em torno de 12 milhões de pessoas que moram nessas cidades. Até 2012, segundo o Sistema Nacional de Indicadores do Saneamento (SNIS), apenas 58% dos domicílios estavam conectados à rede de esgoto, ainda que grande parte desses mesmos domicílios careçam de tratamento adequado do esgoto antes de ser lançado ao meio ambiente por meio dos cursos hídricos que desembocam na Baía de Guanabara. Dados mais recentes do SNIS (2015), considerando o estado do Rio de Janeiro como um todo, demonstram que aproximadamente 64% dos endereços domiciliares possuem a coleta de esgoto, porém, menos de 34% da população fluminense tem o esgoto tratado. O despejo de esgoto e resíduos de lixo são um fator complicador crônico e histórico que explicam o cenário atual de poluição extrema da Baía de Guanabara, tornando-se imperativo iniciar o processo de reversão dessa tendência. Avançar em direção à universalização do saneamento no estado e principalmente na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara em longo prazo, geraria gradualmente bônus para a saúde pública, efeitos sociais positivos relativos à qualidade de vida para famílias mais vulneráveis e, principalmente, valorização dos ativos ambientais do estado, contribuindo para serviços dependentes do uso de recursos hídricos, atividades pesqueiras e ecoturísticas. O marco legal do saneamento básico recentemente aprovado representa uma oportunidade para a melhoria dos serviços de saneamento prestados nos municípios do estado do Rio de Janeiro, os quais apresentam, em sua maioria, indicadores históricos insatisfatórios da qualidade do serviço fornecido por empresas estatais.

Por fim, faz-se necessário salientar a causa animal visando a prevenir e fiscalizar os maus tratos aos animais domésticos em território fluminense. Em cidades brasileiras de grande porte, como o Rio de Janeiro, para cada cinco habitantes há um cachorro, sendo 10% desses abandonados. Baseado em levantamentos do IBGE e do Instituto Pet Brasil, estima-se que o estado do Rio tenha cerca de 3,4 milhões animais abandonados. Ademais, o abandono e descontrole de gatos e cachorros domésticos está intimamente atrelado à propagação de zoonoses em áreas de adensamento humano, bem como a propagação de doenças e outros impactos negativos para a fauna silvestre em áreas protegidas, como unidades de conservação que sofrem com a expansão de espécies exóticas em seu interior.

DIRETRIZES

01

Economia Verde

Atrair investimentos dentro do Estado e viabilizar empreendimentos sustentáveis, de geração de energias renováveis e reflorestamentos.

02

Resiliência Ambiental e Climática

Criar política preventiva para evitar, minimizar e mitigar consequências de eventos climáticos extremos e desastres socioambientais.

03

Biodiversidade, Unidades de Conservação, Corredores Florestais e Regeneração da Mata Atlântica

Fortalecer fiscalização e melhorar a infraestrutura das 39 unidades de conservação estaduais, estabelecendo as áreas foco para reflorestamento e conectividade da paisagem visando à conservação da biodiversidade fluminense.

04

Saúde dos Ecossistemas e Qualidade Ambiental

A saúde dos ecossistemas é um conceito que integra as condições ambientais com os impactos das atividades para fornecer informações para o uso e gestão sustentável dos recursos naturais, visando a garantir qualidade de vida para a população e garantir que seus indicadores de acompanhamento sejam públicos e acessíveis.

DIRETRIZES

05

Agronegócio Sustentável

Fomentar e aumentar as práticas agropecuárias sustentáveis e a produção de baixo carbono no Estado do Rio de Janeiro.

06

Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) e Licenciamento Ambiental

Aumentar eficiência de análises dos processos para obtenção de licenças ambientais, fortalecer institucionalmente o INEA dentro do governo do Estado, bem como a imagem do instituto junto à sociedade fluminense.

07

Início Efetivo da Despoluição Futura da Baía de Guanabara

Coordenar ações sinérgicas nas mais diversas áreas que iniciem a mitigação do quadro crônico e histórico de poluição da Baía de Guanabara.

08

Saneamento e Águas

Expandir a rede de fornecimento de água e esgoto, tratamento de esgoto, usinas de tratamento de resíduos, aprimorar a gestão de águas pluviais, com foco em aumentar a qualidade dos recursos hídricos do Estado e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população fluminense.

09

Cuidados com os Animais

Profissionalizar, capacitar e aumentar o nível de eficiência das ações de proteção animal do Estado do Rio de Janeiro.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 1** Iniciar gradativamente uma realocação do Estado em direção à transição energética, mapeando as localidades regionais de maior potencial e de maior sinergia com outras vocações presentes, de modo a começar a sinalizar para os novos investidores da geração de energia limpa o potencial existente no Estado do Rio de Janeiro.
- 2** Aproveitar, desde agora, as últimas décadas de pujança que a indústria do óleo e gás é capaz de realizar para atrair e fomentar mais rapidamente o estabelecimento e crescimento de setores da economia verde, com intuito de salvaguardar a economia das regiões que hoje são muito dependentes do petróleo, bem como compensar a perda de empregos prevista com a criação de novos postos de trabalho.
- 3** A energia solar distribuída deve ser facilitada em regiões do Estado que apresentem condições climáticas mais favoráveis para a sua geração. Áreas de lixões desativados, de aterros sanitários legalizados, ou de empreendimentos geradores de resíduos orgânicos em larga escala, devem ser o foco para a atração de investimentos privados visando à implementação de sistema híbrido fotovoltaico-biogás conectado à rede.
- 4** Demonstrar que já existem políticas públicas planejadas por meio de um plano estratégico que congregue todas as informações iniciais importantes para a eventual instalação desses empreendimentos de geração de energia renovável em solo fluminense, contemplando aspectos geográficos, ambientais, sociais e econômicos.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 5** | Levantar fundos financeiros nacionais e internacionais disponíveis para aplicação de projetos para intensificar o sequestro de carbono e a preservação de recursos naturais e biodiversidade, incentivando a preservação das florestas existentes no Estado do Rio de Janeiro, bem como viabilizando projetos de reflorestamento. No primeiro momento, será necessário focar em áreas de responsabilidade estadual compatíveis para realização dos projetos, principalmente as que encontram-se ociosas e sem finalidade pública.
- 6** | Estimular a parceria com empresas privadas que queiram mitigar ou zerar sua emissão de carbono, realizando o plantio de árvores nativas em áreas degradadas ou desmatadas sob responsabilidade do estado, ou áreas de relevante interesse social e econômico, como Áreas de Preservação Permanente nas margens de rios e nascentes das bacias hidrográficas fluminenses. O setor de geração de energia via Usinas Termelétricas deve ser de grande interesse para o mercado de carbono no Estado do Rio de Janeiro, diante da tendência atual do aumento do número deste tipo de empreendimento no Estado, visando a uma diversificação da matriz energética e a uma transição gradual para fontes renováveis de energia.
- 7** | Oferecer assessoria técnica a pequenos negócios atrelados a empreendimentos sustentáveis e de desenvolvimento de tecnologia verde para capacitá-los a acessar e concorrer a editais de apoio financeiro oferecido por países europeus por meio de iniciativas como a LCBA – Low Carbon Business Action.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 8** Implantar um Sistema Estadual de Monitoramento de Riscos Geológicos e Climáticos integrando todo o Estado, dotado de instrumentos tecnológicos como programas de análise computacional e corpo técnico interdisciplinar de especialistas. Haverá foco especialmente em macrorregiões sabidamente mais vulneráveis como por exemplo região serrana e litoral sul fluminense, de modo a aumentar a capacidade de predição e de celeridade na emissão de alertas e acionamento de protocolos de segurança para a população das áreas de risco identificadas.
- 9** Estabelecer o órgão coordenador e articulador da estratégia de adaptação e resiliência do estado. Sendo um tema multidisciplinar que extravasa as diversas competências, o papel de coordenação deve ser exercido por setor dedicado exclusivamente para isso, com as secretarias de Defesa Civil e de Meio Ambiente prestando o suporte técnico e operacional necessários a esse modelo de coordenação e planejamento.
- 10** Com relação aos nichos de políticas públicas e ação governamental para tornar o estado do Rio de Janeiro adaptado e mais resiliente às mudanças climáticas, recomenda-se a revisão do Plano Estadual sobre Mudança Climática, cuja atualização está prevista na Lei n. 9.072/2020, para que concentre a parte relativa à adaptação nos seguintes segmentos: i) recursos hídricos; ii) deslizamentos; iii) drenagem urbana; iv) saúde pública; v) infraestrutura; vi) zonas costeiras; vii) informação para tomada de decisão; viii) restauração de paisagens florestais.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 11** | Realizar o inventário (identificação e atualização) das vulnerabilidades e dos riscos aos quais o Estado do Rio de Janeiro está submetido devido às mudanças climáticas em curso, por segmento: recursos hídricos, deslizamentos, drenagem urbana, saúde pública, infraestrutura, zonas costeiras, paisagens florestais.
- 12** | Viabilizar estudos de demarcação das manchas de inundação no estado através do INEA e do conhecimento acumulado dos Comitês de Bacia Hidrográfica, como forma de prevenir e minimizar a ocupação e os potenciais impactos nestas áreas.
- 13** | Identificar os gargalos e os investimentos necessários junto à Defesa Civil no que concerne à gestão da adaptação e resiliência do Estado do Rio de Janeiro.
- 14** | Identificar e divulgar linhas de financiamento público e privado para a promoção de ações de adaptação e resiliência climática para o Estado do Rio de Janeiro e oferecer apoio técnico orientativo na elaboração de projetos a serem submetidos.
- 15** | Regulamentação da Lei Estadual sobre Mudança Global do Clima no que concerne à atualização do Plano Estadual sobre Mudança Climática.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 16** | Promover o alinhamento do Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (2024-2027) com o Plano Estadual sobre Mudança Climática.
- 17** | Promover treinamento e conscientização da população, incluindo parceria com empresas e sistema S, para a adoção de medidas compatíveis com a adaptação, resiliência e gestão de desastres nas cidades mais susceptíveis.
- 18** | Articular com demais entes responsáveis para ter sinergia em manter faixa litorânea de vegetação de manguezal e de restinga preservadas, em consonância com a legislação ambiental vigente.
- 19** | Estimular municípios a elaborarem planos municipais de gerenciamento costeiro, em consonância com os planos de bacias hidrográficas próximas.
- 20** | Auxiliar e somar esforços junto a municípios litorâneos para que possam ser mais resilientes à erosão marinha costeira e eventos extremos associados a tempestades e ressacas, preventivamente.
- 21** | Estabelecer o Programa Estadual de Certificação de praias quanto à balneabilidade e ao indicador de qualidade ambiental.
- 22** | Viabilizar projetos e ações no âmbito do Projeto Orla, o qual visa repassar atribuições de gestão territorial costeira de áreas sob responsabilidade do Governo Federal para os municípios litorâneos que possuam diretrizes claras de normas ambientais e de fomento a atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla marítima, aperfeiçoando, assim, o ordenamento de uso e ocupação do espaço. No Estado do Rio de Janeiro são 25 cidades passíveis de receberem autonomia de gerir trechos de litoral por meio do Projeto Orla.

PROPOSTAS

23

Definir um modelo equilibrado de concessões de serviços a serem oferecidos no interior do maior número possível de Parques Estaduais, de forma que as empresas concessionárias forneçam os equipamentos e a infraestrutura física necessária para exercer a vocação plena dessas Unidades de Conservação conforme seu propósito (visitação para atividades ecoturísticas, pesquisas, educação ambiental e preservação da natureza), enquanto o setor público fornece a estrutura licitatória favorável para a viabilidade dos projetos de concessão. A partir da renovação do pensamento das vocações regionais em que as UCs estão inseridas, maximizar os benefícios da conservação para as pessoas se aproximarem do meio ambiente passa por melhorar as estruturas das UCs, prover instrumentos necessários à preservação da natureza, ampliar os tipos de atividades realizadas em seu interior e, principalmente, inovar na qualidade dos serviços e experiências oferecidas em seus territórios, o que empresas especializadas tendem a ser mais capacitadas a executar.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

24

Prospectar unidades de conservação e áreas públicas que tenham contextos favoráveis ao estabelecimento de concessões dedicadas a bioeconomia (prospecção sustentável de bioativos), exploração sustentável de recursos naturais e manejo florestal, de modo a destinar recursos das concessões para fortalecer seus instrumentos de gestão e fiscalização ambiental. Aproveitar, por exemplo, áreas públicas degradadas, potencialmente recuperáveis, para aliar o uso econômico e desenvolvimento sustentável a partir de técnicas agroflorestais/manejo florestal (validadas pela PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro ou EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro), e aproveitando a mão-de-obra da comunidade próxima.

25

Reconhecer a sustentabilidade da biodiversidade como matéria-prima natural é essencial para a viabilidade em médio e longo prazo dos novos negócios relacionados ao seu uso. Para tal, é necessário diagnosticar o status atual de áreas fluminenses com potencial bioeconômico e avaliação da projeção futura para embasar seu uso sustentável.

26

Desburocratização e criação de sistema de fundos específicos para o cidadão fluminense ter facilidade em doar recursos para unidades de conservação de seu interesse. A participação do Estado é fundamental na divulgação dos meios de captação e na manutenção de uma equipe qualificada para angariar e gerir os recursos de forma transparente, garantindo que eles sejam destinados obrigatoriamente na unidade apontada pelo doador.

27

Mapear e mediar os conflitos de ordem da ocupação ilegal de terra e uso de recursos naturais (invasão, grilagem, caça, descarga de efluentes), de modo a estabelecer plano estratégico para reduzi-los em curto, médio e longo prazo, em seus diferentes indicadores.

PROPOSTAS

- 28** Reavaliar planos de manejo publicados há mais de 10 anos, de modo a revisar o conteúdo daqueles que estiverem defasados, além de elaborar planos de manejo para unidades de conservação que ainda não os possuem. Administrar efetivamente sua execução através da utilização de uma matriz de acompanhamento transparente no site do INEA. Para a realização de estudos necessários aos planos de manejo, deve-se usufruir dos recursos financeiros existentes nos Fundos Ambientais Estaduais (FMA, FECAM, FUNDRHI), garantindo o máximo de transparência em sua destinação.
- 29** Atualizar a lista estadual de espécies ameaçadas de extinção.
- 30** Mapear espécies invasoras terrestres mais críticas no estado e propor projetos, em sinergia com o Ministério do Meio Ambiente, para monitoramento, erradicação e/ou mitigação daquelas que forem consideradas nocivas à saúde pública, à economia local e à biodiversidade nativa.
- 31** Além de aprimorar a gestão e fiscalização ambiental das unidades de conservação estaduais, deve se estimular a criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), em consonância com metas climáticas, Lei da Mata Atlântica, planos de regeneração de bacias hidrográficas e com um amplo mosaico que conecte o máximo de áreas preservadas e fragmentos florestais, fomentando o fluxo gênico das espécies presentes na Mata Atlântica fluminense.
- 32** Validar mapeamento existente de ocupação da Mata Atlântica na paisagem fluminense, consolidando informações das unidades de conservação do Estado, reservas particulares do patrimônio natural, reservas legais e áreas de preservação permanente. Usufruir de dados do INEA, INPE, CAR e MapBiomias.

DIRETRIZES

PROPOSTAS

- 33** Definir corredores florestais a serem priorizados ao longo do Estado do Rio de Janeiro para eventuais plantios compensatórios privados, reflorestamentos e projetos afins, conectando áreas florestais que encontram-se isoladas. A partir dessa definição, mapear quais as propriedades cadastradas no Banpar (banco público de áreas para restauração) tidas como prioritárias para a formação dos corredores florestais. Usufruir dos recursos financeiros existentes nos Fundos Ambientais Estaduais (FMA, FECAM, FUNDRHI) para reflorestamentos em áreas públicas, garantindo o máximo de transparência em sua destinação.
- 34** Estabelecer novos estímulos financeiros e de reconhecimento para os proprietários das RPPNs, visando a popularizar cada vez mais essa iniciativa. Com intuito de aumentar e preservar as áreas florestadas também por meio de terras privadas, o Estado pode oferecer assessoria para que os proprietários tenham maior agilidade para vencer os trâmites burocráticos de oficialização das RPPNs, além de se instruírem para gerarem renda dentro do mercado de carbono e no âmbito do pagamento por serviços ambientais.
- 35** Orientar proativamente as Prefeituras sobre o funcionamento, procedimentos necessários e os pré-requisitos com intuito de estimular o ICMS Verde Estadual (Lei Estadual nº 5.100/2007), visando à preservação de mais áreas verdes e à melhoria da qualidade dos recursos hídricos e de saneamento ambiental de forma geral no Estado do Rio de Janeiro.
- 36** Elaborar Projeto de Lei para alterar o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), habilitando todo e qualquer empreendimento obrigado a depositar recursos financeiros a optar, caso lhe interesse, por desenvolvimento de projeto próprio de reflorestamento junto a instituições que já possuem iniciativas comprovadamente bem-sucedidas e expertise demonstrada no Estado do Rio de Janeiro. O projeto deve aportar montante de recursos financeiros equivalente ao que seria depositado no fundo. Além disso, precisa ser aprovado pelo INEA, tendo compromisso público de apresentar relatórios de acompanhamento periódico.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 37** Promover, no início do mandato, reuniões com partes interessadas no meio acadêmico para atualização dos indicadores de qualidade ambiental ao longo do território fluminense que continuarão ou passarão a ser acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, além de indicar quais as ações cabem ao governo do Estado, bem como indicar ações são de responsabilidade dos governos municipais, para elevar a qualidade ambiental.
- 38** Aprimorar o processo de disponibilização de dados, índices e indicadores para acesso mais interativo pela população interessada através de ferramentas BI (Business Intelligence) e atualização do Portal GEOInea. Um exemplo de como esses dados poderiam ser disponibilizados pode ser encontrada na página web da California Environmental Protection Agency (<https://calepa.ca.gov/environmental-mapping-tools-and-data/>).
- 39** Aprimorar e modernizar a rede de estações de monitoramento ambiental em áreas terrestres e aquáticas, por meio de ações diretas do INEA ou a partir de Termos de Cooperação ou Convênios com universidades, instituições de pesquisa ou Parcerias Público Privadas, priorizando equipamentos e sensores com transmissão em tempo real (ou quase-real) para o sistema de telemetria do INEA, ou outro sistema com capacidade para acomodar os dados gerados.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 40** | Facilitar acesso dos usuários aos dados de todas as estações de monitoramento operadas pelo INEA, bem como de outras estações de monitoramento operadas por outros órgãos públicos, universidades e iniciativa privada que permitam a divulgação. Atualmente o GEOInea já disponibiliza informações parciais fornecidas por outros entes federativos, mas este processo deve ser impulsionado por meio de acordos e convênios.
- 41** | Padronizar a emissão periódica de Relatórios de Qualidade Ambiental Estadual (ar, água, biodiversidade e outros), determinando um prazo máximo para a análise dos dados, bem como da atualização da publicação sobre os indicadores numa base regular.
- 42** | Promover ações para divulgação das ferramentas para acompanhamento dos indicadores de saúde dos ecossistemas do Estado do Rio de Janeiro em escolas, em áreas públicas, museus, seminários e congressos afeitos ao tema ambiental.
- 43** | Divulgar os resultados do acompanhamento dos indicadores junto às demais pastas da administração estadual, estabelecendo um processo de revisão periódica de diretrizes para o desenvolvimento econômico do Estado (Avaliação Ambiental Estratégica), bem como para a avaliação de eventuais riscos específicos à saúde da população em determinado contexto e localidade.
- 44** | Incentivar o uso dos dados disponibilizados e publicação de trabalhos técnico-científicos para dar visibilidade nacional e internacional da qualidade ambiental no Estado, o que pode alavancar a atividade econômica pautada por ESG, e contribuir com o ecoturismo.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

45

Para as propriedades rurais que realizam agricultura de baixa emissão de carbono ou aplicam técnicas agroecológicas para agricultura regenerativa (critérios balizados pelo plano ABC do Ministério da Agricultura), e que, estejam em consonância com o Cadastro Ambiental Rural, o governo estadual do Rio de Janeiro deve estudar opções de financiamentos em melhores condições do que os praticados pelo mercado, visando a impulsionar e aumentar a magnitude desses empreendimentos que beneficiam o agronegócio e também o meio ambiente (clima, biodiversidade e recursos naturais), em comparação à agropecuária tradicional.

46

A Secretaria de Meio Ambiente deve atuar sinergicamente com a PESAGRO ou EMATER para oferecer cursos teóricos e treinamentos práticos para a adequada capacitação do proprietário rural visando à sua familiarização com as técnicas e ferramentas empregadas no cultivo de baixo carbono, de modo a interiorizar nos municípios fluminenses práticas sustentáveis no meio rural.

47

Para fomentar o processo de acordos entre proprietários rurais interessados no pagamento por serviços ambientais (PSA), o estado pode oferecer uma plataforma on-line de ofertas e demandas para facilitar essas negociações entre as partes, as quais se cadastram e disponibilizam suas informações em busca de parceiros para viabilizar o PSA. Com isso, a situação torna-se lucrativa para os proprietários rurais que contribuem para a preservação ambiental no estado, acima do que lhes é exigido por lei.

PROPOSTAS

- 48** Promover a regularização fundiária de maneira criteriosa para se comprovar o tempo de uso da terra por seu atual ocupante, visando a evitar que posseiros de oportunidade sejam beneficiados por tal programa de regularização fundiária tendo ocupado a terra recentemente. Vamos estabelecer um período mínimo de ocupação comprovada para posseiros antigos receberem o título da terra e, a partir disso, serem oficialmente notificados para estarem em consonância com o CAR em até dois anos. Para viabilizar este programa de regularização fundiária, será necessário um esforço coordenado entre Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, demandando digitalização dos processos em um sistema integrado que facilitará o andamento dos mesmos. Espera-se que após a regularização fundiária, a responsabilidade para com a legislação ambiental seja significativamente maior com os proprietários regularizados, podendo ser devidamente fiscalizados.
- 49** Criar programa para Incentivar e fomentar o cultivo do bambu em pequenas e médias propriedades rurais em parceria com os municípios, principalmente nos lugares de solo debilitado e com as dificuldades em sustentação de encostas, utilizando dos benefícios da Lei do Bambu (Lei 12.484/2011), priorizando espécies nativas da Mata Atlântica. Espécies de bambu evitam erosão do solo devido ao seu sistema de raízes que retém água, além de serem espécies de crescimento rápido, apresentam razoável taxa de sequestro de carbono e propiciam abrigo para diversos organismos biológicos.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 50** Para o funcionamento mais orgânico e eficiente do INEA, o organograma deve se estruturar a partir de menos cargos diretivos nomeados por mera indicação política, otimizando funções em cargos com maior nível de responsabilidade, tendo como premissa o perfil técnico e a experiência curricular comprovada para ocupá-los. O objetivo, com essa ação, é reduzir a influência política externa, aumentar a eficiência e a celeridade da tomada de decisão, bem como recuperar a credibilidade do órgão, principalmente no que tange aos processos de licenciamento ambiental.
- 51** Revisão minuciosa das políticas nacionais que requerem atualização e/ou elaboração de diretrizes em âmbito estadual, assim como marcos regulatórios de cunho ambiental a fim de reposicionar o Estado do Rio de Janeiro como exemplo de gestão ambiental atualizada e base normativa clara.
- 52** Quanto ao licenciamento ambiental executado pelo INEA, propõe-se a informatização por completo de todos os processos, que serão integralmente realizados em meio digital, com auxílio de plataforma que orienta os empreendedores (semelhante ao que já existiu no passado recente), a qual categoriza o rito processual em função do tipo e porte do empreendimento, gera checklists de entrega da documentação, protocolos, alertas de prazo, e centraliza como única e transparente forma de comunicação entre as partes, concomitantemente. O pagamento das taxas processuais do licenciamento deverá ser realizado apenas após a análise prévia da documentação inicial, com a confirmação do Potencial Poluidor Degradador do empreendimento, e arrecadando de forma proporcional às taxas em função do enquadramento, evitando assim a arrecadação oportunística resultante da falha de orientação por parte do órgão.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

53

Tendo em vista as restrições financeiras do governo estadual que impõem dificuldade para realização de concursos públicos em curto prazo, e visando a compensar o déficit de quadro técnico institucional perante à demanda crescente de processos, propõe-se ação inovadora a título de teste para validação futura: cadastrar consultores especializados e com expertise nos mais diversos temas relacionados ao licenciamento ambiental, devidamente chancelados pelo próprio quadro técnico atual do órgão, em plataforma digital como pareceristas que serão prestadores de serviço ao INEA com valores padronizados e pré-estabelecidos publicamente. Nesse caso, a lógica do sistema buscaria apenas currículos de profissionais cadastrados com experiência prévia nas áreas de interesse e sem relação pregressa com o solicitante da licença, mantendo rodízio entre os profissionais. O relatório do parecerista auxilia na deliberação sobre o pedido de licença que, em última instância, permanece a cargo do corpo técnico institucional do órgão, que passa a estar melhor assessorado e reduz o tempo de análise.

54

Dentro da estrutura institucional militar existente no Estado, propõe-se a criação de uma nova função de “Polícia Técnica Ambiental” para participação nas operações fiscalizatórias, passando a ter concurso específico, com intuito de elevar o nível de efetividade destas e facilitar a interação junto ao setor de fiscalização do INEA, passando a ter formação profissional em áreas relacionadas ao meio ambiente como pré-requisito de ingresso nesta força policial. Há potencial para que se torne uma polícia técnica referência para o Brasil na área ambiental, podendo, por exemplo, servir de referencial para operações mais efetivas de combate ao desmatamento ilegal.

PROPOSTAS

55

Fortalecer e estreitar relação do governo estadual com o comitê de bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, assumindo protagonismo na pactuação e na articulação entre as diferentes lideranças municipais e federais em prol do objetivo maior de recuperar a Baía de Guanabara e devolvê-la à sua vocação natural de ser cartão postal do estado e símbolo da população fluminense.

56

Estudar a criação de agência técnica independente e reguladora dos serviços de saneamento e despoluição executados nos municípios compreendidos na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, com foco em fiscalizar indicadores de desempenho e cancelar, com base nesses indicadores, eventuais contrapartidas de recursos financeiros estaduais.

57

Fiscalização específica dos indicadores das Concessionárias de Saneamento Básico para os cursos hídricos principais e litoral que afetam a Baía de Guanabara, nomeando comitê específico para isso, formado por representantes de diferentes setores e especialistas.

58

Ações de preservação e regeneração de mangues, bem como ordenamento territorial de áreas mais sensíveis entre o fundo da Baía de Guanabara e a Serra do Mar, e a região influenciadora da bacia do rio Guandú.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

59

Ação coordenada quanto aos processos estaduais de licenciamento ambiental de empreendimentos localizados dentro da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, para vincular condicionantes que beneficiem a estratégia de despoluição, por exemplo, plantios compensatórios em áreas de mangue da Baía.

60

Revegetar áreas públicas estaduais deficitárias de áreas de preservação permanente, segundo as diretrizes do código florestal vigente, associadas a rios que desembocam na Baía de Guanabara, dentro de um plano estratégico territorial que estipule os locais prioritários para reflorestamento. A partir disso, estudar a criação de Parques Estaduais “Ribeirinhos” em acordo com as prefeituras dos territórios municipais atrelados às áreas marginais dos rios, com enfoque em áreas carentes de periferia e, concomitantemente, impulsionar projetos de educação ambiental no local.

61

Concentrar ações do programa Limpa Rios existente no INEA para dragagem e melhoria da qualidade dos rios que desembocam na Baía de Guanabara.

62

Estabelecer malha amostral para coleta sistemática de água em pontos estratégicos para monitoramento da qualidade ambiental da Baía de Guanabara, além de acompanhar o desembarque pesqueiro nos principais pontos de desembarque da Baía, de modo a inferir a taxa de re-ocupação e crescimento dos estoques pesqueiros, em sinergia com instituições com o FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e INEA.

PROPOSTAS

63

Modelar editais para licitação de transportes movidos a energia limpa dentro da Baía de Guanabara (por exemplo, barcas de Niterói a Rio de Janeiro e de São Gonçalo a Rio de Janeiro). Complementarmente, o poder público estadual deve fomentar outros tipos de transportes sustentáveis ao longo da orla da Baía de Guanabara em locais estratégicos para contribuir com o desafogamento do trânsito veicular e dinamizando a mobilidade urbana.

64

Abrir editais públicos para a população fluminense sugerir projetos fundamentados em soluções baseadas na natureza (medidas inspiradas, apoiadas ou copiadas da natureza, que visam a atender simultaneamente objetivos ambientais, sociais e econômicos, como ações de proteção ou recuperação de ecossistemas aquáticos) que contribuam para a despoluição da bacia da Baía de Guanabara, e que assim possam ter sua viabilidade analisada para execução em parceria com o INEA.

65

Criar painel digital de acompanhamento atualizado dos indicadores de monitoramento ambiental da Baía de Guanabara (Portal de Transparência Ambiental da Guanabara), incluindo rede de parcerias com empresas da iniciativa privada e instituições públicas de pesquisa atuantes na Baía, contemplando água, contaminantes e biodiversidade.

PROPOSTAS

- 66** Fomentar a concorrência de mercado entre entes públicos e privados para concessão de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, recolhimento e tratamento de resíduos sólidos do lixo para os municípios fluminenses ainda incipientes, a partir de blocos intermunicipais apoiados pelo Governo Estadual. Os editais de concessão devem ter metas e indicadores claros relativos ao avanço e efetividade dos serviços, bem como em relação ao desempenho ambiental (despoluição, aumento de qualidade ambiental).
- 67** Reparcelhamento técnico e operacional da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro – AGENERSA com foco em ter uma operação mais objetiva, focada exclusivamente em ser a reguladora dos serviços de saneamento básico. Alternativamente poderia se extinguir a Agência, desde que se direcione a mesma função para uma subsecretaria com autonomia técnica e desvinculação de nomeação política para cargos. O resultado final deve ser uma fiscalização eficiente dos contratos de concessão.
- 68** Incentivar a criação de conselhos intermunicipais de saneamento para contribuir no controle social dos contratos de concessão, e facilitar a formação de futuros blocos com diferentes municípios que compartilham demandas semelhantes, viabilizando assim um mesmo edital para a mesma concessão de serviços de saneamento entre todos eles.
- 69** Avaliar alcance das concessionárias resultantes da privatização da CEDAE para mapear as regiões ainda deficientes de atendimento para rede de água e esgoto no Estado do Rio de Janeiro, principalmente no que tange aos municípios com déficit nos indicadores de saneamento, vizinhos a área alcançada pelas concessionárias atuais.

DIRETRIZES

PROPOSTAS

- 70** | Estudar formas de incluir nos contratos de concessão vigentes, a drenagem urbana e o manejo das águas pluviais. Não havendo meios de incluir esses serviços nos contratos atuais, avaliar as condições para formação de blocos intermunicipais para compartilhamento de novo serviço de concessão voltado para isto. Para os municípios que não tiverem condições de viabilizar concessões individuais ou que ainda aguardam a formação do bloco para um futuro edital de concessão, estes devem ser priorizados pelas ações do INEA de dragagem de rios e contenção de encostas sujeitas a inundações ou deslizamentos.
- 71** | Oferecer aos municípios cartilhas orientativas de potenciais soluções baseadas na natureza para drenagem urbana em menor escala.
- 72** | Acelerar o processo para a separação absoluta dos esgotos sanitários e das drenagens pluviais do Estado do Rio de Janeiro, bem como a implantação dos sistemas de coleta de tempo seco em galerias pluviais que recebem alta carga de esgoto atualmente, estabelecendo acordos e termos de cooperação junto às concessionárias de saneamento em operação atualmente.
- 73** | Apresentar aos municípios os benefícios de legislarem sobre a faixa marginal de proteção - FMP, dos corpos hídricos, seguindo a NOP33 do INEA como forma de proteção dos corpos hídricos e das suas funções.
- 74** | Fortalecer o INEA em sua capacidade técnica para a execução dos cadastros ambientais, outorga de uso de recursos hídricos, fiscalização e monitoramento da qualidade da água no Estado. A análise de outorgas deve ser racionalizada de acordo com características da bacia hidrográfica em questão, a demanda regional existente e volume necessário para o tipo de empreendimento, nesta ordem de prioridade.

PROPOSTAS

- 75** | Atuar em conjunto com os municípios para mapear e estabelecer estratégias de proteção de suas nascentes com vistas à segurança hídrica rural e urbana. O Estado do Rio de Janeiro apresenta dependência do rio Paraíba do Sul, que precisa ter sua escala reduzida, por meio de investimentos para captação de água em outros cursos hídricos, disseminação de sistemas de reuso da água, e redução de rotas de desperdício da água.
- 76** | Incentivar programas educacionais em escolas e colégios para que adotem os corpos hídricos próximos como fonte e objeto de estudo para diversos temas, incentivando a preservação e despoluição dos mesmos.
- 77** | Fomentar a criação de consórcios intermunicipais coordenados pelo governo estadual para soluções adequadas para a destinação final dos resíduos sólidos, incentivando a coleta seletiva e a compostagem dos resíduos orgânicos, por macrorregiões estratégicas do Estado do Rio de Janeiro. Para as cidades que ainda não possuem planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos, o governo estadual irá apoiar e instruir o corpo técnico do município com vistas a acelerar sua elaboração, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 78** | Acelerar a remediação dos lixões fechados no Estado do Rio de Janeiro, mediante a entrada de empresas especializadas autorizadas a atuar nos termos do novo marco regulatório do saneamento.
- 79** | Criar rede estadual de cooperativas de catadores de lixo, as quais receberão cursos de capacitação para desempenhar a coleta e encaminhamento de resíduos em condições seguras de trabalho dentro de seus territórios de atuação em pequena escala. Esta ação visa somar esforços na redução dos transtornos sociais e ambientais provocados pelo lixo, além de impulsionar a capacidade de geração de renda das cooperativas.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- 80** | Atualizar Política Estadual de Resíduos Sólidos com foco em atrair empreendedores associados à indústria da logística reversa para o estado do Rio de Janeiro, priorizando linhas de inovação, suprimindo demanda oriunda do descomissionamento de estruturas defasadas da indústria off-shore do óleo e gás, e de futuras estruturas de usinas solares e eólicas, bem como resíduos de lodo e sedimento originários de ações de dragagem e saneamento, além de estabelecer padrão de logística reversa em obras públicas de responsabilidade do estado.
- 81** | Realizar cursos on-line pelo RJ Pet, para capacitar as pessoas que são protetoras voluntários da causa animal, contemplando noções de resgate com segurança, cuidados animais, autossustentabilidade das atividades de proteção, uso das mídias sociais como ferramenta de divulgação e captação de doações.
- 82** | Realizar campanhas de castração móvel em parceria com os municípios para partilha de equipamentos e veículos. Apenas com a castração, o ciclo de abandono será interrompido, impedindo que novos animais nasçam em situação vulnerável. Para aproveitar a oportunidade, utilizar técnica de microchipagem para marcação individual dos animais e vincular com o endereço do responsável, mediante cadastro dos animais e seus responsáveis em banco de dados informatizado, sob responsabilidade do RJPet.
- 83** | Estudar parcerias e convênios com clínicas veterinárias particulares e faculdades de veterinária do Estado para campanhas de atendimento com preços populares em dias e horários alternativos de menor demanda.
- 84** | Difundir canais de comunicação à população para que possam denunciar eventuais situações de maus tratos ou abandono, bem como utilizá-los para programas educativos voltados a esclarecer dúvidas da população.

PROPOSTAS

- 85** | Articular parcerias entre a DPMA e ONGs especializadas na causa animal (depois de serem devidamente avaliadas), para que possam receber os animais vítimas de maus tratos ou abandono, e em contrapartida receberem parte dos recursos financeiros oriundos das autuações por crimes contra animais domésticos no estado (mecanismo previsto pela Lei 14.064/20).
- 86** | Criar programa de reconhecimento de empresas dispostas a realizar doações para ajudar a causa animal no Estado, emitindo o selo “Empresa Amiga dos Animais do RJ”, bem como adicionando suas marcas em campanhas estaduais de divulgação e conscientização.
- 87** | Realizar campanhas periódicas de sensibilização para incentivar adoção e reprimir o abandono, por meio de plataforma digital que contenha detalhes dos animais disponíveis para adoção, cadastro e validação de pessoas interessadas em adotar.
- 88** | Realizar campanhas de vacinação periódicas, visando à saúde dos animais e também da população, tendo em vista a possibilidade de propagação de zoonoses e doenças contagiosas passíveis de afetarem as pessoas.
- 89** | Estabelecer pontos físicos para recebimento de doações de materiais, rações, medicamentos e o que for útil para os cuidados com os animais feridos ou abandonados sob responsabilidade da RJPet.
- 90** | Promover palestras nas escolas da rede estadual de ensino relacionadas à proteção animal na infância, de modo a influenciar positivamente a personalidade das crianças ao se conscientizarem sobre a responsabilidade que há em estar em posse de um animal.

| **Social**

Social

A promoção da equidade social entre as cidades é responsabilidade do Estado e é fundamental garantir a mesma condição de acesso aos serviços prestados para todo e qualquer cidadão fluminense em condição de vulnerabilidade social. Vamos investir recursos para a execução da Política de Assistência Social e Direitos Humanos, que irão garantir o aprimoramento da Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), implementação e estruturação dos equipamentos necessários a partir de parcerias com os municípios e instituições sem fins lucrativos. Iremos revisar os critérios adotados para os repasses, observando, a partir de diagnóstico, as demandas de cada cidade considerando as urgências e emergências.

Em outra frente, vamos estimular estratégias de fiscalização e verificação dos investimentos feitos na Política da Criança e Adolescente, Mulheres, Idosos, Pessoas com Deficiência, LGBTQIA + e Pessoas em Situação de Rua.

Importante ainda destacar que vamos aprimorar e desenvolver Programas e Projetos que incluam produtivamente os usuários em ações que viabilizem sua inserção no mundo do trabalho, a partir das parcerias com empresas do território e instituições de qualificação profissional.

Por fim, a partir de diagnóstico sobre a cobertura dos serviços da Proteção Social em todo o estado, apresentaremos propostas de alinhamento do fluxo de atendimento e fortalecimento das unidades de CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CEAM (Centro Especializado de Atendimento a Mulher) para o fomento de serviços regionalizados de acolhimento, a partir do incentivo à formação de consórcios.

01

Cuidados para quem mais precisa

O aprimoramento da Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), a implementação e estruturação dos equipamentos necessários serão feitos a partir de parcerias com os municípios e instituições sem fins lucrativos. O foco será propor aos prefeitos a regularização e revisão dos critérios adotados para os repasses, observando, a partir de diagnóstico, as demandas de cada cidade e suas respectivas urgências e emergências. Também será adotado reconhecimento às cidades que desenvolverem programas e projetos excelentes que possam melhorar a condição de vida dos seus usuários, além de serem replicados em outras localidades.

DIRETRIZES

02

Investir na Política da Criança e Adolescente, Mulheres, Idosos, Pessoas com Deficiência, LGBTQIA+, Pessoas em Situação de Rua

O estado promoverá avaliações regulares sobre o impacto das ações sociais realizadas em cada região na redução das vulnerabilidades, fortalecendo o papel dos conselhos como ferramenta de controle social. Serão estimuladas estratégias de fiscalização e verificação dos investimentos feitos na Política da Criança e Adolescente, Mulheres, Idosos, Pessoas com Deficiência, LGBTQIA+, Pessoas em Situação de Rua, tanto para fomentar a participação dos usuários quanto para evidenciar as boas práticas e promover campanhas preventivas, além de dar publicidade aos resultados obtidos.

03

Inclusão para Trabalho

Segundo apontam os dados levantados pelo IBGE em 2021, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 14,7% da população ativa encontra-se desocupada e as mazelas sociais e sanitárias intensificadas por conta da pandemia da Covid-19.

Programas e projetos que incluam produtivamente os usuários em ações que viabilizem sua inserção no mundo do trabalho, a partir das parcerias com empresas do território e instituições de qualificação profissional, terão o apoio do estado para replicar a metodologia adotada em outras cidades e fortalecer o indivíduo na busca de sua autonomia.

DIRETRIZES

04**Planejar ações continuadas de capacitação e de apoio técnico aos gestores, aos trabalhadores – da rede pública e privada, aos conselheiros e aos usuários do SUAS**

Buscaremos garantir ações sociais que devam ser realizadas pelas cidades, planejar ações continuadas de capacitação e de apoio técnico aos gestores, aos trabalhadores – da rede pública e privada, aos conselheiros e aos usuários do SUAS, bem como de criar estratégias diversificadas de apoio técnico, atendendo às especificidades de cada serviço, público e região, e ainda produzir materiais com linguagem simplificada.

DIRETRIZES

05**Fortalecer os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CEAM (Centro Especializado de Atendimento à Mulher)**

A partir do diagnóstico sobre a cobertura dos serviços da Proteção Social em todo o estado, serão apresentadas propostas de alinhamento do fluxo de atendimento e de fortalecimento das unidades de CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CEAM (Centro Especializado de Atendimento a Mulher) para o fomento de serviços regionalizados de acolhimento, a partir do incentivo à formação de consórcios.

PROPOSTAS

- 1** | Fazer **parceria** com todos os **municípios**. Cuidar das cidades de acordo com as suas necessidades.
- 2** | Permitir que **instituições sem fins lucrativos** tenham mais autonomia para ajudar o estado no **combate à fome e à pobreza**.
- 3** | Incentivar municípios a atingirem **metas de desenvolvimento social**.
- 4** | Desenvolver e aprimorar **Observatórios Sociais** para a identificação pontual dos problemas sociais do estado, a fim de ter diagnósticos reais para a produção de soluções junto aos parceiros e sociedade civil.
- 5** | Dar suporte técnico aos municípios para que haja por parte do Estado não somente medidas paliativas e emergenciais, mas sim uma atuação comprometida e focada em acabar com o mal pela raiz, com o intuito de proporcionar às **pessoas em situação de rua** uma (re)adaptação à vida social.
- 6** | Fortalecimento e aprimoramento técnico dos **CREAS** (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e **CEAMs** (Centro Especializado de Atendimento à Mulher).

| Governança

Governança

O governo de uma forma lato sensu deve existir somente em decorrência da necessidade dos seus serviços ou das políticas públicas que implementa. Estruturas de Estado dissociadas dessa realidade, pesadas, caras, lentas e burocráticas não coadunam com os objetivos a que se propõem, nem com os resultados que delas se esperam. E a governança pública serve exatamente para isso: aumentar e preservar o valor que o Estado entrega aos que o mantêm. No Rio de Janeiro é latente essa dissociação da realidade: os gastos com pessoal continuam crescendo (são 344.732 servidores, entre ativos e aposentados) sem uma verificação do efetivo aumento de produtividade da burocracia do estado; temos uma estrutura administrativa ineficiente e inchada, com sobreposições de funções dentre as 32 secretarias da administração direta e 46 órgãos e fundações da administração indireta; e, ainda, um desequilíbrio nas contas públicas, que levou o estado a aderir em 2017 ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Desta forma, para vencer estes desafios, precisamos mais do que um “choque de gestão”, mas sim a implantação efetiva de uma governança pública. Nossa plataforma visa posicionar o governo do estado do Rio de Janeiro enquanto uma das administrações estaduais mais transparentes e eficientes do país. Para alcançar este objetivo, implementaremos uma governança efetiva, baseada nas melhores práticas nacionais e internacionais, como o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União - o TCU tem, entre seus objetivos estratégicos, o aprimoramento da governança e da gestão no setor público -; estudos sobre o tema realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Outro objetivo estratégico de nosso modelo de gestão será transformar o governo do estado do Rio de Janeiro em uma referência nacional em termos de combate à corrupção, por meio da promoção da transparência, ética e integridade na administração pública. Para tanto, fortaleceremos a atuação da Controladoria Geral do estado e ampliaremos a colaboração entre o governo estadual e órgãos de controle e fiscalização como o Tribunal de Contas do estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Queremos, acima de tudo, ampliar a colaboração e a participação da sociedade civil no controle e na fiscalização dos serviços públicos, das obras, programas e projetos da administração estadual. Vamos dar publicidade às iniciativas de um governo verdadeiramente transparente, com dados abertos e colaboração direta da sociedade. Um governo colaborativo, transparente e mais responsivo será uma das marcas de nossa futura administração.

Governança

Ademais, mobilizaremos toda a inteligência instalada no estado – universidades, centros de pesquisa, institutos públicos e privados, organizações da sociedade civil etc. – com o objetivo de desenvolver estratégias, metodologias e plataformas inovadoras. As Universidades Estaduais, o Centro de Tecnologia da Informação do estado do Rio (PRODERJ) serão peças-chave na construção de um modelo de gestão e planejamento contemporâneo, que possa se tornar uma referência para o país.

Todas essas ações passam pela valorização dos servidores públicos, que são o maior ativo de um governo, e, portanto, precisam ser capacitados, recompensados adequadamente e gerenciados de forma eficaz. Isso nem sempre ocorre e a boa governança requer a formação de servidores educados, treinados e motivados para atuar no serviço público. Carreiras qualificadas são essenciais na prestação de serviços públicos, mas estes também podem ser aprimorados por pessoas nomeadas, sem vínculo efetivo com a administração, para atividades de curto prazo para as quais são selecionadas por suas habilidades – e não apenas por suas filiações políticas.

Com as múltiplas particularidades regionais (vocações, distâncias, desenvolvimento econômico, representatividade política, etc), e a grande diferença entre a capital e as demais cidades, o estado do Rio de Janeiro vem tendo um tipo de governança voltada unicamente por interesses políticos pontuais “de ocasião”, que inibe a evolução das características vocacionais regionais, de polos importantes para o desenvolvimento do estado. Nossa proposta se baseia numa descentralização das ações de governo para se obter uma governança mais eficiente, igualitária e proporcional, mais próxima às necessidades da população local e não da política, onde toda a ação de governo em cada região tenha sido demandada e priorizada por cada conselho regional.

O estado do Rio de Janeiro contará com um governo estadual absolutamente comprometido com a ética pública, com a participação dos cidadãos e com a transparência na gestão. Nosso modelo de governança será estruturado nas seguintes diretrizes:

DIRETRIZES

01

Enxugar a máquina pública estadual e criar o Sistema de Custos e Programa Desperdício zero: governo eficiente

Atualmente o governo do estado do Rio de Janeiro conta com 344.732 servidores, entre ativos e aposentados. Em termos de estrutura de governo, são 32 secretarias na administração direta e 46 órgãos e fundações da administração indireta. É uma máquina pesada, cara, lenta e burocrática, que não entrega os resultados que dela se esperam.

O governo do estado precisa atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos, inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações. Para tanto, vamos direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e mudanças de prioridades. Nossa reforma dos serviços públicos estaduais será a partir de uma perspectiva centrada no cidadão, baseada em três vetores fundamentais para uma mudança consistente: integração, simplificação e gerenciamento.

Vamos implementar, ainda, um Sistema de Custos e Programa Desperdício zero na administração pública estadual, por meio de um conjunto de ações que tenham como objetivo maximizar o uso dos recursos disponíveis. Há amplo espaço para ganhos de eficiência na utilização de recursos, em todas as áreas.

DIRETRIZES

02

Reativar o escritório de gerenciamento de projetos, implantando uma central de resultados

As organizações públicas existem para produzir políticas, bens e serviços públicos, visando ao aumento, de forma sistêmica e integrada, do bem-estar social e das oportunidades aos cidadãos. Para isso, é importante traçar claramente seus objetivos, metas, indicadores, definir sua estratégia de atuação, desdobrá-la em planos de ação e acompanhar sua implementação (BRASIL, 2010 - adaptado).

Desta forma, iremos reativar o escritório de projetos do governo do estado do Rio de Janeiro. Este escritório, ligado à Casa Civil, irá atuar no monitoramento das metas e objetivos estratégicos definidos pelo governador e seus secretários. Será feito, ainda, um acompanhamento sistemático dos recursos, tanto dos investimentos do Estado como de parceiros privados e doações.

Por fim, ratificando o compromisso do governo Paulo Ganimé com a transparência e gestão, todo esse monitoramento será divulgado interna e externamente por meio de uma Central de Resultados.

DIRETRIZES

03

Unificar o primeiro atendimento, com foco no cidadão e na excelência dos serviços prestados - O Estado perto de você

O cidadão em grande sua maioria não sabe (e nem precisaria saber) quais órgãos ou secretarias prestam que tipo de serviços. Mas, da forma como os órgãos públicos se organizam de uma maneira geral, o pagador de impostos precisa descobrir, por exemplo, que o licenciamento para seu empreendimento é de competência do órgão ambiental estadual e não do bombeiro. Existe ainda duplicação da oferta de serviços: o Detran, por exemplo, oferece na sede do órgão o serviço de identificação civil, que também é ofertado em outros locais, como o Rio Poupa Tempo. Isso em um primeiro momento até parece bom para o cidadão, uma vez que ele tem mais de um local para obter o serviço. Porém, acaba por causar muita confusão, já que nem todos os locais prestam o mesmo tipo de serviço.

Há algumas iniciativas de simplificação de processos, como o REGIN, que centraliza as etapas de abertura de empresas, e o RIO POUPATEMPO, que também buscou concentrar os serviços de abertura de empresas em um único local.

Nosso governo terá o foco no cidadão e vamos avançar na unificação e, principalmente, na informatização dos serviços prestados pelos órgãos estaduais, criando ilhas de atendimento espalhadas pelo estado. Iremos fazer parcerias com grandes centros comerciais para instalação de tais estruturas de atendimento. Vamos, ainda, implementar a excelência no atendimento, por meio de servidores qualificados, motivados e gerenciados.

DIRETRIZES

04

Promover uma estratégia permanente de valorização e qualificação dos servidores públicos

O principal responsável pela implementação da política pública no governo é o servidor, seja ele de carreira ou não. Vamos, de fato, valorizar os servidores públicos, capacitando-os, recompensando-os adequadamente e gerenciando-os de forma eficaz. Iremos garantir a recomposição anual dos salários dos servidores e a valorização real em função do aumento de receita recorrente.

Além disso, uma boa governança requer a formação de servidores educados, treinados e motivados para atuar no serviço público. Carreiras qualificadas são essenciais na prestação de serviços públicos, mas estes também podem ser prestados por pessoas nomeadas, sem vínculo efetivo com a administração, para atividades de curto prazo para as quais são selecionadas por suas habilidades – e não apenas por suas filiações políticas.

DIRETRIZES

05

Ter uma gestão imobiliária efetiva

O estado do Rio de Janeiro possui diversos ativos concedidos os quais precisam ter uma gestão mais efetiva. Faz-se necessário verificar as bases dessas cessões, entender como estão as prestações de contas para levantar oportunidades de melhorias no uso desses ativos.

DIRETRIZES

06

Implementar a agenda ESG no governo e na gestão pública do estado do Rio de Janeiro

A agenda ESG, sigla usada para se referir às melhores práticas ambientais, sociais e de governança, tem ganhado relevância nas discussões do setor privado, principalmente na pauta de investimentos. Nesse sentido, o ESG transformou-se em critério decisório para o mercado, e vem balizando gradualmente a tomada de decisão sobre onde investir. Conseqüentemente, multiplicam-se as empresas que têm assumido compromissos com a descarbonização, com a diversidade do seu quadro de funcionários e com melhores práticas internas. Por um lado, temos a grande movimentação do setor privado. Por outro, o governo, sobretudo no Brasil, tem estado ausente das discussões..

O setor público, por sua própria natureza, trabalha todos os dias com temas ESG por meio de suas ações. O que se espera dos governos é a criação das condições e regulações necessárias para incentivar investimentos e a adoção de boas práticas pelas empresas. Não só: os governos logo serão cobrados a incorporar os princípios ESG na forma de gerir o Estado.

O estado do Rio de Janeiro (e o Brasil) precisam engajar o setor privado para que tenhamos clareza acerca dos custos e sobre quais ferramentas deveremos adotar para nos moldarmos à economia do futuro. É necessário integrar o setor privado, líderes e especialistas na agenda ESG para que sejamos parte dessa movimentação global. O Rio de Janeiro precisa liderar essa jornada coletiva em favor de um mundo melhor. O futuro é nessa direção e será importante que o estado se mantenha competitivo e capaz de atrair investimentos que ajudem a construir esse novo mundo.

DIRETRIZES

07

Combater a corrupção e privilégios

Nosso modelo de gestão irá transformar o governo do estado do Rio de Janeiro em uma referência nacional em termos de combate à corrupção, através da promoção da transparência, ética e integridade na administração pública. Para tanto, fortaleceremos a atuação da Controladoria Geral do estado e ampliaremos a colaboração entre o governo estadual e órgãos de controle e fiscalização como o Tribunal de Contas do estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Queremos, acima de tudo, ampliar a colaboração e a participação da sociedade civil no controle e na fiscalização dos serviços públicos, das obras, programas e projetos da administração estadual.

Além disso, um segundo objetivo desta diretriz será eliminar privilégios. Dentro do Poder Executivo estadual, assim como nos demais poderes, existe uma cultura de apropriação dos recursos públicos que deve ser cortada. É preciso revisar o modelo estrutural de todos os poderes, exigindo o fim de regalias por meio de cortes em auxílios exorbitantes, restrição para carros de representação, dentre outros.

DIRETRIZES

08

Implantar um governo digital de fato

A Presidência da República, por meio do Decreto nº 10.332 (alterado pelo Decreto nº 10.996, de 14 de março de 2022), instituiu as diretrizes da Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 no âmbito do Governo Federal. Com base nesses decretos, o governo do estado do Rio de Janeiro elaborou um planejamento de governo digital. Tal plano, para vigorar de fato, precisa de gestão e governança eficientes. Assim, sem descartar as iniciativas já pensada e/ou implementadas, o governo Paulo Ganime reativará o CONSETI - Conselho Estadual de Tecnologia da Informação, que voltará a deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital no Rio de Janeiro e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação.

DIRETRIZES

09

Promover a descentralização das ações de governo, através de comissões regionais

Atrelada às proposições anteriores, a proposta consiste em descentralizar as decisões do governo, por meio da formação de conselhos regionais para: auxiliar na captação de demandas junto à cada região; encaminhar os pleitos e participar da tomada de decisão das ações do governo junto a um grupo gestor central; promover a fiscalização gerencial na implantação das decisões do governo em cada região; e, principalmente, compartilhar todas as fases junto à comunidade.

PROPOSTAS

- 1 Extinguir, fundir e reordenar secretarias.** Vamos verificar, das 32 secretarias existentes atualmente, aquelas que realizam funções e serviços semelhantes, para conjugar estes órgãos a fim de reduzir a burocracia e extinguir cargos comissionados desnecessários.
- 2 Realizar auditorias na folha de pessoal,** com objetivo de identificar a ocorrência de irregularidades no pagamento de salários e benefícios, bem como investigar a existência de “funcionários fantasmas”.
- 3** Realizar uma ampla **análise de contratos e programas** do governo, visando a racionalização dos gastos públicos.
- 4 Editar e revisar decretos estaduais** e atos normativos, orientados pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico; e realizar consultas públicas sempre que conveniente com o objetivo de desburocratizar a gestão e simplificar a vida do cidadão.
- 5 Firmar parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento.** Além das secretarias, existem também outros órgãos públicos vinculados ao estado que produzem informações importantes para compreensão do real contexto do Rio de Janeiro. É necessário recolocar essas instituições como fontes centrais dos dados técnicos importantes para qualificar a execução das ações do estado.
- 6** Reativar o **escritório de projetos** do governo do estado do Rio de Janeiro, o qual, ligado à Casa Civil, irá atuar no **monitoramento das metas e objetivos estratégicos** definidos pelo governador e seus secretários. Será feito, ainda, um acompanhamento sistemático dos recursos, tanto dos investimentos do estado como de parceiros privados e doações.

PROPOSTAS

- 7** | **Expandir o Rio Poupa Tempo**, inclusive para meios digitais. Vamos expandir (locais e serviços) as centrais de atendimento a pessoas físicas e jurídicas que necessitam dos serviços estaduais, como identificação civil, carteira de trabalho, carteira de motorista, licenciamentos, entre outros.
- 8** | **Realizar auditoria sobre contratos e práticas do DETRAN**: vamos combater a indústria de multas, informatizando, por exemplo, os processos administrativos de recursos de multas, tornando-os mais transparentes. E, ainda, rever os processos de emplacamento de veículos e renovações de habilitação, que muitas vezes são lentos e burocráticos, levando à necessidade de despachantes.
- 9** | **Ter o indivíduo como avaliador dos resultados do Estado**. A opinião dos contribuintes deve ser valorizada nas decisões governamentais, já que é ele quem sustenta os gastos públicos. Assim, vamos implementar uma cultura de avaliação dos órgãos e dos servidores diretamente pelas pessoas, relacionando as pesquisas públicas aos critérios de bonificação, de maneira que a opinião da sociedade seja decisiva em todas as ações estatais.

PROPOSTAS

- 10** Promover uma estratégia permanente de valorização e de qualificação dos **servidores públicos**, implementado de fato uma **política de gente e gestão** no governo do estado do Rio de Janeiro, com **avaliação de desempenho; capacitação e meritocracia**.
- 11** Realizar **processos seletivos para os cargos de confiança**. O Estado, tal qual uma empresa, precisa de líderes. E tais líderes precisam estar aptos a desempenhar as funções designadas. Parece básico, mas infelizmente nem sempre os cargos são ocupados de forma adequada. Implementaremos, inicialmente para o primeiro e segundo escalões, processo seletivo para ocupação dessas vagas, com critérios técnicos, transparentes e que priorizem a "ficha limpa". Além disso, serão feitas auditorias patrimoniais aleatórias dos agentes públicos, para evitar condutas antiéticas.
- 12** Centralizar na Casa Civil as decisões estratégicas da **Gestão Imobiliária** no estado, de forma a ter uma efetividade na gestão patrimonial.
- 13** Desenvolver o plano de **implementação e monitoramento ESG (Environment, Social and Governance)** para o estado do Rio de Janeiro. Estabelecer metas estratégicas e um guia com as condições necessárias para a adoção de boas práticas que orientarão não só o setor privado, mas o próprio governo, que irá incorporar, em sua totalidade, o ESG no dia a dia da administração pública fluminense.
- 14** **Fortalecer** a atuação da **Controladoria Geral do estado**. O papel da CGE/RJ será de **atuar de fato** como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, com total autonomia e livre das interferências políticas no órgão.

DIRETRIZES

PROPOSTAS

- 15** | **Ampliar a colaboração entre o governo estadual e órgãos de controle** e fiscalização como o Tribunal de Contas do estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública.
- 16** | **Eliminar privilégios.** Dentro do Poder Executivo estadual, assim como nos demais poderes, existe uma cultura de apropriação dos recursos públicos que deve ser cortada. É preciso revisar o modelo estrutural de todos os poderes, exigindo o fim de regalias por meio de cortes em auxílios exorbitantes, restrição para carros de representação, dentre outros.
- 17** | **Incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração** para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades.
- 18** | Implantar um **governo digital** de fato, de forma a promover transparência, engajamento dos cidadãos e economia, dados abertos e inovação. Vamos otimizar e transformar os serviços públicos aos olhos do cidadão, além de reduzir a burocracia.
- 19** | **Pensar no interior:** Utilizando a estrutura administrativa já existente em cada região, ou seja, sem criar nenhuma nova secretaria ou órgão, vamos instituir conselhos comunitários, com a participação de entidades locais públicas e privadas, que representem a **vocação** de cada região; Vamos implementar, ainda, um grupo gestor central com a participação de todos esses representantes regionais, secretários de pastas e o governador, com vistas a tomar as melhores decisões de investimento dos recursos públicos no estado do Rio de Janeiro. Quem sabe da necessidade da região é quem está na ponta, mais perto do cidadão..

Cultura e Esporte

Cultura

A cultura é um bem social! Não são somente artefatos, práticas e representações que constituem a cultura de uma sociedade, mas também atitudes e comportamentos, mentalidades ou expressões, sempre em constante transformação, que alteram-se de forma dinâmica e ampliam a tradicional visão patrimonialista estática. Para além de um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens, que penetram o indivíduo em sua intimidade, a cultura estrutura os instintos e orienta as emoções.

O Estado tem o papel de identificar as muitas formas culturais de organização e suas características intrínsecas, sempre respeitando e valorizando aquilo que reforça o sentido de pertencimento e identidade social dos indivíduos.

É preciso ver a cultura material e imaterial como uma forma estratégica de articulações sociais e um vetor econômico, que promove o desenvolvimento de muitos setores da sociedade a qual representa. Vamos criar oficinas e outras atividades que estimulem a criação e a sensibilidade, além de oferecermos capacitações em diferentes áreas de atuação para os jovens das comunidades. A arte transforma vidas e pode mudar completamente o futuro de crianças e adolescentes.

O estado do Rio de Janeiro, como poder público representado por seus 92 municípios, em parceria com o mercado, os atores sociais do setor e a sociedade civil, auxiliado pelas leis culturais vigentes, precisam se unir em um grande projeto cultural autônomo que crie mecanismos para transformar a nossa cultura em um bem social de impacto, geradora de recursos econômicos, ambientais e sociais.

Por fim, cabe destacar que a Economia Criativa é um dos setores mais relevantes da economia e o RJ é um dos estados que mais contribui para esse resultado. A Economia Criativa é composta pelos segmentos Cultura, Tecnologia, Consumo e Mídia. Considerando essa divisão, enquanto a Economia Criativa como um todo vem ocupando um espaço cada vez maior no PIB especialmente no RJ, a Cultura, que já apresentava queda em alguns segmentos, sofreu um grande impacto provocado pela pandemia. Conforme poderá ser visto adiante, temos propostas concretas para a Cultura dentro da Economia Criativa, não esquecendo os demais segmentos, em especial a indústria cinematográfica.

Esporte

O Rio de Janeiro possui uma enorme vocação para o esporte. Sua geografia, composta por praias e montanhas, é propícia para a prática de diversas modalidades. Os grandes eventos realizados (Jogos Pan-Americanos, Copa do Mundo e Olimpíadas) deixaram um legado de equipamentos esportivos e de mão de obra qualificada que viabilizam a realização de outros tantos eventos de grande porte.

Entendemos o esporte como um tema transversal, uma vez que influencia ou é influenciado por diversos setores, tais como:

- Educação: é nas escolas que ocorre a iniciação esportiva. A prática esportiva pode ser utilizada como uma poderosa ferramenta de diminuição da evasão escolar;
- Saúde: a prática esportiva apresenta melhorias nos índices de saúde e qualidade de vida em todos os segmentos etários, reduzindo os gastos com o sistema de saúde;
- Economia: é notório que o turismo esportivo gera grande movimentação financeira nas cidades. Vislumbramos o aquecimento da cadeia produtiva do esporte que vai desde os fabricantes de materiais e insumos até o setor hoteleiro, passando por organizadores, instrutores e famílias beneficiadas por projetos esportivos e sociais;
- Turismo: os impactos dos grandes eventos realizados no Rio de Janeiro são gigantes quando observados pela ótica do turismo e do setor hoteleiro;
- Segurança: o esporte é reconhecidamente uma poderosa ferramenta de mobilização social e de redução dos índices de criminalidade entre crianças e adolescentes.

Erroneamente, o apoio do Estado ao esporte sempre foi visto como custo e não como investimento. Pretendemos rever a atuação da Secretaria de Esporte e Lazer e desenvolver ações que aproximem os agentes do esporte com as empresas de potencial econômico para apoiar o esporte.

DIRETRIZES

01

Tornar a cultura autossustentável, constituindo-se em um Capital Cultural para o estado do Rio de Janeiro

Iremos estimular campanhas de empreendedorismo cultural, ampliando recursos, qualificando os existentes e inovando com novos editais de fomento aos processos de criação, fruição, produção, circulação, difusão e intercâmbio artístico e cultural. Com isso, aumentaremos as manifestações culturais em que a sociedade se representa e cria suas identidades.

O patrocínio e apoios do mercado para a área da cultura serão viabilizados com os descontos de ICMS, divulgação de marcas etc.

A análise dos projetos e desburocratização da intervenção do Estado no setor cultural permitirá aos artistas uma sensação de maior liberdade e autoconfiança, o que irá incrementar o interesse dos financiadores e ampliará a participação do setor cultural no PIB do estado.

Dessa forma, vamos transformar a cultura em um negócio autossustentável, constituindo-se em um capital cultural para o estado do Rio de Janeiro. Com vontade política, por meio de seus mecanismos, fazer da arte e da cultura importantes vetores econômicos.

DIRETRIZES

02

Formar uma Identidade Cultural no estado do Rio de Janeiro, a partir de suas Identidades Regionais Municipais

As leis e programas de incentivo culturais atendem a diversos tipos de cultura, com seus públicos específicos. A arte precisa ter seu valor de consumo estabelecido mercadologicamente, pois onde houver a possibilidade de uma atividade econômica rentável haverá uma maior circulação de público. Isso envolve pessoas na produção cultural, gera empregos, favorece o pagamento de impostos e contribui para o crescimento da sociedade, tanto educacionalmente quanto economicamente.

A criação de um calendário cultural do estado do Rio de Janeiro com os eventos das regiões municipais, identificam vocações e valorizam os saberes locais. Isso favorece o intercâmbio artístico e cultural em ambientes formais e não formais de apresentação, com ações voltadas a diversos segmentos intensificando ações conjuntas do estado e municípios.

A ampla divulgação dos eventos farão com que os setores de turismo, rede hoteleira, bares e restaurantes, entre outros, sejam beneficiados com o aumento de suas demandas e com a geração de empregos temporários, além do aumento da divulgação publicitária em mídias convencionais e sociais, para dar visibilidade aos eventos.

DIRETRIZES

03

Facilitar o acesso aos editais de Projetos Culturais

Apresentação de critérios de concessão de financiamentos claros e transparentes, com informações acessíveis ao público, por meio de melhorias nos canais de comunicação entre a população e os governos Estaduais e Municipais serão reforçados.

O aprimoramento da relação entre estado, municípios e a sociedade civil busca, por meio de mecanismos, facilitar a utilização da legislação cultural vigente, como a Lei de Incentivo à Cultura, o Fundo Nacional de Cultura, entre outros. A melhoria dos mecanismos de manutenção do patrimônio cultural visa atender aos desafios contemporâneos para o setor, que favorece os mecanismos de financiamento e fomento e, principalmente, o empreendedorismo cultural.

Cultura e sociedade estão intrinsecamente ligadas e não são elementos estáticos. A cultura evolui e sofre influência de diferentes sociedades, que absorvem elementos umas das outras e respeitam-se mutuamente, enriquecendo suas produções e tradições.

O conhecimento de nossas raízes, nossos ancestrais, nossas tradições culturais são os elementos essenciais para a construção de uma sólida identidade social e cultural.

DIRETRIZES

04

Fomentar a integração das atividades criativas às indústrias fluminenses

A criatividade tem ocupado um espaço cada vez maior no mundo dos negócios, em função da constante necessidade de se criar um diferencial competitivo, e da necessidade de adaptação rápida das empresas devido à aceleração nas mudanças que ocorrem naturalmente em uma sociedade. Esse cenário de necessidade de rápida adaptação se mostrou mais evidente, em alguns setores, com o isolamento social provocado pela pandemia do COVID-19, onde a área criativa teve um papel estratégico.

Desta forma, vamos fomentar a Integração das atividades criativas às indústrias fluminenses para que estas se tornem mais competitivas, não só no mercado interno como no mercado internacional, agregando valor aos produtos e serviços.

DIRETRIZES

05

Esporte para a geração de renda

Vamos repensar a forma como a população e a economia do estado podem se beneficiar com todo o potencial e toda a infraestrutura esportiva que temos de forma a trazer riquezas para o Rio de Janeiro.

06

Incentivo ao esporte escolar

Integrar os jogos escolares às atividades escolares, estimulando a iniciação esportiva de nossas crianças.

07

Fomento a grandes eventos esportivos no estado

Fomentar grandes eventos a fim de intensificar e acelerar o desenvolvimento nacional, regional e local, estimulando a montagem da infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento do Brasil, a qual terá forte impacto sobre a economia do turismo no país.

08

Estrutura de execução do Programa Bolsa Atleta Estadual

Democratizar e dar transparência aos critérios para a concessão das bolsas. Oportunizar que atletas de todo o estado tenham acesso ao programa.

09

Estrutura de execução da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte

Realizar rigorosa avaliação para a concessão de incentivos, com transparência e participação de diversos agentes do esporte Estadual e melhorar o sistema de submissão de projetos.

PROPOSTAS

- 1** Criar postos de atendimento para orientar os interessados em participar dos **editais de cultura** e dos benefícios da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.
- 2** Criar campanhas para divulgar a existência **Lei Estadual de Incentivo à Cultura** para o empreendedor que queira ter um negócio na área de cultura (teatro, música, danças, artesanato e outras expressões artísticas) e estimular o patrocínio de pequenas e grandes empresas interessadas na divulgação de suas marcas e contribuição para o aumento da produção artística do nosso estado.
- 3** Desburocratizar e acelerar a análise dos projetos beneficiados pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura **diminuindo a intervenção do Estado no setor cultural** e permitindo aos artistas uma maior liberdade e independência.
- 4** Criar o **calendário cultural** para dar uma personalidade ao estado do Rio de Janeiro, respeitando as características de cada município. Os setores de turismo, rede hoteleira, bares e restaurantes, entre outros, poderiam, inclusive, programar a contratação de empregos temporários, além da divulgação publicitária.
- 5** Dar autonomia aos **projetos culturais em parceria com o Estado**, o mercado e a sociedade civil, auxiliado por leis culturais, que unidos possam gerar recursos econômicos, ambientais e sociais.
- 6** Tornar os critérios de **concessão de financiamentos claros e transparentes**, com informações acessíveis ao público, por meio de melhorias nos canais de comunicação entre a população e os governos estaduais e municipais.
- 7** **Treinar e requalificar trabalhadores:** com as inovações tecnológicas e aumento da capacidade de análise de dados advindas em parte da **indústria criativa**, os empregos mais tradicionais tendem a serem substituídos pela automação. Novas vagas de emprego são criadas, mas demandam habilidades específicas, com maior qualificação e portanto com salários mais elevados.

PROPOSTAS

- 8 | Rever os mecanismos de **preservação do patrimônio cultural** do estado do Rio de Janeiro.
- 9 | **Estimular o produtor cultural** a desenvolver projetos de impacto socioambiental.
- 10 | **Criar eventos culturais nas escolas** com o objetivo de incentivar o aprendizado do aluno, auxiliar na sua formação pessoal e desenvolver sua capacidade de se relacionar com o próximo.
- 11 | Utilizar a **indústria do esporte** para trazer **riquezas** para o Rio de Janeiro.
- 12 | **Integrar os jogos escolares às atividades das escolas** e estimular a iniciação esportiva de nossas crianças.
- 13 | **Promover o esporte em todas as idades** e apoiar os projetos já existentes, melhorando os espaços de prática e premiando as melhores iniciativas.
- 14 | **Criar a comissão de avaliação da concessão de bolsas e incentivos**, com transparência e participação de diversos agentes do esporte Estadual, bem como melhorar o sistema de submissão de projetos.

Segurança Pública

Segurança Pública

A situação da segurança pública do estado do Rio de Janeiro é complexa e remonta a décadas de abandono do poder público. Recente relatório da Polícia Civil, divulgado na mídia carioca, mostra que o crime organizado atua em 1.413 comunidades do Rio, onde o tráfico domina 81% desses territórios e a milícia consta presente em 19% das favelas. Segundo estimativas da polícia do estado do Rio de Janeiro, há cerca de 3.000 a 3.500 fuzis na posse desses criminosos.

A percepção de caos generalizado incentiva a prática de diversos outros crimes, incluído o de corrupção, que é mais um grave problema inserido na estrutura da segurança pública do estado. Portanto, é necessário, como política urgente, o combate ao crime organizado, com a retomada dos territórios, promovendo a presença do Estado e garantindo acesso a todos a seus direitos fundamentais.

Também se faz importante combater a prática de crimes contra o patrimônio, que refletem diretamente na segurança do cidadão. Além disso, é necessário combater a corrupção policial e promover a modernização da estrutura (física e organizacional) dos órgãos de segurança com foco na eficiência, meritocracia com base em indicadores e metas e valorização do bom atendimento aos cidadãos. Cabe ressaltar que o ISP (Instituto de Segurança Pública) já define algumas metas que se mostram adequadas para um primeiro momento e que podem ser expandidas.

Adicionalmente, mas não menos importante, é necessário focar no recurso humano daqueles envolvidos na segurança pública. É necessário pensar na valorização e compensação meritocrática do policial, pensando não apenas na parte financeira, que obviamente é muito importante e que esbarra em problemas orçamentários, mas também em cursos regulares de reciclagem, especializações (nas diversas áreas de interesse como, por exemplo, inteligência, lavagem de dinheiro, etc.). Fortalecer com recursos humanos e estrutura física a corregedoria policial de maneira a coibir desvios de conduta.

DIRETRIZES

01

Reocupar as áreas dominadas pelo crime organizado (tráfico de drogas e milícias)

Uma série de ações se mostram necessárias para a retomada de territórios ocupados pelo tráfico de drogas ou pela milícia. Adicionalmente à retomada física, há ações complementares necessárias de maneira a evitar os mesmos problemas enfrentados pelo projeto da UPP e assim poder sedimentar o processo de estabelecimento da ocupação do Estado, garantindo acesso pleno a todos os seus direitos e deveres, como qualquer outro cidadão, e não ficando a mercê das ordens e vontades do estado paralelo que ocupam essas comunidades.

Vamos garantir, por meio das ações descritas a partir da página 134 deste plano, que o morador dessas comunidades atualmente submetidas ao poder paralelo, tenham livre escolha para comprar sua água, sua TV a Cabo, seja livre para decidir quando e como sair, e que tenha pleno acesso aos serviços públicos (água, luz etc) como qualquer morador de outra região do estado.

DIRETRIZES

02

Combater desde os crimes do “dia a dia” aos crimes de “colarinho branco”

Por se tratar de uma série de crimes, ações integradas se fazem necessárias para indicar possíveis soluções. Algumas soluções estruturais, como mudança de legislação, só serão possíveis com ações junto aos congressistas fluminenses, a fim de mudar a legislação federal, mais especificamente o Código de Processo Penal e a Lei de Execuções Penais. A principal aplicação seria a prisão após condenação em segunda instância. Cabe salientar que algumas mudanças na legislação foram feitas nesta legislatura, mas ainda há muito o que fazer de maneira a tornar o combate a esse tipo de criminalidade mais efetiva. Algumas das ações citadas, já estão sendo implementadas, em maior ou menor escala e são apontadas como boas soluções.

DIRETRIZES

03

Combater o roubo de cargas

Uma das mais importantes e principais medidas adotadas, no âmbito da legislação, foi a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 5385 de 2019, que altera o Código Penal para dispor sobre adulteração de sinal identificador de veículo e criminaliza a conduta de quem adulterar sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

O roubo de carga no estado do Rio de Janeiro é um tipo de delito altamente concentrado e só em 2021 cerca de 98% dos casos registrados foram realizados na Região Metropolitana. Além disso, mais da metade aconteceu em 10 das 1.377 Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP) do estados e por isso o aumento do policiamento ostensivo nessas áreas se faz tão necessário.

DIRETRIZES

04

Sistema Prisional

Décadas de falência do sistema prisional nacional resultaram em estruturas precárias, não sendo restritas a um único estado brasileiro, mas a vários. Atualmente, o sistema prisional é incapaz de absorver a massa carcerária, impossibilitando qualquer tipo de ressocialização do preso.

Além disso, algumas prisões se tornaram verdadeiros “bunkers”, protegendo lideranças criminosas e se tornando escritórios centrais de onde partem ordens para o cometimento de diversos tipos de crimes.

Segundo site do DEPEN (<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>), o custo médio do preso no Brasil, em dezembro de 2021, foi de R\$ 2.482,00 e nesse relatório consta ausência de informações do estado do Rio de Janeiro, sem dados específicos para consulta.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, até o final de 2021, 820.689 pessoas estavam encarceradas. As vagas disponíveis em celas eram 634.469, totalizando um excedente de 186.220 presos.

Segundo o site do TJRJ (<http://gmf.tjrj.jus.br/censo-sistema-prisional>), constam 51.613 presos no estado do Rio de Janeiro. Deles, 16.111 presos estão em regime fechado, 14.839 estão no regime semiaberto, 1.097 estão no regime aberto, 19.494 provisoriamente em liberdade e 72 estão em mandado de segurança. Quase 41% têm de 22 a 29 anos e 29% de 30 a 39 anos. Em relatório enviado ao DEPEN, em junho de 2021, o Rio de Janeiro reportou ter aproximadamente 34.100 vagas em celas.

O reingresso ao sistema prisional no Brasil é um dos maiores do mundo.

A seguir, as proposições atacam três vertentes: aumento do número de vagas, ressocialização dos encarcerados e profissionalização dos recursos humanos.

DIRETRIZES

05

Prevenção da violência contra a mulher

Vamos atuar firmemente na promoção de ações de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, ampliando o programa Patrulha Maria da Penha. Além disso, fortaleceremos a atuação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), dos Núcleos de Atendimento às Mulheres (NUAM) e demais delegacias.

Vamos fomentar, ainda, em todo o estado, junto a parcerias com as prefeituras ou demais instituições locais, a ampliação de programas para acolhimento de mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade e desestruturação.

DIRETRIZES

06

Fortalecimento dos órgãos da Segurança Pública

Iremos transformar os órgãos de Segurança Pública em modernas estruturas de prestação de serviço, viabilizando ações que fortaleçam as instituições e que tragam retorno imediato à população utilizando-se de tecnologia e investimento em recursos humanos.

PROPOSTAS

(RE)OCUPAÇÃO FÍSICA

- 1** Retomada dos territórios com a utilização das forças estaduais (PMERJ e PCERJ), suporte das forças federais (PRF e PF) e das forças armadas.
- 2** Combate às organizações criminosas, principalmente quanto ao poderio econômico dessas organizações, investindo no levantamento e análise de dados para identificar principais atividades econômicas praticadas pelos grupos e mercados mais lucrativos.
- 3** Fortalecer o departamento de combate à corrupção e a lavagem de dinheiro da PCERJ com estrutura de ponta em hardware e softwares.
- 4** Fortalecer a delegacia especializada em armas, munições e explosivos.
- 5** Prover recompensa meritocrática para os policiais (civis e militares) que irão trabalhar nessas ocupações.
- 6** Prover aos policiais locais das comunidades ocupadas suporte de pronto emprego em caso de confronto, originado a partir das resistências criminosas, de maneira a garantir celeridade e efetividade no combate a essas atividades.

PROPOSTAS

(RE)OCUPAÇÃO FÍSICA

- 7** Investir na sistematização de informação de casos de mortes violentas e no uso de algoritmos para identificar redes de conexão de diferentes casos.
- 8** Concentrar recursos de investigação em locais de alta incidência de crimes.
- 9** Elaborar protocolos, resoluções e procedimentos operacionais de forma a padronizar as medidas de preservação de locais de crimes de homicídios e, principalmente, regulamentá-las para que sejam seguidas por todos os operadores da segurança pública, investigadores ou não.
- 10** Transformar todos os inquéritos físicos em digitais para reduzir o tempo de tramitação de inquéritos, possibilitando respostas mais ágeis e permitindo consulta a diferentes casos durante o processo investigativo.
- 11** Promover treinamento contínuo aos policiais que participarem diretamente do processo de reocupação.
- 12** Expandir o processo de implantação de câmeras acopladas aos uniformes dos policiais integrantes de cada ocupação.

PROPOSTAS

OCUPAÇÃO SOCIAL

- 13** | **(Educação):** **(a)** Atuar em parceria com as prefeituras de maneira a garantir ensino de qualidade às crianças em idade escolar no Ensino Fundamental. **(b)** Atuar em parceria com as prefeituras de maneira a garantir às escolas das localidades ocupadas a infraestrutura necessária para garantir bom nível escolar dos alunos. **(c)** Atuar junto com as prefeituras de maneira a garantir vagas em creches para possibilitar que pais e mães possam trabalhar. **(d)** Proporcionar aos jovens alternativas para auxiliar seu ingresso no mercado de trabalho, com cursos profissionalizantes e acesso ao empreendedorismo.
- 14** | **(Saneamento Básico):** Atuar em parceria com a concessionária de maneira a garantir o acesso à água e esgoto para todas as comunidades.
- 15** | **(Saúde):** Atuar em parceria com as prefeituras no atendimento integral à saúde básica.
- 16** | **(Emprego):** **(a)** Aprimorar os programas existentes do primeiro emprego para jovens em localidades vulneráveis. **(b)** Incentivar o empreendedorismo local, criando a infraestrutura necessária para fomentar a visitação de jovens e adultos. **(c)** Atuar em sinergia com órgãos específicos (como FAETEC) e em parceria com outras entidades públicas de outras esferas, privadas e sem fins lucrativos (como SENAC, SENAI, SESC, IFRJ e IFF) para implantar os cursos técnicos, profissionalizantes de maneira a endereçar os jovens formados a vagas abertas.

SEGURANÇA PÚBLICA

PROPOSTAS

OCUPAÇÃO SOCIAL

- 17** | **(Saneamento Básico):** Atuar em parceria com a concessionária de maneira a garantir o acesso à água e esgoto a todas as comunidades.
- 18** | **(Cultura e Lazer)** Garantir pleno acesso à cultura e lazer.
- 19** | **(Moradia Regularização Fundiária); (a)** Prover aos cidadãos dessas comunidades documento oficial de sua residência, garantindo o registro de posse. **(b)** Atuar em parceria com as prefeituras para ordenar a ocupação do espaço.
- 20** | **(Governança):** Criar um time de gerenciamento de cada localidade, de maneira a garantir que as metas sejam cumpridas e implantando o PDCA.

SEGURANÇA PÚBLICA

PROPOSTAS

21

(Policial Militar): (a) Ampliar para todo o estado o serviço de videomonitoramento, que consiste no reconhecimento facial como ferramenta para a identificação de criminosos na cidade, iniciado em 2019/2020. **(b)** Ampliar para todas as regiões a possibilidade dos policiais militares aplicarem o SOVi (Sistema de Ocorrência Digital). **(c)** Otimizar o programa de Polícia de Proximidade (Bairro Seguro 2020), de maneira a atuar complementarmente aos programas já existentes. **(d)** Otimizar o Programa Patrulha Escolar, em parceria com as Guardas Municipais, de maneira a agir complementarmente aos outros programas. **(e)** Implementar ferramentas para melhorar a detecção das manchas criminais. **(f)** Implementar um sistema de metas nos batalhões, de acordo com as necessidades de cada área.

22

(Guarda Municipal - através de convênio): a) Atuar em parceria com a prefeitura, de maneira a aumentar sua presença em áreas carentes de segurança utilizando, como exemplo, o programa da prefeitura do Rio de Janeiro, "Conjunto de Estratégias de Prevenção". **b)** Agir complementarmente às polícias militares de maneira a reduzir crimes de menor poder ofensivo, especialmente em pontos turísticos.

SEGURANÇA PÚBLICA

PROPOSTAS

23

(Polícia Civil) Projeto delegacia legal nos moldes originais, por exemplo: **a)** Permitir à polícia militar a adoção do termo circunstanciado de ocorrência. **b)** Agir contra quadrilhas especializadas. **c)** Aprimorar o registro das ocorrências nas delegacias de maneira a aproveitar melhor o servidor público (policial) e transferi-lo para sua atividade fim, que é atuar na resolução de crimes.

24

(Polícia Penal): a) Acompanhar presencialmente os presos em regime de liberdade condicional e outras formas de liberdade, ainda que curtas. **b)** Otimizar a estrutura do departamento penitenciário estadual.; **c)** Aumentar o número de vagas nas unidades prisionais.

25

MP (Ministério Público): a) Indicar um Procurador Geral de Justiça comprometido com o combate ao crime e com a criação da força-tarefa; **b)** Criar uma força-tarefa no MPRJ com membros dedicados e designação do PGJ para investigar indivíduos com foro por prerrogativa de função. **c)** Garantir suporte de estrutura de perícia e de análise de dados à força-tarefa.

26

(Integração): Ampliar as estruturas existentes e implementar outras novas, de maneira a permitir a integração das forças de segurança (Centro de Comando e Controle).

PROPOSTAS

- 27** | **Arco Metropolitano - Construir posto da Polícia Rodoviária Federal** no Arco Metropolitano e investir numa estrutura adequada, Com a PMERJ,
- 28** | **Vias Expressas intensificar** aumentar a capacidade de **policimento por motos que são mais ágeis e permitem ação rápida contra crimes**, evitando patrulhas paradas em pontos específicos que muitas vezes colocam em risco os policiais que ali estão.
- 29** | **Combater os locais que agem como entreposto dos produtos roubados**, assim como as pessoas que os vendem e que operam na última etapa da cadeia de fornecimento, como por exemplo nos **camelódromos**.

PROPOSTAS

- 30** | **Ampliar de vagas no sistema prisional** - A primeira questão fundamental é a abertura de novas vagas no sistema prisional e o aumento da capacidade de absorção do sistema. Segundo site do DEPEN, não há projetos de novas unidades prisionais no estado. Todas foram desidratadas ou canceladas. Diante do problema orçamentário, nesse contexto, uma das ações possíveis é a implementação de parcerias público-privadas na abertura de novas estruturas prisionais.
- 31** | **Promover a qualificação e capacitação dos profissionais envolvidos no sistema prisional**, implementando protocolos de ações e procedimentos previamente definidos diante de situações ocorridas no dia a dia. Promover auditorias periódicas de maneira a garantir sua implementação.
- 32** | Estabelecer plano de bonificação (financeira ou não) de acordo com o atingimento de **metas no sistema carcerário**.
- 33** | **Garantir que as equipes do sistema prisional tenham os equipamentos necessários** para boa atuação, bem como fornecer equipamentos que impeçam o fácil acesso a drogas e armas às instituições.
- 34** | **Garantir dignidade aos presidiários**, prestando serviços adequados de alimentação, saúde, higiene, etc; como também garantir o efetivo atendimento às suas respectivas famílias.

PROPOSTAS

35

Reforma nas estruturas prisionais existentes que hoje, em sua maioria, estão em condições precárias e deploráveis.

36

Implementar processos digitais e informatizados de maneira a melhorar o controle dos encarcerados, assim como propiciar a pronta comunicação entre os diferentes órgãos e poderes.

37

Separar as lideranças do crime organizado: Trabalhar em parceria com o Governo Federal e com o Poder Judiciário para manter as lideranças dos grupos criminosos presos em presídios federais de maneira a cortar a comunicação dos líderes com as facções.

38

Apoiar a Fundação Santa Cabrini, fomentar outras organizações com propósito semelhante, além de estabelecer parcerias com outras instituições (SENAI, SESI, etc) para **ampliar o trabalho de alocação da mão de obra carcerária**. Aproveitar o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro.

PROPOSTAS

- 40** | **Ampliar o programa Patrulha Maria da Penha**, seja a partir de modelos bem-sucedidos da atuação de polícias militares ou de cooperação com Guardas Municipais, que já apresentou avanços .
- 41** | **Fortalecer a atuação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)**, dos Núcleos de Atendimento às Mulheres (NUAM) e demais delegacias, e sua articulação com MP e Judiciário, assegurando a celeridade do fluxo das denúncias e a execução das medidas protetivas de urgência.
- 42** | **Promover a capacitação de policiais militares e civis no acolhimento da mulher** em situação de violência semelhante à oficina de qualificação dos servidores do Distrito Federal.
- 43** | Fortalecer, em **parceria com os municípios**, o sistema de encaminhamento, acolhimento e **assistência de mulheres** em situação de violência.
- 44** | Fomentar parcerias com municípios e organizações da sociedade civil para a **implementação de programas de educação e responsabilização de homens agressores**.
- 45** | Fomentar em todo o estado, junto às parceiras com as prefeituras ou demais instituições locais, a ampliação de programas semelhantes ao Centro de Acolhimento Lélia Gonzalez e Mulher Carioca Tia Dona, que tem como objetivo o **acolhimento de mulheres e famílias em situação de desestruturação**.
- 46** | Fomentar, com parcerias com municípios e organizações da sociedade civil, o Programa Siga em Frente, da Prefeitura de Volta Redonda, que em em uma iniciativa que **procura inserir no mercado de trabalho mulheres que sofreram algum tipo de violência**.

PROPOSTAS

- 47** Criar uma **Polícia Técnico-Científica independente**, com autonomia administrativa, vinculada ao Sistema de Inteligência do estado do Rio de Janeiro.
- 48** Valorizar os recursos humanos das forças de segurança, desenvolvendo e modernizando as estruturas de prestação de serviço:
- Criar uma política de promoções e alocações em cargos de chefia baseado em **meritocracia** (formação e experiência) com regras claras e objetivas;
 - Desenvolver programa de atendimento à **saúde mental** de policiais;
 - **Fortalecer as organizações de ensino de formação policial** e estimular a realização de cursos na área de gestão em instituições de ensino, públicas ou privadas;
 - **Desenvolver política de financiamento habitacional** destinada às forças de segurança do estado.
- 49** **Garantir aos policiais assistência jurídica** quando necessário, decorrente de ações em serviço ou decorrente da função exercida, estando ou não em serviço.
- 50** **Fortalecer as corregedorias** dos órgãos de segurança via figura do corregedor-geral da polícia militar e do delegado titular da corregedoria da polícia civil, que devem ter carreira ilibada e cuja seleção deve ser objeto de detida atenção da sociedade.
- 51** Implementar sistema de controle de armas e munições dos arsenais das polícias.

PROPOSTAS

- 52** | **Implementar a GRAM** (gratificação de risco de atividade militar) respeitando as regras da Paridade e Integralidade, previstas nas leis 13.954/19 e 9537/21;
- 53** | **Revisar o planejamento estratégico da Sedec**, em consonância com a Secretaria Nacional de Defesa Civil e cooperação técnica junto aos municípios;
- 54** | **Fazer o mapeamento administrativo dos órgãos da segurança pública (PMERJ, CBMERJ, PCERJ e Polícia Penal)**, com levantamento do efetivo ativo, para avaliar reposição imediata, buscando a excelência no atendimento ao cidadão;
- 55** | **Revisar os procedimentos disciplinares e reorganização nos Conselhos**, permitindo participação de praças e oficiais;
- 56** | **Realizar estudo visando a reestruturação do quadro de oficiais da saúde da PMERJ e CBMERJ**, garantindo reposição necessária de acordo com a necessidade da corporação satisfatório na carreira;
- 57** | **Implementar projeto pedagógico da Defesa Civil na Rede estadual de ensino, em cumprimento à Lei Federal 13.722/18**, com objetivo de apresentar noções de primeiros socorros, prevenção de acidentes domésticos, afogamentos e de como agir em casos de desastres naturais.
- 58** | **Reavaliar a escala de trabalho dos policiais e bombeiros**, garantindo escala de trabalho digna, tempo para cuidar de sua saúde (física e mental), tempo para treinamento e capacitação e também tempo com sua família.

Mobilidade Urbana e Logística

Mobilidade Urbana e Logística

O estado do Rio de Janeiro reúne atributos que lhe conferem importante centralidade econômica, na qualidade de 2º maior mercado consumidor do país, o que se reforça por uma excepcional centralidade geográfica, uma vez que é vizinho do 1º (São Paulo) e do 3º (Minas Gerais) maiores PIB's do país. O estado do Rio de Janeiro abriga o maior e mais complementar conjunto de portos e terminais marítimos do país, amparados por um conjunto de importantes rodovias e ferrovias, para os quais é relevante a questão de aperfeiçoamentos e melhorias.

Todos estes ativos estão reunidos num pequeno território, de 43.0000 km², equivalente a 0,5% da área total do país, litoral com 636 km de extensão, o 3º mais extenso e equivalente a 8,6% da costa brasileira. Num raio de 500 km, no entorno da cidade do Rio de Janeiro e de seu porto, estão concentrados 57% do PIB nacional, a ela conectados por alguns dos principais corredores da logística de transporte de cargas do Brasil.

Ante tais pontos, nada mais natural que nossa infraestrutura seja aperfeiçoada e que os controles sejam simplificados para que o Rio se transforme numa “Plataforma Logística Nacional” de classe mundial, operando com custos competitivos, alta qualidade nos serviços e eficiência. A estratégia para torná-lo um “Hub Logístico” de excelência se baseia no PELC/RJ 2045 - Plano Estratégico de Logística e Cargas.

Outro ponto relativo à competitividade do Rio diz respeito aos tributos, visto que o Brasil é um país caro e os impostos são muito altos. Temos necessidade, no estado do Rio de Janeiro, de baixar os impostos e ter uma forma mais atrativa e simplificada para buscar as cargas de importação, sejam aquelas que têm destino final o Rio, sejam as destinadas a outros estados, mas que acessam o país pelos portos e aeroportos internacionais do estado.

Mobilidade Urbana e Logística

Com relação à mobilidade urbana, a Região Metropolitana do Rio ganha evidência e concentra 58% dos empregos e corresponde a pouco mais de 8% da área de todo o estado.

Alguns municípios se destacam como maiores produtores de viagens que se destinam ao Rio: Duque de Caxias lidera com 16,8%; Nova Iguaçu, 12,4%; São Gonçalo, 11,5%; Niterói, 10,2%; São João de Meriti, 10,1%; Belford Roxo, 8,9%. Os cariocas são responsáveis por apenas 12,3% dessas viagens de entrada e saída no Rio.

Por outro lado, já ocorre uma outra realidade com demanda de viagens transversais. As centralidades emergentes da Região Metropolitana atraem viagens não apenas de sua vizinhança imediata, mas também de toda a metrópole. Existe, portanto, a demanda por corredores transversais e um sistema de transporte estrutural em rede, com integração entre diferentes modais (trilhos, ônibus, barcas).

Tal tipo de demanda tende a se intensificar com o acréscimo da descentralização da atração de viagens a partir do centro do Rio de Janeiro. Esses exemplos evidenciam a necessidade de compreender e planejar a Região Metropolitana como um todo e de forma integrada.

Para além da grande Região Metropolitana, e visando maior fluidez nas conexões entre municípios do estado, é importante explorar melhor a possibilidade de uso do transporte sob trilhos, promovendo o aproveitamento da malha ferroviária já existente no estado, atualmente pouco aproveitada ou em estado de abandono.

DIRETRIZES

01

Atrair investimentos privados e novas concessões de infraestrutura

Além da melhoria da governança e da regulação sobre os contratos de concessão vigentes, será realizada a regularização dos serviços públicos atualmente prestados de forma precária, por meio de abertura do mercado e realização de licitações. Também será realizado amplo diagnóstico de novas expansões possíveis na rede de logística do estado e de mobilidade urbana na Região Metropolitana e execução do plano de pré-viabilidade econômica da sua concessão.

Para fins de celeridade, privilegia-se a contratação integral das soluções, ou seja, contratar, sempre que possível, conjuntamente a construção e operação (por parceria público-privada ou concessão comum). Para os investimentos em infraestrutura, objeto de contratos existentes, a agência reguladora deve ser fortalecida e profissionalizada, tendo em vista a necessidade de contemplar os investimentos dentro do arcabouço institucional e contratual já estabelecido.

O transporte sob trilhos será fortalecido, inclusive com a avaliação de oportunidade de concessões de transporte ferroviário de passageiros entre municípios do estado, aproveitando a malha ferroviária existente e atualmente em grande parte abandonada.

DIRETRIZES

02

Finalizar as obras em curso e as obras interrompidas do metrô e trens urbanos da Região Metropolitana

Antes de promover novas ampliações de capacidade no sistema de mobilidade urbana, é necessário concluir obras inacabadas e com grande importância para a Região Metropolitana, a exemplo das estações de metrô da Carioca, Praça XV (L2 a partir do Estácio), Gávea e Morro de São João (Rio Sul). Igualmente, é necessário recapacitar e melhorar as condições de operação da Supervia, garantindo maior regularidade, capacidade e segurança. Tais investimentos, a serem feitos com recursos públicos e privados, devem ser prioridade na alocação de recursos para o sistema.

DIRETRIZES

03

Integração sustentável de modos de transportes

A operação dos diferentes modos e serviços de transporte metropolitano será harmonizada em cooperação com os municípios envolvidos, com o intuito de integrar bilhetagem e horários de operação, para promover eficiência e redução de custos aos usuários. Há viabilidade de integração tarifária, inclusive de competência de entes políticos diferentes, com fundamento nos objetivos elencados na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012).

DIRETRIZES

04

Recuperar e ampliar a capacidade de vias troncais importantes e manter em bom estado as demais vias

As principais ligações troncais das “RJs” serão recuperadas, de forma a favorecer a logística de escoamento de produtos e acesso a importantes pólos industriais e turísticos, assim como para aumentar a segurança das vias.

Será estabelecido um programa de obras públicas técnico e com reserva orçamentária suficiente para manutenção adequada de rodovias, pontes, e demais equipamentos de transportes públicos.

DIRETRIZES

05

Promover uma nova organização do espaço urbano e harmonizar demanda e oferta de trabalho

O uso ineficiente dos espaços para moradias e má localização dos locais de trabalho levam a longos traslados diários, com perda da qualidade de vida para a população. Uma moderna política de planejamento público deve visar à oferta de moradia e de trabalho que contemple todos seus aspectos, inclusive a logística eficiente dos deslocamentos.

DIRETRIZES

06

Promover a mobilidade acessível a pontos turísticos, praias, parques e ampliar uso de ciclovias

Parceria junto ao CBMERJ/GMar para promoção da mobilidade acessível a praias e lagoas e junto ao ICMBio/INEA para projetos que promovam a acessibilidade a parques e reservas estaduais.

MOBILIDADE URBANA

PROPOSTAS

- 1** Estabelecer **boa governança** para avaliação e seleção de novos **projetos de logística e de mobilidade urbana**, preferencialmente concedidos de forma integrada (construção e operação).
- 2** **Fortalecer as agências reguladoras estaduais**, para garantir a boa qualidade na prestação do serviço público e dar segurança jurídica para atração do investimento privado.
- 3** **Conceder a malha rodoviária do estado, barcas e transporte intermunicipal**, por meio de concessões comuns ou patrocinadas e autorizações, de acordo com a viabilidade econômica dos projetos.
- 4** **Revisar e reequilibrar os contratos de concessão vigentes (Metro, SuperVia, etc)**, no intuito de garantir saúde financeira e ampliação de investimentos com prestação adequada do serviço.
- 5** Concluir as **obras** das estações de **metrô da Carioca, Praça XV** (L2 a partir do Estácio), **Gávea e Morro de São João** (Rio Sul).
- 6** **Integração da bilhetagem** e harmonização de horários entre os diferentes transportes existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, em cooperação com os municípios envolvidos.
- 7** **Licitar novas linhas intermunicipais e linhas aquaviárias**, com reavaliação dos trechos conforme demanda da população.
- 8** Estabelecer um programa de **obras** públicas técnico e com reserva orçamentária suficiente para manutenção adequada de **rodovias**, pontes, e demais equipamentos de transportes públicos.
- 9** Promover o uso de **transporte ferroviário de passageiros** entre diversos municípios do estado, com aproveitamento da malha ferroviária hoje abandonada ou subaproveitada.
- 10** Promover políticas para **maior proximidade** entre o local de trabalho e de moradia.

MOBILIDADE URBANA

PROPOSTAS

- 11** Retirar políticas de restrições ao uso da propriedade privada e incentivar formas criativas de **mobilidade urbana, adensamento populacional e uso compartilhado ou misto de espaços urbanos**.
- 12** Estabelecer **parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro e com ICMBio e INEA** para projetos de promoção da **acessibilidade a praias, parques, lagos e reservas naturais**.
- 13** Criar uma rede coesa e integrada de **ciclovias** em todo o estado, inclusive com capilaridade dentro da Região Metropolitana e entre municípios, que permita ao cidadão optar pelo deslocamento seguro entre moradia e local de trabalho.

| **Saúde**

Saúde

O estado do Rio de Janeiro tem o papel primordial de regulação do sistema de saúde, composto pelas unidades municipais, estaduais e federais localizadas no estado e, no momento, essa regulação não está integrada ao sistema municipal e ao sistema de faturamento e de AIHs do Ministério da Saúde / SUS.

Quanto à atenção à população, o modelo atual da saúde do Rio de Janeiro é falho porque é fragmentado, com pouca comunicação entre as unidades de saúde, levando a uma descontinuidade no atendimento.

Quanto à gestão e à estrutura de gestão (governança), o sistema de saúde no estado do Rio de Janeiro enfrenta graves desafios decorrentes da desintegração da rede, baixa utilização das ferramentas de gestão e pouca autonomia, com administração de custos deficientes, agravada pela ausência de medição virtual da qualidade do sistema (desfechos clínicos, processos e qualidade percebida pelo usuário) e pelo limitado e ineficiente controle externo.

Quanto ao modelo de prestação dos serviços, há uma visível descoordenação entre os três níveis da federação, com excessiva centralização na Secretaria Estadual de Saúde, com um modelo focado no pronto-socorro e em pacientes agudos e um crescimento contínuo de necessidades de pacientes crônicos.

Além dos problemas de gestão e de prestação de serviços anteriormente citados, a superlotação de hospitais é agravada pela média de permanência dos internados, que é estendida por internações sociais, onde os pacientes são mantidos em uma estrutura acima de suas necessidades, por não terem condições de um acompanhamento adequado fora dessas unidades.

Quanto à informação sobre os pacientes, elas estão fragmentadas no sistema e não são intercambiáveis, não havendo registro eletrônico individualizado de saúde por cidadão, além de existirem poucos recursos de autocuidado disponíveis para a população.

Saúde

Finalmente, a regulação dos serviços de saúde no estado do Rio de Janeiro não considera, adequadamente, o fato de que a saúde é fortemente impactada por outros setores, tais como meio ambiente, educação, segurança e trânsito, sendo que ficam limitados às áreas de atuação transversal na administração pública quanto ao tema.

Há grande potencial de melhoria da prestação de serviços de saúde pública no estado do Rio de Janeiro, mediante à adoção de medidas que competem ao Estado e que podem contribuir de maneira relevante para o enfrentamento dos problemas descritos, como se passa a descrever.

Saúde como tem que ser: personalizada, disponível e de qualidade

Objetivo geral:

Assegurar que o atendimento à saúde seja simplificado, transparente, personalizado e efetivo – saúde no lugar certo, na hora certa e da forma certa –, com metas de qualidade, com gestão alinhada e técnica, e uso de ferramentas digitais para um pronto atendimento ágil, eficiente e integrado.

DIRETRIZES

01

Atender no lugar certo, na hora certa, da forma certa

O modelo atual de atenção à população é fragmentado. Para lidar com esse desafio pretende-se definir áreas de atendimento, vinculando a população de tais localidades a uma rede de prestação de serviços específica. A rede de cada área de atendimento estará sob o comando de um hospital de referência regional.

Em paralelo, haverá a criação e aprimoramento de uma carreira forte, onde a evolução se dê por metas, mérito e provas, ao longo do tempo, sem ingerência ou indicações políticas e com vencimentos dignos e cobrança clara e homogênea destes fatores. Dos chefes de serviço aos diretores, todos serão técnicos e já terão passado gradualmente pela cadeia de comando, desde a atuação na ponta. Importante que seja fixado um mandato de quatro anos intercalados entre os mandatos dos governadores, fiscalizados por um conselho hospitalar, com representantes dos pacientes, da Secretaria de Estado de Saúde (SES) e do corpo de saúde da unidade, em suas metas com possibilidade de saída antecipada, caso não haja cumprimento.

A prestação de serviço de saúde à população, através de RJU com funcionalismo público, deve ser restrita à inteligência de planejamento, gestão e regulação da rede prestadora que precisa ser inteligente e sensível à territorialização e regionalização da saúde em todo estado, além de respeitada, incentivada e desenvolvida com todas as ferramentas jurídicas e institucionais possíveis. Essa prestação deve ter planejamento estratégico que inclua avaliação de equipes de saúde prestadoras por resultados centrados nas necessidades identificadas em cada território de saúde, integrada com as atuações municipais ou de regiões de saúde de municípios já previamente definidas.

DIRETRIZES

02

Ter qualidade no atendimento, com metas rigorosas

A fiscalização e a supervisão da qualidade da prestação dos serviços de saúde são parte fundamental da função de regulação atribuída ao Estado. Atualmente, essa supervisão não é feita de maneira independente e é necessário adotar os mecanismos e estruturas adequados para que a qualidade dos serviços públicos e privados de saúde no estado seja medida.

Em primeiro lugar, é preciso eliminar quaisquer nomeações políticas na área da saúde, estabelecendo requisitos objetivos para o alcance de cargos de chefia e de diretoria, com fixação de mandatos e de metas, através de processo seletivo assertivo e transparente das direções e chefias.

Haverá reforço na contratação de profissionais por contratos temporários via CLT diretamente com o estado sem interferência de terceiros, ou através de Fundação Estadual específica para tal fim (gestão de RH), porém com renovação automática sem limitação, associada a metas, desempenho e controle específico a ser definido.

Já existem indicadores, tanto quantitativos como qualitativos, para prestação de contas mensal das unidades de saúde. Porém, há necessidade de sua revisão para adequação da qualidade. Eles precisam ser mensuráveis, passíveis de uma ação quando as metas não forem atingidas, e refletir as reais necessidades locais. Com isso, teremos uma redução no desperdício e na mortalidade, além de ganho significativo na eficiência e eficácia, tanto nos tratamentos quanto nos custos assistenciais.

DIRETRIZES

03

Alocar adequadamente os recursos de saúde de acordo com a população atendida e o atingimento de metas

É necessário descentralizar os serviços de saúde, transformando os prestadores de serviço em gestores da rede assistencial. Os recursos serão alocados para as redes de acordo com a população atendida e o atingimento de metas de saúde.

Também será promovida a integração das redes municipais e estaduais, com um planejamento que ocupe os vazios sanitários e assistenciais com distribuição de recursos públicos proporcionais aos serviços, através de uma regulação especializada e de um sistema de referência e contra-referência por especialidade e patologia. Isso se dará com o desenvolvimento das Regiões de Saúde já existentes em planejamento de décadas no Rio de Janeiro e no Brasil. As licenças sanitárias somente serão liberadas para as áreas que efetivamente necessitem de novos equipamentos de saúde, públicos ou privados.

DIRETRIZES

04

Implantar uma saúde digital: informação centralizada e educação como meio de prevenção

A tecnologia será fundamental na melhoria dos serviços de saúde do estado do Rio de Janeiro. É importante verificar os programas de informatização já prontos nos hospitais estaduais, tornando o sistema paperless e integrado. Hoje já há soluções testadas e aprovadas de gerenciamento de vagas, centro cirúrgico e almoxarifado central. Inclusive, já existe solução para precificar cada procedimento cirúrgico ou leito de alto custo por linkar o uso (códigos de barra) dos insumos com o almoxarifado e com o valor de compra do pregão eletrônico.

PROPOSTAS

- 1** | Tratar os gargalos diagnósticos em exames de imagem, anatomia patológica e exames endoscópicos.
- 2** | Reestruturar e fortalecer os serviços especializados estaduais, tais como IEDE - Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione, IECAC - Instituto Estadual de Cardiologia Aloísio de Castro, IEISS - Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião, IEC – Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer, etc.
- 3** | Ampliar a rede de atendimento ambulatorial de pediatria e puericultura na rede estadual, priorizando um melhor acompanhamento das crianças nos primeiros cinco anos, intensificando a vacinação, busca ativa de doenças infantis, e melhora dos índices preventivos nesta fase da vida.
- 4** | Ampliar e integrar os CTI's infantis do estado em uma rede de atenção especializada, funcionando cada um em uma área de atuação mais específica, como CTI geral, CTI pós-cirúrgico, CTQ, CTI Neurológico, CTI de infectologia, todos integrados ao sistema de regulação e atuando em hospitais mais voltados para cada tipo de atendimento, assim como nos Institutos Estaduais.

PROPOSTAS

5 Implantar, na medida dos recursos disponíveis e realocados, hospitais especializados e unidades de alta tecnologia, a exemplo do Rio Imagem e do Hospital do Cérebro, criando unidade hospitalar e de atendimento em cuidados paliativos, inexistente no estado. Para os cuidados paliativos, o modelo de "hospices" serve como incentivo à desospitalização com estrutura mais adequada às necessidades desses pacientes. Ao criar, ou transformar, uma unidade especializada em cuidados paliativos, o paciente é atendido em sua necessidade, liberando, assim, os leitos dos pacientes com intuito curativo da rede especializada. Estas ações geram otimização dos tratamentos e beneficiam os pacientes, com a queda da morbimortalidade, concentração da experiência e aprimoramento técnico de RH dos médicos e demais profissionais da saúde.

6 Concentrar as compras de insumos e equipamentos específicos por áreas. Obs: onde a opção for por administração direta, haveria vantagens econômicas ao concentrar as compras de insumos e equipamentos específicos por áreas, com ganhos em escala e redução do desperdício por vencimento dos materiais e medicamentos ou compras inadequadas ao serviço específico, além da otimização do uso de equipamentos de alta complexidade em cada área e de toda a capacidade instalada.

PROPOSTAS

7 Incentivar e desenvolver estruturas regionais de atenção domiciliar integradas com APS municipais, possibilitando a antecipação das altas de pacientes que precisam de cuidados passíveis de baixa complexidade a serem prestados em domicílio, supervisionados pelos hospitais de referência, inclusive com fisioterapia. As principais vantagens da centralização e regionalização dos tratamentos especializados, como na oncologia, são: diminuição da incidência da doença com medidas preventivas, diminuição da mortalidade pós-operatória, diminuição dos custos, diminuição das distâncias percorridas pelos pacientes, gerando acessibilidade; aumento da taxa de cura, aumento da qualidade de vida dos pacientes, facilitação da educação em saúde com ações educativas e simpósios, aprimorando a produção científica.

Na área de oncologia, por exemplo, a adequação e o tratamento precoce é muito mais custo-efetivo para o Estado, tanto em custo social, familiar, emocional para o paciente, quanto emocional para a equipe de saúde, de locomoção e previdenciário, como no tratamento.

8 Revisar a rede hospitalar para casos simples, com internações clínicas de pacientes crônicos, com metas de tempo de permanência, e que pode promover cirurgias de pequena e média complexidade, como hérnia, vesícula, biópsias, cirurgias de tireoide, colonoscopia, vasectomia, ligadura tubária, cirurgias de otorrinolaringologia e oftalmologia. Poderiam servir, também, para day clinic. Seria interessante verificar a situação da Santa Casa de Misericórdia e referenciá-la a esta rede de baixa complexidade.

9 Revisar as unidades hemodinâmicas credenciadas pelo Ministério da Saúde.

PROPOSTAS

- 10** | Dar ênfase na desospitalização, com equipes multidisciplinares e com cobrança de metas. Modelos "hospitalares" semelhantes à Rede Sarah, voltados também a outros pacientes crônicos, que não conseguem ter alta e precisam reabilitar (respiratórios, traqueostomizados, neurológicos, cardiopatas).
- 11** | Criar centros ambulatoriais com especialistas e agendas vinculadas às UBS, com recursos de exames simples e medicamentos usuais.
- 12** | Rever as UPAs estaduais, com possibilidade de transformar em centros especializados, conforme demandas epidemiológicos regionais, ou ainda ceder para o município e a prefeitura decidir se mantém como UPA ou transformar algumas em UBS. A esmagadora maioria dos atendimentos não corresponde ao perfil dos pacientes, mas é a opção viável para aqueles que correm das longas filas da atenção básica.

PROPOSTAS

13

Introduzir membros das câmaras técnicas dos conselhos nas comissões de acompanhamento dos indicadores das unidades de saúde. Isso ajudaria a reduzir o viés político nesses monitoramentos.

14

Definir e divulgar a performance de cada unidade hospitalar, para fins de acompanhamento, reconhecimento do atingimento de metas e comparação entre unidades em cada área de atendimento. A divulgação dos resultados promoverá a competitividade e a melhoria contínua dos serviços em cada unidade e permitirá a concessão de gratificações baseadas em performance, por atingimento de metas, qualidade e produtividade.

15

Integrar o Sistema de Regulação (SER + SISREG) visando dar transparência à fila para exames e procedimentos. O Sistema de Regulação (SER + SISREG), uma vez integrado, terá sua plataforma de marcação na internet, e dará opção ao paciente de possibilidades de atendimento para seu problema de saúde, já previamente identificado pelo médico da assistência básica e com atualização sobre localidade e tempo para o atendimento. Isso dará total transparência ao sistema e limitará o uso político na alocação, mantendo a distribuição homogênea e regional dos pacientes pelo sistema de saúde por meio de um sistema integrado de vagas e patologias.

PROPOSTAS

16

Agilizar o acesso ao sistema de saúde através das Unidades de Pronto Atendimento e hospitais de emergência para os casos agudos, bem como pela plataforma de triagem por teleatendimento a ser implantada.

17

Criar o Programa FILA ZERO para acabar com as filas por exames e procedimentos eletivo, através das seguintes ações:

- Fortalecimento da rede estadual: aquisição de insumos, realização de mutirões e gratificação do pessoal envolvido na execução dos serviços relacionados ao programa Fila Zero;
- Licitação de pacotes de exames e cirurgias eletivas: contratação de serviços privados via licitação para realização de exames indisponíveis ou de baixa disponibilidade na rede da SES, bem como para exames e cirurgias cujas filas de espera sejam excessivamente grande, com por exemplo: endoscopias, cirurgias de hérnia e vesícula, cirurgia da próstata, entre outras.

PROPOSTAS

- 18** | Adotar um mecanismo adequado e eficaz de compensação de atendimentos da população de fora do estado, de outras zonas de atendimento, ou portadoras de Planos Privados de Saúde.
- 19** | Aproximar a assistência com a academia, com o oferecimento de cenários para estágios e pesquisas buscando melhoria na formação profissional e aumento da capacidade de assistência. A Integração das unidades estaduais de saúde, com as escolas das áreas de saúde, busca aproximar o profissional da linha de frente ao meio acadêmico. A inclusão das escolas médicas privadas deve se dar mediante contrapartida de tais escolas aos cofres públicos a ser definida.
- 20** | Criar e reestruturar os serviços de residência médica nas unidades estaduais, associando gratificação para os médicos que optarem por atuar como preceptores.
- 21** | Obter e alocar, em conjunto com outros órgãos do governo do estado, de outros órgãos públicos e com entidades privadas, recursos públicos e privados para o desenvolvimento as ações transversais de saúde, com educação, segurança e transporte e etc, visando à prevenção de doenças e fatalidades e à consequente redução do dispêndios com a saúde.
- 22** | Criar um prontuário eletrônico único em toda rede, com possibilidade de acesso por todas as unidades de saúde.

PROPOSTAS

23

Implantar o registro único de saúde, disponível em aplicativos de celular para toda a população, O registro será empregado como um passaporte para acesso ao sistema público e privado de saúde, com possibilidade de acesso imediato à informação completa sobre o paciente, reforço da integralidade, diminuição do desperdício da repetição de exames e disponibilização, para qualquer profissional de saúde da rede, das informações completas sobre o cidadão.

24

Criar a Central de Dados, infraestrutura de dados onde estarão centralizadas as ações de armazenamento e desenvolvimento das soluções acima propostas, obedecendo princípios de: privacidade, segurança e maximização de valor.

25

Disponibilizar ferramentas de autocuidado, como lembretes para retorno de consultas e horários de remédios, com implantação e incentivo dos planos de autocuidado. Informação ao usuário da sua “agenda de saúde”, idealmente por aplicativo.

26

Implantar um serviço de telediagnóstico e orientações, com profissionais treinados e acesso integral aos prontuários e exames. No caso de doentes crônicos, serão criadas centrais de controle e apoio através do uso de tecnologia de comunicação e informação para permitir ao estado acompanhar e gerenciar, de maneira eficiente e barata, o seguimento e tratamento do doente crônico.

27

Retornar com os grandes programas de atenção a hipertensão e diabetes, doenças de alta prevalência e, infelizmente, responsáveis por um grande número de internações evitáveis por uma condução ambulatorial adequada.

28

Incentivar ações transversais de educação em saúde nas escolas, baseadas em plataformas digitais e redes sociais, além de focar na prevenção, pretende-se atuar no estímulo à vida saudável, com a prática do esporte e alimentação adequada.

| **Inovação**

Inovação

A inovação é o principal motor do desenvolvimento econômico e social no século XXI. Inovações geram mais riqueza, mais renda e melhores serviços públicos, sendo os países mais inovadores do mundo, em geral, também os mais desenvolvidos.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro se encontra em uma situação muito particular ao ser um grande polo de geração de conhecimento e formação de talentos, mas não conseguir transformar essa vantagem em inovação e desenvolvimento para o estado. O Rio de Janeiro possui universidades de referência e uma excelente produção acadêmica, sendo o 2º estado em publicação de artigos científicos (MCTI, 2019), mas apenas o 11º em número de empreendimentos inovadores. (Ranking de Competitividade dos Estados, 2020). Outra constatação, que corrobora essa percepção, é a comparação entre P&D e Inovação. O Rio de Janeiro é o segundo colocado em investimentos em P&D sobre receita (0,76 X 0,67 da média nacional – MCTI, 2019) e apenas o 18º em termos de taxa de inovação (25% x 36% da média nacional – PINTEC, 2018).

O dinamismo e a diversidade de diversos fluminenses também se constituem como fatores com potencial para catalisar a inovação junto à economia do estado, como os segmentos de turismo, mídia/telecomunicações, energia/sustentabilidade, saúde, finanças, esportes, games, indústria criativa, etc. Esta diversidade empresarial acaba por reforçar e retroalimentar o processo de formação acadêmica, gerando profissionais capazes de identificar desafios e obstáculos a serem superados dentro de seus respectivos setores de atuação.

A conjugação desta capacidade, de reconhecer oportunidades de melhoramentos tecnológicos, refinamentos processuais e detecção de oportunidades de mercado associados a um conjunto de profissionais tecnicamente capazes de criar soluções para estes desafios são os ingredientes básicos para o florescimento da inovação. Neste contexto, a economia fluminense se encontra em uma situação singular, em que dispõe de ambos os ingredientes necessários, faltando apenas criar os mecanismos apropriados para catalisar o processo inovador e destravar o potencial de geração de valor que a inovação é capaz de promover.

Inovação

A “fuga de cérebros” também se apresenta como mais um fator a contribuir para a limitação do nível de inovação do Rio de Janeiro. Parte da força laboral com alta qualificação (Endeavor, 2018 e GSER, 2021), formada no estado, acaba optando por residir e trabalhar em outras regiões que apresentam oportunidades percebidas como mais interessantes por estes profissionais que deixam de gerar valor e riqueza em nossa economia. Elevar a capacidade de retenção destes profissionais no estado se apresenta como uma alternativa relativamente mais simples e eficiente que deve ser utilizada de forma complementar a ações de fomento à atração de talentos de outras regiões do Brasil e do exterior.

A questão fiscal negativa, deixada como legado perverso pelos governos anteriores, permeia praticamente todos os segmentos da gestão pública, mas merece uma especial atenção quando se fala de investimentos em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). Para obter resultados concretos nessa área é necessário investimentos estáveis ao longo dos anos, pois interrupções provocam desatualizações (inovação é um campo dinâmico) e desperdiçam recursos públicos. Além disso, é possível fazer mais com menos utilizando parte do orçamento já existente em compras públicas de inovação.

O Rio de Janeiro precisa destravar o seu potencial de inovação. Temos praticamente todos os ingredientes para sermos referência nacional e gerar substancial riqueza que trará melhor qualidade de vida e empregos para a nossa população. Criar mecanismos que estimulem a coordenação entre diversos atores do ecossistema de inovação fluminense se apresenta como uma estratégia relativamente barata e eficaz para levar o estado à posição de destaque que perdeu ao longo dos anos.

DIRETRIZES

01

Tornar o Rio de Janeiro um ecossistema de inovação de alcance global

O Rio de Janeiro foi considerado um ecossistema de inovação emergente em 2021 (Global Startup Ecosystem Report), mas ainda está muito longe dos líderes dessa categoria como Mumbai (Índia), Guangzhou (China), Barcelona (Espanha) ou Copenhagen (Dinamarca). Através do desenvolvimento de cidades inteligentes, da atração e retenção de talentos, da flexibilização de aspectos regulatórios (sandboxes) e de incentivos a startups e investidores de risco, buscaremos colocar o estado do Rio de Janeiro nas primeiras posições do ecossistemas emergentes e também entre os 100 maiores globais.

DIRETRIZES

02

Aumentar a conexão e sinergias entre academia, governo e mercado

O Estado é um grande gerador de talentos, mas não é eficiente na conversão desses talentos em negócios e empregos geradores de desenvolvimento econômico e social. Por meio da conexão entre universidades, institutos de pesquisa, empresas e instituições governamentais, buscaremos gerar empregos e renda de alta qualificação para a população fluminense. Ferramentas como plataformas de conexão, fundos de endowments (como os de Harvard, Yale e Stanford) e a transformação das Universidades Estaduais em “Mega U”, com maior equilíbrio entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão são caminhos a serem trilhados.

DIRETRIZES

03

Implementar uma política de inovação orientada por demandas

O Rio de Janeiro ainda passa por problemas fiscais críticos oriundos de muitos anos de irresponsabilidade dos governantes anteriores. Através dos novos instrumentos autorizados pela Lei de Inovação e o Marco Legal das Startups, é possível fazer uma política orientada por demandas capaz de utilizar o orçamento já existente para apoiar a ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) no estado e tornar os serviços públicos estaduais mais eficientes. Tal política também possui o foco de fomentar startups GovTechs e prover maior estabilidade para as fontes de C,T&I.

DIRETRIZES

04

Explorar as vocações e vantagens competitivas do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro possui setores importantes em que se destacam o turismo, mídia/telecomunicações, energia/sustentabilidade, finanças, esportes, saúde, games, indústria criativa, entre outros. Uma diretriz importante para permear a nossa política de inovação seria dar especial atenção a inovações oriundas e focadas nesses setores de destaque com objetivo de tornar o Rio de Janeiro referência nacional (e internacional) nesses temas, atraindo investimentos e talentos, e gerando oportunidades para a população do estado.

DIRETRIZES

PROPOSTAS

- 1 | Smart Cities e Sandbox.** Realizar os investimentos necessários em tecnologia, infraestrutura e logística em seis cidades-piloto com o objetivo de transformá-las em cidades inteligentes, utilizando o instrumento de sandboxes regulatórios para desburocratizar testes de inovações no estado.
- 2 | Atração e Retenção de Talentos:** ampliar a política de bolsas da FAPERJ com objetivo de reter talentos formados no estado, assim como atrair “cérebros” para pesquisas de ponta e empreendedorismo inovador.
- 3 | Formação Empreendedora:** criar programas e rede de parcerias para formação empreendedora de pesquisadores e potenciais empreendedores do estado, com foco em tecnologias “hard” e em transformação digital.
- 4 | Incentivos a Startups e Investidores de Risco:** redução de impostos para negócios e investimentos ligados à pesquisa, tecnologia e inovação.
- 5 | Plataforma de Conexão Academia-Governo-Mercado:** criação de uma plataforma de conexão entre academia (infraestrutura laboratorial, especialistas, patentes etc), governo (demandas sociais, recursos de fomento, etc) e mercado (investimentos, desafios corporativos, etc) para o estado do Rio de Janeiro.

DIRETRIZES

PROPOSTAS

- 6** | **Mega Us:** conectar as Universidades Estaduais (UERJ, UENF, e UEZO) intensificando os investimentos e integrando ensino, pesquisa e extensão, buscando modelos mais sustentáveis de funding e parcerias, incluindo fundos de endowment.

- 7** | **Inovação Orientada pela Demanda:** utilizar pelo menos 2,5% do orçamento de compras públicas do estado para aquisições de inovação por meio de encomendas tecnológicas, contratos públicos de soluções inovadoras, diálogos competitivos e outros modos de compras públicas de inovação.

- 8** | **GovTechs:** priorizar a contratação de soluções inovadoras de empresas e startups com objetivo de oferecer serviços melhores e mais baratos aos cidadãos do Rio de Janeiro.

- 9** | **Estabilidade de Recursos para C,T&I:** assumir o compromisso com a garantia constitucional de investimentos em C,T&I (Percentual do ICMS), assim como utilizar percentual fixo dos recursos das demandas do estado para aquisição de inovação.

- 10** | **Hubs de Inovação:** Criar cinco hubs de inovação no estado com foco em vocações regionais: energia/sustentabilidade; games/economia criativa; esporte/saúde/bem-Estar; mídia/telecomunicações e finanças.

Plano de Governo

Paulo Ganime - 2023 - 2026

Carta do candidato

Os planos de governo devem ser apresentados por cada candidato a presidente ou governador e servem justamente para mostrar para a sociedade as propostas de cada candidato. Para os eleitores, uma das formas de escolher em quem votar é avaliar essas propostas. Por ser um instrumento tão relevante para que os cidadãos possam conhecer melhor os candidatos e o que pretendem implementar ao longo de seus mandatos, construímos um plano de governo técnico, consistente e que contou com a colaboração de inúmeros participantes. Consultamos especialistas em cada área na qual o governo deve atuar e pedimos que a população participasse também, enviando propostas e situações que deveriam ser melhoradas no estado do Rio de Janeiro. Em cada capítulo colocamos o nome daqueles especialistas que estiveram à frente de cada tema. Porém, vale ressaltar, que muitos outros contribuíram trazendo ideias e sugestões, as quais foram organizadas e traduzidas em diretrizes e propostas pelos especialistas de cada temática.

Agradeço a todos aqueles que, em prol das mudanças que o estado do Rio de Janeiro precisa, dedicaram voluntariamente seu tempo para a construção deste Plano de Governo.

Paulo **Ganime**

Equipe Plano de Governo

Carta do candidato

ECONOMIA

. Rodrigo Borobia (Coordenação)

Estatístico e Advogado; Mestre em ciências atuariais; Associado da Sociedade americana de atuária; MBA na COPPEAD; Pós-graduado em direito tributário, imobiliário e contratos; Pós-graduado em Escola Austríaca no Instituto Mises Brasil

. Eduardo Rocha de Rezende

Economista e Advogado

. Leonardo de Carvalho Vidal

PhD em Engenharia

. Marcio Lamanna

CFO do CEPEN, Centro de Estudo e Pesquisa da Mulher. Graduado em Administração de Empresas pela PUC-RJ com pós-graduação em Economia no IBMEC-RJ e Gestão na FGV-RJ

EDUCAÇÃO

. Livia Bonates (Coordenação)

Formada em Comunicação Social - Jornalismo; Pós-graduada em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica Especializada em Aquisição de Língua Inglesa para Educação Infantil; Diretora do Let's Go Kids Curso de Idiomas

. Maurício Pedreira

Jornalista; Pós-graduado em Comunicação pela PUC-RIO; 16 anos trabalhando com educação de jovens e adultos

. Rita de Cassia Garcia Dias

Professora de Educação Física; 26 anos como servidora pública estadual; Pós-graduação em Docência do Ensino Básico; Pós-graduação em Docência do Ensino Superior e Metodologias ativas

. Leda Helena Moreira Alves

Formada em Letras Português/Inglês pela UFRJ; Pós-graduada em Gestão Empresarial pela UFU; MBA em Política Pública pela Trevisan; 35 anos de experiência

. Luis Fernando Vitorino

Graduação em Educação Física e Pedagogia; MBA em Gerenciamento de Projetos; Mestrado em Desenvolvimento Regional; Diretor de Extensão e Relações Comunitárias do UBM - Centro Universitário de Barra Mansa/RJ

. Claudio Amaral Azzi

Graduação em Economia pela FGV; Pós-graduação em Gestão Pública pelo Insper

. Tiago Fernandes

Graduando em Química pelo Centro Universitário Internacional

Equipe Plano de Governo

Carta do candidato

MEIO AMBIENTE E ÁGUAS

. Helio Secco (Coordenação)

Biólogo pela UENF, graduado em Gestão Pública pelo SENAC, Doutor em Ciências Ambientais e Conservação pela UFRJ

. Arthur Justen Alves

Biólogo pela UNIRIO, Mestre em Ciências Ambientais e Conservação pela UFRJ

. Hudson Lemos

Biólogo pela UENF, Doutor em Ciências Ambientais e Conservação pela UFRJ, especialista em Emergências e Crises Ambientais

. Filipe Modesto

Engenheiro pelo IME, Engenheiro Sênior Petrobras em serviços de Geociências e Ambientais

. Rafaela Facchetti Assumpção

Engenheira Civil e Sanitarista, Doutora em Ciências pela ENSP-FIOCRUZ, especialista em Gestão de Recursos Hídricos

. Claudia Karina Wilberg de Castro Costa

Arquiteta e Urbanista, Integrante de conselho municipal de Meio Ambiente e de comitê de Bacia Hidrográfica

. Hanriette Soares

Empreendedora e Ativista da Causa Animal, diretora de ONG para Proteção de Animais de Rua

. Elisabete de Amorim Moraes Cruz

Advogada, Ex-Presidente da Comissão de Proteção e Defesa aos Animais na OAB Petrópolis/RJ

. Nadia Stanzig

Comunicadora Social pela Faculdades Integradas Hélio Alonso, MBA em Economia e Gestão da Sustentabilidade pela UFRJ

. Paulo César Cabral Filho,

Advogado Master da Petrobras, atua no Jurídico de Meio Ambiente

SOCIAL

. Livia Ervedosa da Silva (Coordenação)

CFO e Gestora de Negócios Internacionais na Tridente Brasil há 12 anos; Idealizadora do Projeto Café & Blush – Política sob a ótica feminina; Ex dirigente do Partido NOVO em Niterói; Ex coordenadora do projeto Desperta Já; Voluntária do projeto Amor em Mechas

. Lucia Acar

Professora Universitária; Dra. em Sociologia

. Dayse Penna

Administradora Especializada em Desenvolvimento Social

GOVERNANÇA

. Eduardo Hamond Regua

Engenheiro Civil

. Andre Luiz de Souza Britto

Economista

Equipe Plano de Governo

Carta do candidato

CULTURA E ESPORTE

. Livia Ervedosa da Silva (Coordenação Cultura)

. Lucia Acar

Professora Universitária; Dra. em Sociologia

. Dayse Penna

Administradora Especializada em Desenvolvimento Social

. Marcos Carvalho (Coordenação Esporte)

MBA em Gestão Esportiva

. Diogo de Freitas Brito

Coordenador de Franquias no Clube de Regatas do Flamengo; Especialista em Empreendedorismo e Desenvolvimento de Novos Negócios

. Homero da S. N. Junior

Prof. Universitário; Especialista em Direito Público

SEGURANÇA PÚBLICA

. Pedro Vervloet de Menezes (Coordenação)

Engenheiro pelo Cefet-RJ Pós Graduado pela PUC

. Dayviane Garcia

Advogada e empreendedora

. Diogo Soares Deleuze Raymundo

Policial Rodoviário Federal lotado na Delegacia da PRF de Mafra SC, piloto de helicóptero, vice Presidente da International Police Association seção Brasil, bacharel em direito pela PUC Rio, pós graduado pela EMERJ

MOBILIDADE URBANA

. Lino Guimarães Marujo (Coordenação)

Pós-doutorado em logística e transportes pelo MIT; Professor da COPPE/UFRJ

. Delmo Pinho

Ex-Subsecretário de Obras do governo do estado do Rio de Janeiro

. Thiago Caldeira

Economista pela UFMG, Mestre (UnB) e doutor em Economia (UCB). Graduado em Direito e com Pós-Graduação em Direito Tributário (PUC-MG). Nos últimos 15 anos, atuou na estruturação de projetos para concessão de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e de mobilidade urbana

Equipe Plano de Governo

Carta do candidato

SAÚDE

. Carlos Eduardo R. Santos (Coordenação)

Cirurgião Oncológico do INCA; Mestre em Cirurgia e Doutor em Oncologia; MBMA Gestão Empresarial

. Sérgio A. M. Teixeira (Vice Coordenador)

Gestor de Saúde; Professor Universitário; Mestre e Doutor em Medicina

. André Luiz Lopes Costa

Médico pediatra e intensivista infantil; Responsável pela Câmara Técnica de Terapia Intensiva do CREMERJ

. Eduardo Zaeyen

Neuropediatra; Mestre em Engenharia Biomedica pela COPPE / UFRJ

. João Luiz Ferreira Costa, medico intensivista nefrologista

Coordenador Nefrologia Hospital ProCardiaco - RedeAmericas/UHG; Prof Medicina UniRio - aposentado; Ex Prof convidado FGV Rio- governança corporativa em Saúde; Ex Subsecretário Municipal Saude Rio - arra hospitalar - 2009/2015

. Marcus Vinicius Dantas de Campos Martins

Professor Universitário; Mestre em Cirurgia; MBA em Finanças

INOVAÇÃO

. Hudson Carvalho (Coordenação)

. Luiz Felipe Grossi

CEO Instituto Brasileiro de Presença Digital

. Yara Moema da Silveira Melhem Haquim

Engenheira de produção, mestre em Tecnologia, licenciada em Letras, profissional de Relações Institucionais



GOVERNADOR **30**
PAULO GANIME
VICE: HELIO SECCO

PLANO DE GOVERNO

2023 - 2026

NOVO